



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

JEFFERSON ÊNIO PRADO CLARINDO

MUNDOS DO TRABALHO E ENSINO DE HISTÓRIA:
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

FORTALEZA

2023

JEFFERSON ÊNIO PRADO CLARINDO

MUNDOS DO TRABALHO E ENSINO DE HISTÓRIA:

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de conhecimento: Ensino de História. Linha de pesquisa: Saberes Históricos e Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Ana Carla Sabino Fernandes

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

P917m Prado Clarindo, Jefferson Ênio.

Mundos do Trabalho e Ensino de História: *consciência Histórica Nas Escolas Profissionais* / Jefferson Ênio Prado Clarindo. – 2023. 150 f.: il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes.

1. Ensino de História. 2. Mundos do Trabalho. 3. Escolas Profissionais I. Título.

CDD 907.220711

JEFFERSON ÊNIO PRADO CLARINDO

MUNDOS DO TRABALHO E ENSINO DE HISTÓRIA:
CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Área de conhecimento: Ensino de História. Linha de pesquisa: Saberes Históricos e Espaço Escolar.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Ana Carla Sabino Fernandes.

Aprovada: 23/03/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes (Orientadora)

Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (Membro interno)

Profa. Dr. Pedro Guimarães Pimentel (Membro externo)

Prof. Dr. Jailson Pereira da Silva (Suplente)

Para meu filho Raul França Prado.

In memoriam de Francisco das Chagas Prado e
Lucivaldo Bezerra França

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento dirijo à classe trabalhadora, aos homens e mulheres de todos os gêneros, cores, raças, credos e concepções de mundo, que de forma objetiva são responsáveis pela manutenção dos meus estudos, desde sempre, em instituições públicas de ensino. Reafirmo o meu compromisso e dedico a minha formação e atuação profissional na melhoria das condições de vida e da formação de vossos filhos. Busco fazer isto, de maneira bastante modesta, na construção de uma educação libertadora e crítica, capaz de garantir elementos para disputar as posições de poder e gerência deste país.

Agradeço à Universidade Federal do Ceará – UFC e ao programa de pós-graduação PROFHistória, pela oportunidade de fazer parte do quadro discente. Levarei essa experiência de conviver com pessoas e espaços tão potentes para minha vida pessoal e profissional. Fazer parte da comunidade acadêmica me fez rever diversas práticas discentes e certamente os reflexos serão sentidos nas aulas que ofereço.

À minha orientadora, Ana Carla Sabino Fernandes, pela paciência, companheirismo e amizade. Certamente este trabalho não seria o que é sem as suas contribuições e orientações. A nossa relação nos últimos anos ultrapassou o caráter formal e se tornou uma amizade repleta de afeto e respeito. Muito obrigado por fazer parte de minha trajetória, como professor, pesquisador e também como ser humano.

A todos os outros professores que me acompanharam, ensinaram, discordaram, criticaram e me ajudaram a tornar minhas inquietações mais legíveis, agradeço imensamente pelas aulas, paciência, dedicação, generosidade e companheirismo. Desculpo-me publicamente por alguma ausência ou excesso, por textos não lidos, trabalhos entregue com atraso, questionamentos frontais e, porventura, algum pedantismo. Seria necessário listar o nome de todos os professores do programa e correria o risco de esquecer de algum. Portanto, não o farei. No entanto, declaro minha gratidão e admiração por todos.

É necessário destacar o protagonismo da minha família nesses anos em que me dediquei ao mestrado. Por isso, agradeço imensamente a minha amada companheira Amanda de Oliveira França e ao meu querido filho Raul França Prado por me suportarem em momentos de estresse, e por me ampararem em situações de profunda angústia e ansiedade. Vocês me ensinam todos os dias a ressignificar o sentimento de amor, a relação de parentesco, o relacionamento afetivo, a liberdade e a felicidade. Mais do que gratidão, dedico a vocês o meu amor e total fidelidade.

Meus pais, Maria Helena Bezerra Prado e Benedito Clarindo de Souza; minhas irmãs Jéssica Suyane Prado Clarindo e Jérolla Shara Prado Clarindo, muito obrigado por sempre estarem presentes nos melhores e piores momentos da minha vida. O que sou hoje é resultado do acúmulo de nossas experiências e das primeiras lições de honestidade, trabalho, sinceridade e honra.

Agradeço a meu amigo e irmão Pedro Guimarães Pimentel, que sempre esteve presente, mesmo morando em outro estado. Pela disponibilidade de sempre ler tudo o que escrevo, pelas críticas, por compartilhar comigo sua visão de mundo, por tudo... inclusive pelos momentos de descontração e confiança. Você é parte fundamental deste trabalho, assim como foi em tantos outros, desde a monografia na graduação, os projetos de mestrado aceitos em outros programas, artigos e textos que escrevo. Tudo passa por sua leitura e crítica. Sinto-me privilegiado de compartilhar essa amizade que amadurece a cada ano, e coleciona momentos cômicos e trágicos. Desejo que o próximo café da manhã tenha algum momento de discórdia; que haja oportunidades de importunações do sono e que não tenha pão dormido para harmonizar com o bacalhau, porque isso, definitivamente, não concatena. Por todo o resto, muito obrigado.

Outro grande amigo que merece reconhecimento e gratidão pela contribuição na construção deste trabalho é Raimundo Clarindo. Além de poeta e escritor, violonista e compositor, atuante em projetos sociais voltados para educação contextualizada, Clarindo se mostrou um exímio corretor. Pela leitura atente e crítica deste trabalho, minha mais profundo gratidão.

À minha diretora, Poliana Holanda Saraiva de Melo, pela compreensão de organizar meus horários, possibilitando a minha frequência nas aulas, por ceder alguns livros que precisei, e pelo companheirismo e fraternidade, registro meus agradecimentos. Com a senhora, aprendi e aprendo cotidianamente a ser melhor servidor, a priorizar os alunos e a construir uma escola plural e transformadora. Amplio meus agradecimentos a todos demais colaboradores da Escola Profissional Manoel Mano.

A todos os companheiros e companheiras do ProfHistória 2020, que sempre estiveram presentes, embora com a imposição da distância. Diante de tantos desafios desse mestrado, a relação com pessoas tão maravilhosas e acolhedoras, fez as adversidades parecerem menores. “Ainda bem que a gente tem a gente”.

Quem construiu Tebas, a cidade das sete
portas? Nos livros estão nomes de reis;
Os reis carregaram as pedras?

(BERTHOLD BRECHT, 1935)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as relações entre Instituto Aliança, uma instituição privada, e a Secretaria de Educação do Estado do Ceará na definição dos currículos e na produção de materiais didáticos usados em disciplinas nas Escolas Profissionais, e questiona a maneira como a formação no Ensino Médio é excessivamente voltada para atender às demandas do mercado de trabalho. Partindo desses pressupostos, buscamos demonstrar a fragilidade teórica do material usado para auxiliar as aulas da disciplina “Mundo do Trabalho” e a influência dessa cartilha nos relatórios finais de estágio. Por fim, propomos um instrumento didático, no qual apresentamos alternativas para abordar o conceito de *trabalho* no Ensino de História.

Palavras-chave: mundos do trabalho; escolas profissionais; ensino de História.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the relationship between Instituto Aliança, a private institution, and the Ceará State Department of Education in the definition of curricula and in the production of didactic materials used in subjects in Professional Schools and questions the way in which training in High School is excessively focused on meeting the demands of the labor market. Based on these assumptions, we seek to demonstrate the theoretical fragility of the material used to support the Mundo do Trabalho classes and demonstrate the influence of this booklet on the final internship reports. Finally, we propose a didactic instrument in which we present alternatives to approach the concept of work in History Teaching.

Keywords: worlds of Work; professional schools; history Teaching

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações Quantitativas Coletadas dos Relatórios.....	73
Tabela 2 - Definições e Objetivos do Estágio.....	75
Tabela 3 - Locais de Estágio e Atividades Realizadas no Curso de Comércio.....	82
Tabela 4 - Locais de Estágio e Atividades Realizadas no Curso de Administração....	84
Tabela 5 - Locais de Estágio e Atividades Realizadas no Curso de Informática.....	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Livro Didático de História de 1955-9.....	90
Figura 2 - Livro Didático de História 2019.....	92
Figura 3 - Primeira Elaboração de Capa para o Instrumento Didático.....	95
Figura 4 - Segunda elaboração de Capa do Instrumento didático.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADM	Administração
CAPS	Centre de Atendimento Psicossocial
CCI	Centro Cearense de Idiomas
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
COM	Comércio
CPF	Certidão de Pessoa Física
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CQT	Controle de Qualidade Total
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EEEP	Escola Estadual de Ensino Profissional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENF	Enfermagem
EP	Escola Profissional
EP's	Escolas Profissionais
ESF	Estratégia Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IA	Instituto Aliança
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFCE	Instituto Federal do Ceará
INF	Informática
ISO	Organização Internacional para Padronização
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEPS	Primeiro a entrar – Primeiro a Sair
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROFHistória	Mestrado Profissional em Ensino de História
PT	Partido dos Trabalhadores
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Ceará
SUS	Sistema Único de Saúde
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TPE	Todos Pela Educação
UEPS	Último a entrar – Primeiro a Sair
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DO MACRO AO MICRO: ANÁLISE HISTÓRICA DA REALIDADE POLÍTICA E EDUCACIONAL DO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO.....	21
2.1	Redemocratização e Neoliberalismo no Brasil.....	22
2.2	A Educação no Contexto Neoliberal.....	34
2.3	EEEP Manoel Mano.....	39
2.4	A EEEP Manoel Mano no contexto da COVID-19.....	42
3	A APOSTILA MUNDO DO TRABALHO: “UMA JORNADA DE SUCESSO”....	45
3.1	A relação entre a SEDUC e o Instituto Aliança.....	47
3.2	As bases teóricas que orientam a apostila e a disciplina Mundo do Trabalho.....	52
3.3	Relatório Final de Estágio – análise da experiência estudantil no ambiente de formação para o trabalho.....	68
4	O INSTRUMENTO DIDÁTICO – PROPOSTAS E POSSIBILIDADES.....	89
4.1	Da aparência do Instrumento didático.....	90
4.2	Sobre a linguagem e os referenciais teóricos.....	97
4.3	As sequências didáticas e os aspectos avaliativo.....	99
4.4	O moderno e o tradicional no ensino de História.....	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICE A - INSTRUMENTO DIDÁTICO MUNDOS DO TRABALHO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	110

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge de uma inquietação quanto a um conjunto de fatores que culminam em uma formação excessivamente empreendedora dos alunos(as) nas escolas de todo o Brasil, em especial, nas Escolas Profissionais no Estado do Ceará, EP's. No entanto faz-se necessária uma breve apresentação da formulação do nosso objeto de pesquisa, visto que a própria definição dos caminhos que traçamos se confunde com o período histórico da escrita. Afinal, a pesquisa atravessou a pandemia de COVID-19, e foi frontalmente afetada por seus reflexos. Como se não bastasse, vivíamos um governo fascista que descredibilizava a ciência, negava a vacina, zombava dos mortos e dos doentes, ao passo que produzia uma política de desmonte do Estado, em diversas frentes como a saúde, a educação e o meio ambiente. Talvez a qualidade deste texto fosse superior em outras conjunturas, porém não posso garantir que ele existiria sem o profundo desconforto de vivenciar períodos tão sombrios para a realidade do povo brasileiro.

O citado desgoverno tinha uma atenção especial na destruição da educação pública. Atacava o ensino básico com calúnias infundáveis e reproduzia teorias conspiratórias – velhas conhecidas no exterior, mas novidade aqui no Brasil – disseminando um verdadeiro pânico moral sobre as questões de gênero e trazendo de volta o carcomido temor do “fantasma do comunismo”. Isso impunha uma complicada missão aos professores e militantes da educação: ter que combater absurdos gerenciais e falas caluniosas e mentirosas dos altos escalões do poder da República. Em outras palavras, discutir falsos problemas e ao mesmo tempo continuar as lutas verdadeiras, de valorização do profissional da educação, de melhoria das condições de ensino, de reorientação dos currículos, etc.

Foram tempos de autocensura. Muitos colegas preferiram calar-se a se indispor com alguns estudantes, pois falar de política em sala de aula poderia ser encarado como “doutrinação ideológica” por parte de alunos, de pais e até mesmo de alguns professores.

No ensino superior, consecutivos ataques que iam desde o escancarado elitismo¹, na desastrosa gestão do Ministro colombiano Ricardo Vélez Rodríguez, que foi demitido após 98 dias de exercício do cargo, passando pelo ressentimento de vexaminoso de Abraham Weintraub, que se atrapalhava ao fazer contas simples com bombons quando tentava explicar

¹ Vélez considerava que a Universidade Pública não deveria ser para todos e quando se tratava de cursos de Ciências Humanas, deveria ser cobrada mensalidade. (BASTILIO, 2019)

os inexplicáveis cortes de verbas para a educação,² e que passava vergonha no twitter por graves erros ortográficos. O mesmo que precisou fugir do país após provocar um perigoso imbróglio diplomático com a China.

Naquele momento a pesquisa estava em fase embrionária e bastante difusa. Havia a ideia de aproveitar um outro projeto sobre a categoria *superexploração*, da teoria da dependência, aplicada ao estudo de caso da Grendene, uma empresa calçadista que se transfere de Caxias, no Rio Grande do Sul para Sobral, interior do Ceará, com o objetivo de potencializar seus lucros com o saldo da contratação de mão de obra excedente, desorganizada e barata, aliada aos auxílios e isenções fiscais do Governo do Estado. Porém, teria que fazer muito esforço para adaptar o projeto com o ensino de história, e então resolvi reformular meu objeto, todavia, a classe trabalhadora sempre esteve no meu horizonte.

Tivemos apenas dois encontros presenciais até que fossemos tomados pela notícia de que teríamos que nos adaptar às estratégias de ensino remoto. O calendário universitário ficou uma loucura. Durante o período em que as aulas ficaram suspensas nos mobilizamos para continuarmos em contato. Isto, é claro, daria um tom diferente ao andamento da pesquisa. E todos nós fomos afetados por esses percalços programáticos.

A surpresa desagradável de presenciar uma pandemia em escala global, potencializada por um governo negacionista, que incentivava a proliferação do vírus, contrariando todas as recomendações dos organismos competentes, inevitavelmente nos impactou emocionalmente e, de certo modo, todos nós deixamos o mestrado em segundo plano. Foram momentos de muita angústia e ansiedade.

Quando definimos nossos respectivos orientadores, pensei em me enveredar pelo campo do patrimônio e propor roteiros históricos na cidade de Crateús. Visitei lugares de memória, listei monumentos e pesquisei bibliografia sobre a cidade. Essa proposta foi inicialmente apoiada – embora que com algum descrédito – por minha professora, orientadora e amiga Ana Carla Sabino Fernandes. Mas, logo chegamos juntos à conclusão de que não seria aquele o caminho da pesquisa. Foi então que resolvemos olhar para o campo Mundos do Trabalho, e em seguida, para a formação profissional dos alunos e alunas da EP Manoel Mano. Foi também de responsabilidade da Ana Carla o direcionamento dos nossos trabalhos para a análise do arquivo escolar e a apresentação do conceito de “consciência histórica”. Somadas,

² Um desses “contingenciamentos” adiou o início do ano calendário letivo do programa de mestrado de março para abril, mas a ameaça era de suspender todo o primeiro semestre. (BASTILIO, 2019)

essas duas lições com as ideias preconcebidas, dão a essência da nossa dissertação. Por este motivo escrevo no plural, acreditando que não escrevo sozinho, e que em mim existe a orientação de Ana Carla, a leitura de uma seleção bibliográfica, o convívio com os colegas.

Decidido o campo de estudo, *Mundos do Trabalho*, fui eu então reler alguns capítulos de “O Capital”, resenhar textos de Ruy Mauro Marine, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, fichar o livro do Mathias Seibel Luce. Mas foi com Ricardo Antunes que descobri a atualidade das questões sobre o cotidiano da classe trabalhadora. O livro “O Privilégio da Servidão” (2020) me introduziu a uma nova bibliografia e a partir dele conheci Ruy Braga (2020), Guy Standig (2020), Marcelo Badaró Matos (2019). A perda de direitos trabalhistas e o crescente índice de pessoas desempregadas, em consonância com uma formação escolar excessivamente direcionada para o mercado de trabalho, o que eu percebia empiricamente, encontraram na formulação dos conceitos de “Precariado” e da “Reformulação do processo produtivo” a correspondência teórica de que sentia falta. Acreditei ter me achado na pesquisa. Elaborei o projeto “Mundos do Trabalho e Ensino de História - A Consciência de Classe no Ensino Profissional”, título que permanece até o momento.

A contribuição da professora, companheira e amiga, Adelaide Maria Gonçalves Pereira, quando a ela apresentamos o projeto, foi decisiva para os rumos deste trabalho. Disse a citada professora, em um comentário cirúrgico: “há excesso de sociologia no seu trabalho de história”. E em um outro momento mais informal, me confessou: “o excesso de sociologia fez muito mal ao seu trabalho”. De fato, a História estava ausente, ou pelo menos estava em segundo plano. Meu projeto dava conta de oferecer uma interpretação para a realidade, mas não a historicizava. O elemento tempo, tão central na História, era secundário em meu projeto. Era necessário modificá-lo.

Nesse momento as contribuições de outro amigo e professor Edmilson Alves Maia Junior, foram fundamentais. Em suas aulas, relendo o texto de Walter Benjamin (1940); “Sobre o Conceito de História”, e relacionando *tempo e narrativa*, através da obra de Paul Ricoeur (2010), entendi que o tempo histórico se faz presente nas narrativas, e então, resolvi analisar as experiências dos alunos(as) nos campos de estágio, narradas nos relatórios de conclusão de curso.

A decisão de analisar os relatórios surge, então, da comunhão de diferentes contribuições de professores em aulas, orientações e conversas. Com Adelaide, descobri a importância de ressaltar as experiências dos alunos, fato que tive alguma resistência de assumir

como positivo, por receio de uma produção pós-moderna ou desvencilhada das questões sociais. Adelaide também me ensinou a não atribuir aos alunos(as) uma essência ou uma consciência prévia, ou ainda uma filiação a uma classe determinada. E nos relatórios foi possível encontrar experiência e singularidade, em meio a estruturas estabelecidas e ditadas por interesses econômicos e ideológicos. No entanto, os relatórios foram descobertos por mim, quase que por acaso, quando fui examinar o acervo escolar, o arquivo morto, localizados na biblioteca na Escola. O interesse de investigar a produção dos discentes e o seu arquivamento, eu devo creditar à pessoa da Ana Carla Sabino Fernandes.

O trabalho começou a encontrar sua forma quando passei a tomar como base a análise dos materiais usados nas aulas de Mundo do Trabalho, entendendo a apostila como uma verdadeira propaganda ideológica, que tomava uma dimensão de disciplina [ou componente curricular], contrariando, inclusive, a tendência lançada pela reforma do Ensino Médio, que é de aglutinar as disciplinas tradicionais em áreas de conhecimento. O que poderia sustentar essa contradição de criar disciplinas ao mesmo tempo que se propunha suprimir dos currículos disciplinas tradicionais como Sociologia e Filosofia? Para responder esta pergunta foi necessário ultrapassar os muros da escola, e observar a reestruturação do modelo produtivo, o qual a escola tem a função de reproduzir.

A referida apostila sintetiza todos os elementos que apontamos como determinantes para se compreender a realidade da educação brasileira, ressaltando, por um lado o estreitamento da relação entre Estado e setores privados na condução da gestão dos recursos públicos da educação, e por outro, as tendências comportamentais que “devem” ser assumidas pelos futuros trabalhadores.

Nosso trabalho assume uma posição bastante delicada e difícil, por não ser óbvia. Se, por honestidade, devemos reconhecer o bom desempenho das Escolas Profissionais na educação cearense, de um modo geral, e, em particular, a excelência da Escola Estadual Profissional Manoel Mano nos serviços prestado à comunidade de Crateús, possibilitando a muitos dos nossos discentes a formação necessária para a aprovação em vestibulares, bons desempenhos no ENEM e significativa introdução no mercado de trabalho, é por obrigação moral que faz-se necessária a crítica aos meios pelos quais se chega a tais resultados. Afinal, entendemos que a educação deve ser o caminho para a emancipação humana, e não instrumento para o forjamento de sujeitos apáticos a realidade social e com preocupações estritamente individuais.

Suspeitamos que o propósito da disciplina Mundo do Trabalho seja preparar os(as) alunos(as) para o competitivíssimo mercado de trabalho atual, indicando, além da formação acadêmica, o imperativo de uma postura profissional alinhada às demandas dos empregadores. Pensando nesse mercado cada vez mais dinâmico, que cria e elimina postos de trabalho a cada nova invenção tecnológica, os futuros trabalhadores deverão manter-se impávidos diante dos obstáculos. A tese é de que as conjunturas políticas, assim como as determinações dos empregadores, as condições de trabalho e as ofertas de trabalho são inquestionáveis, cabendo aos trabalhadores a adequação às novas realidades. Se por um acaso, no futuro, não seja possível uma previdência pública, deve-se administrar melhor as finanças para que seja possível investir em uma previdência privada.

Observamos que havia uma oportunidade para o enfrentamento dessa corrente de pensamento nas estratégias de Ensino de História. É claro que não temos a solução definitiva para todo o modelo educacional, nem nos propomos a tal tarefa. No entanto, desejamos dentro de nossas possibilidades, contribuir para melhorar a interpretação da realidade social, através de aulas de História que ultrapassem o simples conteúdo programático e proporcionem aos educandos(as) uma reflexão sobre seu próprio tempo histórico, suas respectivas identidades, a consciência de diferentes temporalidades e, sobretudo, a certeza de que o curso da história não está determinado, posto que é a ação humana quem promove transformações. Esperamos obter êxito nessa missão.

No momento de finalização dessa nossa árdua trajetória – na qual precisamos pedir prorrogação do prazo para defesa, superando todos os obstáculos da conjuntura externa, como a política nacional e o momento de fortalecimento do fascismo, que por muitas vezes nos prostou; driblando também os percalços de natureza particular e todos os inconvenientes por que passam os estudantes trabalhadores – nos encontramos esperançosos e preocupados. Por um lado, vencemos o fascismo nas urnas – mesmo com uma vantagem muito curta – e elegemos pela terceira vez um governo de centro-esquerda, representante de uma frente ampla histórica, jamais vista nesse país. O ministro da educação, no momento em que escrevemos, é o ex-governador do Ceará e atual Senador da República, Camilo Santana. Vale ressaltar que o Estado do Ceará é reconhecido nacionalmente como exemplo na Educação, no combate ao analfabetismo, na implementação do ensino em tempo integral e na gestão de recursos. Ao mesmo tempo, percebemos que aqui experimentou-se um modelo de compartilhamento de gestão da educação por entidades e instituições não governamentais. Na experiência do Ceará, nós vimos, junto com Camilo Santana e Izolda Cela, a presença de grupos como o Todos Pela

Educação, Instituto Ayrton Sena, Banco Mundial e demais financiadores, os quais tratamos com desconfiança aqui neste trabalho.

Para além de um trabalho sobre ensino de história, nos propomos à prática de um exercício de visão sistêmica. Queremos com isso incentivar outros(as) professores(as) e pesquisadores(as) a pensarem para além da sala de aula, pois acreditamos que as melhores práticas pedagógicas não serão suficientes se não repensarmos o papel da educação, da escola e do ensino da História. Desejamos que nossos esforços provoquem inquietações aos leitores.

2 DO MACRO AO MICRO: ANÁLISE HISTÓRICA DA REALIDADE POLÍTICA E EDUCACIONAL DO BRASIL DA REDEMOCRATIZAÇÃO

O exercício do magistério tem cada dia exigido mais do profissional da educação. São muitas e crescentes as demandas burocráticas. Além disto, se espera de um professor que ele esteja em constante aprimoramento de seu ofício, somando à sua rotina laboral, um contraturno de estudos. Neste contexto, refletir sobre as nossas práticas em uma dimensão mais ampla, que ultrapasse o imediatismo do cotidiano escolar torna-se um desafio.

Este capítulo se propõe a pensar a educação e o Ensino de História como partes de uma conjuntura, na qual estamos imersos, mas, que raramente entra no cálculo das análises educacionais. Partimos do ponto de que as questões macro influenciam os cotidianos escolares. Portanto, entender a educação como parte integrante da história do próprio país, nos parece uma alternativa eficiente para revelar os reais problemas e potencialidades das instituições. É preciso dizer, porém, que as realidades escolares são múltiplas, no entanto, algo em comum a todas elas são as influências do universo exterior aos muros das escolas. Sendo assim, não é prudente generalizar as escolas em nenhum sentido, visto que há distorções relevantes, mesmo em instituições pertencentes a uma mesma rede. Compreendendo essa lógica, a análise pode ter como ponto de partida a escola, mas não pode findar-se nela. Aqui, optamos por um caminho inverso.

No primeiro momento, descreveremos um panorama geral da história recente do Brasil no que se convencionou chamar de “redemocratização”, entendendo todas as implicações do termo. Buscamos evidenciar as contradições das trajetórias políticas e econômicas do Brasil. Este, por sua vez, não escapa das determinações de uma estrutura econômica global, e amarga

ainda uma dependência em relação a países centrais e hegemônicos. Em seguida, apontaremos as relações entre as demandas do mercado por mão de obra com características específicas e a formação escolar, a fim de evidenciar a disputa curricular por entidades de interesse privado dentro das escolas. Somente depois de evidenciar esses movimentos globais: de disputas por currículos que, buscam aprimorar habilidades e competências essenciais para o desenvolvimento do mercado, no sentido mais amplo da formação, e de destacar valores privados em detrimento de uma ética pública, no âmbito mais específico e individual, é que iremos tratar da Escola Estadual de Ensino Profissional Manoel Mano. Nossa preocupação é a de apresentar uma situação que se demonstra explícita, mas que por opção ou desconhecimento, permanece submergida nos debates sobre educação, e tem perdido centralidade no Ensino de História. Estamos falando de um traço marcante na formação dos jovens estudantes de escolas públicas, em especial as profissionalizantes, que se traduz no compartilhamento de valores empresariais e que os prepara para, de bom grado, serem mãos de obra especializada e barata.

2.1 Redemocratização e Neoliberalismo no Brasil

Uma enorme fila se formou na capital paulista no dia 26 de março de 2019. Aproximadamente 20 mil trabalhadores desempregados esperaram longas horas para serem atendidos no Sindicato dos Comerciários, onde se disponibilizavam o credenciamento para concorrer a 6 mil vagas de empregos oferecidas por 28 empresas do ramo varejista. Todos nós sabemos que a submissão de número tão elevados de pessoas a tal situação não se deve à promessa de condições de trabalho excepcionais. Na verdade, as vagas eram, de um modo geral, para ocupações de nível operacional, com um salário médio de R\$ 1.500,00, onde o diferencial mais desejado era o registro em carteira. Aproximadamente vinte mil pessoas, em uma fila que se estende em dimensão espacial, ou seja, quilométrica, que dava volta no quarteirão. Também se tornava longa em dimensões temporais, visto que alguns dos trabalhadores relatam ter chegado no dia anterior. (GUIMARÃES; NICOLAV, 2019)

Esse episódio recebeu destaque nos noticiários local e nacional. Expressava a dimensão do desemprego no Brasil, que naquela data alcançava 12 milhões de brasileiros e punha em dúvida o discurso falacioso e moralista dos liberais e representantes do mercado. Estes dizem existir vagas de emprego em excesso, por um lado, e carência de mão de obra qualificada, por outro. Mesmo que haja, de fato, ausência de profissionais qualificados em

setores específicos, principalmente ligados às tecnologias, essa carência não é capaz de explicar a massa de desempregados. A fila quilométrica que se formou naquela madrugada do dia 26 de março de 2019 em São Paulo, desvelava os rostos das pessoas que se encontravam em situação de desemprego. Seria necessário mais do que coragem para afirmar àqueles trabalhadores e trabalhadoras que a situação na qual se encontravam derivava da falta de esforço pessoal, da falta de capacitação ou qualquer outra justificativa de âmbito individual.

Em meio aos trabalhadores desempregados, com seus documentos e currículos impressos, sob o sol quente, estavam outros trabalhadores que não se interessavam pelas vagas. Eram camelôs que vendiam água, café, lanches, salgadinhos, biscoitos, canetas, guarda-chuva e mais uma lista interminável de mercadorias que poderiam despertar o interesse ou suprir alguma necessidade daqueles desempregados na fila. Trata-se de uma proporcionalidade inversa: conforme diminui a oferta de vagas de emprego, aumenta a ocupação em trabalhos informais.

Essa experiência do trabalho baseado no recebimento da atividade diária é uma realidade que sempre esteve presente na vida dos trabalhadores brasileiros. Por outro lado, é importante frisar que o emprego de carteira assinada, dotada de direitos e garantias, nunca foi uma possibilidade real para todo o território nacional. Mesmo nos momentos de maior desenvolvimento econômico e empregabilidade, as chances de ter um emprego de carteira assinada eram bem mais concretas nos estados mais desenvolvidos, sendo inclusive, um importante contribuidor dos movimentos migratórios das regiões Norte e Nordeste para o Sudeste.

No entanto, é a partir da aplicação do receituário neoliberal que as formas de emprego desregulado com relações de trabalho flexíveis, intermitentes, terceirizados e uma outra série de arranjos contratuais que, na prática negam os direitos trabalhistas, deixam de ser um problema e passa a ser visto como uma solução para a crise de desemprego causado pela reestruturação do modo de produção capitalista. (STANDING, 2020. P:15, ANTUNES, 2020. P:58)

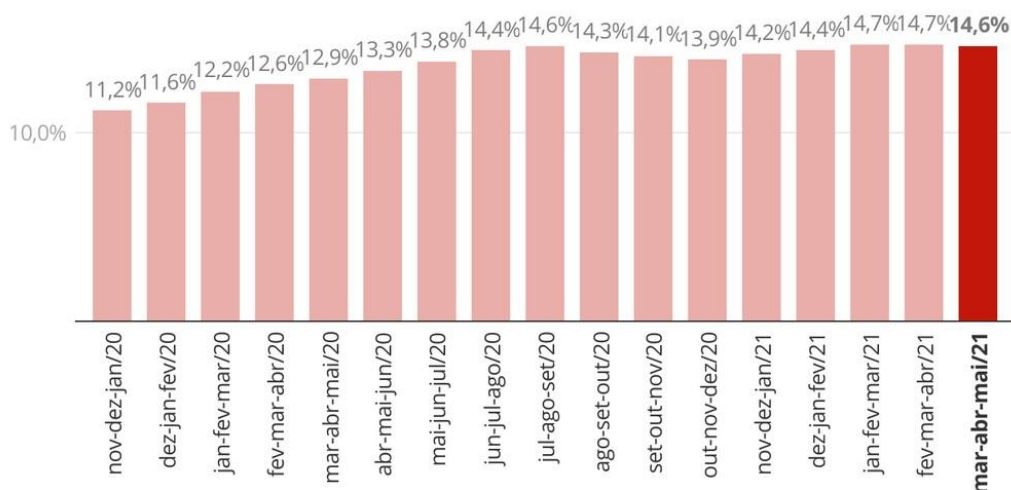
A releitura do liberalismo econômico clássico, agora com maior desejo de diminuição do Estado, não só na economia, mas em todas as áreas de assistência social, começa a ser implementado primeiramente, como um ensaio, no Chile, durante período ditatorial deflagrado com o Golpe militar de 1973. No Reino Unido, sob liderança da primeira-ministra Margaret Thatcher e nos Estados Unidos, com o presidente Ronald Reagan, as políticas

neoliberais passaram a ditar as práticas que seriam responsáveis pelo desenvolvimento econômico. A influência dessa cartilha econômica chegaria um pouco mais tarde aqui no Brasil.

O desemprego estrutural, as filas intermináveis de trabalhadores em busca de uma inserção no mercado de trabalho, o surgimento de outros trabalhadores que, ao desistirem de procurar emprego, acabam criando seus próprios negócios e a proliferação da lógica – na maioria das vezes, da moral – neoliberal, ilustram bem a realidade do trabalho no Brasil e das condições dos trabalhadores e trabalhadoras das últimas décadas, e que encontra no cenário pandêmico³ a sua manifestação mais aguda, como é possível observar no gráfico abaixo: (G1, 2021)

Evolução da taxa de desemprego

Índice no trimestre



Fonte: IBGE

G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/30/desemprego-fica-em-146percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-aponta-ibge.ghtml> acesso em 05.mar.2022

O desemprego acaba sendo apresentado não como um problema econômico, ou reflexo de um mal governo, ou ainda efeito de uma crise do sistema de produção, mas sim como um problema individual dos desempregados. Há uma tendência ideológica de responsabilização individual pelas adversidades sociais e uma crença irracional na força de vontade para superar

³ No momento da escrita, meados de 2021, o país atravessava a pior fase da pandemia de covid-19. Os telejornais noticiavam recordes de mortes por covid todos os dias. Os números passavam de 3 mil mortos por dia. Somado a esse cenário pavoroso, o número de desempregados chegava a 12 milhões.

situações concretas de desigualdade social. Antunes descreve com maestria o cenário do trabalho sob a lógica neoliberal na seguinte passagem: (ANTUNES, 2020, p. 36-37).

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá lavá-lo a ruir face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutações. A esse se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo. (...) A UBER é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, mas sem preocupação com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Cabe destacar nesta passagem uma polémica que gera controvérsias até mesmo entre os teóricos marxistas. Consiste na questão sobre a geração de mais-valor no setor de serviços. Marxistas mais ortodoxos afirmam que o setor de serviço está relacionado com a *circulação* de valor, já Antunes tem uma interpretação diferente da Teoria do Valor de Marx. Essa questão é interessante, porém não nos caberá a análise, visto que seria um dispêndio de força infrutífero para nossos propósitos. Porém, embora não haja consenso sobre a produção de mais valor no setor de serviços, há amplo entendimento quanto à exploração do trabalho nesse setor. Embora a produção de valor e a exploração do trabalho sejam conceitos diferentes, iremos optar pelo consenso.

A lógica neoliberal prega que para se alcançar o melhor desempenho econômico e proporcionar mais oportunidade de emprego, seria necessário a diminuição dos direitos trabalhistas, e esses, vale dizer, foram conquistados à custa de muita luta ao longo do século XX. A promessa é que o mercado empregaria mais se os custos das contratações fossem menores. Além disso, é possível perceber uma nova moral que valoriza os acordos flexibilizados e advoga para os trabalhadores(a) uma “nova” postura, a de sujeitos “empreendedores”. É importante frisar que a postura empreendedora, que é incentivada pela lógica do mercado, não se limita ao âmbito profissional, mas se estende a outras áreas da vida. “Ser empreendedor é uma forma de se alcançar a felicidade”.

O caso brasileiro em relação ao receituário neoliberal é um tanto quanto peculiar. Nos anos de 1980, quando se proliferavam as políticas neoliberais que desarticulavam as forças trabalhistas nos EUA, Reino Unido, Chile e Argentina, aqui no Brasil havia uma organizada e

politicizada massa de trabalhadores sindicalizados que acumulavam experiências e vitórias, a exemplo das greves dos operários do ABC Paulista. A formação de um partido trabalhista de massas, com participação de trabalhadores operários, intelectuais e artistas, também demonstra um pouco dessa trajetória do Brasil na contramão do cenário internacional. A constituição de 1988, que punha fim aos longos anos de regime ditatorial, ratificava o papel garantidor do Estado quanto às necessidades sociais dos cidadãos. Não significa com isso que o Brasil tenha blindado toda a influência neoliberal, mas que um projeto de liberalismo “puro sangue” encontrava resistências consideráveis. O exemplo maior é que o país garantiu, na nova Constituição, a universalidade e a gratuidade do acesso à saúde e à educação.

Nesses primeiros anos da segunda década do século XXI, devido à lamentável experiência pandêmica, será difícil encontrar quem negue a importância do Sistema Único de Saúde – SUS, criado durante o processo constituinte. Esse mesmo sistema que outrora sofrera com duros ataques midiáticos e com um histórico de má administração e proposital sucateamento, no intuito de favorecer os planos de saúde privados, foi o responsável por amenizar a tragédia da pandemia de COVID-19 no Brasil, revelando a robustez do sistema que mesmo sob frontal ataque, conseguiu dar conta de uma demanda gigantesca. Até agora (março 2022), somam-se mais de 650 mil mortos, e esse número poderia ser triplicado, quadruplicado, se não fosse o SUS. Mesmo com todos esses problemas, um sistema público de saúde do porte do SUS é uma verdadeira aberração para os parâmetros neoliberais. Do mesmo modo, guardadas as devidas proporções, a universalidade e a gratuidade da educação, inclusive e sobretudo, a gratuidade do ensino superior é, sob ótica do neoliberalismo, um fato horrível que deve ser combatido.

O projeto neoliberal pretende transformar tudo em mercadoria: saúde, segurança, moradia, acesso à água, educação. Entendendo dessa forma, o Brasil da redemocratização, de empresas estatais com alto potencial lucrativo, era, do ponto de vista do neoliberalismo, uma realidade inconveniente, e precisava ser negada. Por outro lado, se a falência da política de bem-estar social nos países centrais do capitalismo, punha fim à uma realidade de ganho real de direitos e de qualidade de vida da classe trabalhadora, faz-se necessário pontuar que por aqui o *welfare state*, ou o Estado de bem-estar social, nunca se concretizou. A reabertura política no Brasil, aprofundou as contradições e (DOS SANTOS, 2021 p. 290):

Forma-se assim um contexto complexo em que, de um lado, transformações econômicas, sociais e tecnológicas globais incidem fortemente dentro da

realidade brasileira sob a forma de transformações internas e de rearticulações da economia brasileira na economia do mundo. Por outro lado, este processo de abertura política é controlado e pensado pela burocracia estatal, apoiado pela burguesia industrial (e por outros setores da burguesia do país) e pelo capital internacional.

Diante da descrição ampla de Theotonio dos Santos (2021. p. 290) cabe uma digressão no modo de como tratar os objetos de estudos e em relação ao posicionamento do historiador. É necessário entender e enxergar os sujeitos na História, e não há como negar a importância e a relevância desse ponto. No entanto, diante de elementos conjunturais, que acabam por condicionar a vida desses indivíduos, que passam a ser geridas estrategicamente pelos interesses financeiros, podemos:

- a) incorporar à narrativa da História a experiência vivida por esses sujeitos, ressaltando não apenas suas dificuldades materiais e as adversidades sociais, mas também as estratégias que utilizam para manter a sua reprodução da vida laboral, cultural, familiar, religiosa, etc, apontando, descrevendo e analisando o “espaço de experiência e horizontes de expectativas”, como sugere Koselleck (2006) na sua obra *Futuro do Passado*. Ou ainda disputar a narrativa entendendo melhor os processos narrativos de *mimesis*, associados a diferentes formas de se compreender o tempo, como propunha Paul Ricoeur.
- b) descrever que as condições conjunturais são frutos de estruturas políticas e econômicas em escala global e que afetam diretamente os sujeitos – de determinada classe – que, individualmente não tem condições de fazer frente à realidade. O propósito aqui, para além de incluir os sujeitos na narrativa – que podem aparecer, inclusive nas ausências – é promover a consciência de classe, buscando a alteração da realidade e a superação das desigualdades.

Porém, é importante entender, e fazer presente na escrita, que os sujeitos desse debate têm cor, sexo, gênero, classe social; e quando se fala em *Mundos do Trabalho*⁴, por exemplo, é honesto dizer que os desempregados têm endereço, histórico escolar, e isto não pode ser negligenciado, é claro. Tampouco deve ser o objetivo maior a descrição etnográfica somente – esse recurso demasiadamente narrativo descritivo nos parece mais bem adequado ao cinema, sobretudo ao gênero documentário. No nosso entendimento, que se alinha a um compromisso com a transformação das estruturas sociais e toma posicionamento ao lado dos trabalhadores

⁴ O termo *Mundos do trabalho* aparece aqui como um campo disciplinar da História.

nessa transformação, é fundamental entender as conjunturas estruturantes, as dimensões que impõem e determinam as condições de vida de determinadas classes, fazendo disso uma denúncia para que possamos ter possibilidades de refletir as ações diante das opressões. Não achamos ultrapassado pensar na superação do sistema capitalista. Todavia, temos clareza da complexidade do conceito de classe e dos seus desafios. Marcelo Badaró Mattos, historiador do Mundos do Trabalho, que também enxerga o potencial do conceito de classe e seu valor analítico da realidade, utiliza a seguinte passagem de Marx para definir Classe e o seu complexo conceitual (MARX IN; MATTOS, 2019, p.25):

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmo se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ela só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho.

De volta à análise da redemocratização brasileira, lembremos que as tão esperadas eleições diretas para presidente vieram em 1989, e deram vitória a Fernando Collor de Melo, o qual contava com o apoio da maior emissora de televisão da América Latina e da camada empresarial do país. Assumira depois de José Sarney, eleito indiretamente para ser o primeiro presidente civil após a Ditadura. Sarney, é um político que sabe se posicionar e, no jogo político, sempre esteve do lado dos vencedores. Ele atendia aos interesses de uma transição “segura” desejada pelos militares. Seu governo teve que lidar com alta inflação, o que ocasionou crises de abastecimentos e exigiu a implementação de um plano econômico para estabilizar a economia: o Plano Cruzado.

Após José Sarney ter cumprido a missão de uma transição segura e garantir a hegemonia política e econômica para as classes dominantes, assume a presidência Fernando Collor de Melo, que apesar de ter o mandato interrompido por um impeachment em 1992, contribuiu, assim como o seu antecessor, para a implementação do neoliberalismo no Brasil. No seu discurso de posse já prometia a extinção dos mecanismos de controle do estado, usando o já antigo argumento de “modernizar” a economia. No governo dele, houve redução de impostos, privatizações de empresas públicas e, com a intensão de frear a inflação, capturou-se, de maneira desastrada e inconsequente, as economias de quem aplicava em caderneta de

poupança. Após a renúncia de Collor, Itamar Franco, seu vice, assume a presidência e põe em prática um novo plano para recuperar a economia: o Plano Real.

O Brasil passa a ter um bom desempenho econômico em meados da década de 1990. Porém, é importante ressaltar, inserido na permanência de uma lógica dependente. Isto quer dizer que, apesar da aparência de estabilidade, a essência do desenvolvimento dependente permanecia. Nos termos de Marini (MARINI, 2005, p. 141), dependência configura uma relação de subordinação entre países formalmente independentes, que tem como consequência a deterioração dos termos de troca, que por sua vez se refletem na superexploração do trabalho.

O Plano Real estabilizou a inflação, e o país passou a diversificar e a modernizar o seu parque industrial, e assistiu um aumento nas exportações, o que resultou em uma balança comercial positiva. A soma desses fatores elevava a importância do país no mapa internacional (ANDERSON, 2020).

No entanto, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente em 1994, o Brasil experimentou mais uma guinada neoliberal, ainda que acompanhada de algumas políticas públicas que se configuram como conquistas populares, a exemplo da redução do analfabetismo e do declínio da mortalidade infantil. Ainda que de maneira mal planejada, o mesmo governo promoveu alguma redistribuição de terra⁵. Convivem com essas medidas, as reformas de desmantelamento do Estado (vide a reforma da previdência), a privatização de empresas públicas, a reforma trabalhista, além da transferência dos cuidados sociais para o terceiro setor (ANDERSON, 2020, p.40-41):

A característica determinante da Presidência de Fernando Henrique foi o seu neoliberalismo *light*, como diria os brasileiros. Tratava-se, na realidade do mesmo tipo de neoliberalismo que predominou na década de 1990 em todo o mundo capitalista desenvolvido, quando as doutrinas da terceira via ou do novo centro – implementadas por Clinton, Blair, Schroeder – procuraram se distanciar ostensivamente das versões mais duras do neoliberalismo, inauguradas por Reagen e Thatcher na década anterior, mas, na prática, deram continuidade ao programa original – por vezes inclusive o aprofundando, só que agora o associando a concessões sociais e a uma retórica mais branda.

⁵ A redistribuição de terras que ocorreu no Governo de FHC não favorecia a permanência dos assentados no campo por não acompanhar, ao lado do acesso à terra, planejamento para manutenção da vida no campo como; financiamento para compra de maquinário, infraestrutura como escola, hospital, saneamento básico etc. eram comuns que os terrenos fossem negociados posteriormente, restabelecendo a configuração fundiária, sob o discurso de uma legitimidade moral que desqualificava os assentados.

O Brasil passaria por esses momentos de avanços e retrocessos em relação ao receituário neoliberal. Percebemos, durante a redemocratização, que, embora se tenha tido alguns progressos nos setores populares e movimentos sociais, no sentido de conseguir existir dentro de uma lógica legal e democrática, é preciso reconhecer que os impactos sobre os caminhos de desenvolvimento e o planejamento nacional foram decididos a partir de cima.

Entra aqui uma outra contradição ao modelo neoliberal à moda brasileira: enquanto há um desmonte contínuo e permanente do Estado em relação às políticas de bem-estar social – que no nosso caso nunca chegaram a ser plenamente implementadas – e a intervenção na economia, tem-se um Estado extremamente presente na repressão às camadas menos favorecidas. Convivem em um mesmo Estado, o abandono total dos serviços dos estados nos morros, nas favelas, e em áreas periféricas como um todo, e uma política pública de combate à violência e uma guerra contra as drogas que exclui e segrega racial e geograficamente a maior parte da população.

Com os governos do Partido dos Trabalhadores, partir de 2003, o Brasil experimenta um freio nas políticas neoliberais, sem, no entanto, abandoná-las completamente. De modo geral, o país caminhava para a consolidação de uma democracia liberal com reconhecimento internacional. Ao Sul do continente, destaca-se o papel de liderança e articulador internacional do Brasil. O presidente se reunia com os líderes da principal potência imperialista, os Estados Unidos, enquanto fortalecia a aproximação comercial entre os países da América do Sul, aqui inclusos alguns “inimigos” dos Estados Unidos, como Cuba e Venezuela. O pragmatismo político se fazia perceber na concepção de política internacional praticada pelo Brasil.

Como já apontamos anteriormente, o Partido dos Trabalhadores surge no período final da década de 1980 e configura um evento peculiar na conjuntura nacional e mesmo internacional (ANDERSON, 2020. p.38).

O Brasil foi o único país do mundo a produzir um novo partido de classe trabalhadora de dimensões clássicas desde a Segunda Guerra Mundial. O surgimento do PT desafiou não só uma tendência global – declínio da política trabalhista em todo o mundo capitalista na década de 1980 – mas também um padrão nacional: a longa existência de partidos sérios no maior país da América Latina.

Os movimentos trabalhistas da década de 1980 estavam em desalinho com as tendências globais. Sobre este ponto, é importante frisar que boa parte da historiografia nacional

costuma denominar a década de 1980 com a “década perdida”, devido ao fracasso do chamado “milagre econômico” do período ditatorial. Por outro lado, é necessário reconhecer a construção do movimento trabalhista, que nesse sentido, faz da década de 80 um período de efervescência. No entanto a postura de Luís Inácio Lula da Silva vai se modificando com as derrotas eleitorais, ao ponto de se moderar o suficiente para ser aceito pelo mercado, ainda que para isso tenha se visto obrigado a prometer que seguiria com a política econômica de seu antecessor. Tal compromisso se formaliza com a “Carta ao Povo Brasileiro”. A carta, na verdade, tranquilizava os grandes investidores e o FMI, quanto ao pagamento da dívida externa, adquirida por diversos governos e ampliada consideravelmente nos anos de FHC. Dizia a carta (SILVA, 2002):

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar conta aos nossos credores. Vamos preservar o superávit primário o quando for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo honrar os seus compromissos. (...) O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O Brasil precisa navegar no mar aberto do *desenvolvimento econômico* e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Sob liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, *o Lula*, ex-metalúrgico que possuía um limitado currículo formal, contrastando com o seu antecessor – um intelectual no qual era conhecido por ser o “príncipe da Sociologia” – o Brasil passa a viver a sua melhor fase em relação ao crescimento econômico. Em meados de 2006, final do primeiro governo Lula, parecia que o “futuro”, pelo qual o país vinha esperando desde meados do século anterior, um futuro de desenvolvimento econômico e bem-estar social, se aproximava. Em 2007, com a descoberta do pré-sal pela Petrobrás e a possibilidade de se retirar petróleo de boa qualidade em alto mar, com uma tecnologia genuinamente brasileira, a empresa – estatal – passa a ser reconhecida por sua inovação e tecnologia, recebendo prêmios e se valorizando no mercado.

Os programas sociais também acompanharam o desenvolvimento econômico. O principal programa do Governo era o Bolsa Família, que visava a redistribuição de renda, e que consolidava uma série de outros benefícios. O Bolsa Família teve uma enorme colaboração na extinção da extrema pobreza e na saída do país do mapa da fome. Já o programa Luz para Todos promovia acesso à energia elétrica em áreas remotas, com subsídio do Governo Federal. Na educação, ampliou-se o acesso aos ensinos técnico e superior, com a criação dos Institutos Federais e os programas de financiamento em faculdades privadas com a implementação do FIES. O PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com suas grandes obras de

infraestrutura, fez crescer o número de trabalhadores com carteira assinada. Era o Brasil, mais uma vez na contramão do cenário internacional.

A crise global do sistema capitalista de 2008, promovida pela “bolha imobiliária” nos Estados Unidos, fez com que as economias liberais recorressem ao Estado. Houve recessão, desemprego em massa e os pobres dos países centrais passavam por graves privações. Aqui, na parte Sul do continente, Hugo Chávez falou à imprensa que a crise não afetaria a Venezuela, pois lá se vivia no Socialismo. No Brasil, o Presidente garantiu que o *tsunami* chegaria ao país como uma “marolinha”.

Apesar dos avanços sociais, inegáveis, porém limitados, nos aspectos da organização e da politização, o país permanecia cindido racialmente, com forte permanência das estruturas. As políticas sociais não foram capazes de diminuir o imenso abismo de concentração fundiária e monetária. O partido no poder abandonou o discurso de classes, no sentido de consciência, por uma classificação elogiosa à Classe Média, que na verdade era a classe trabalhadora. Como ela agora conseguia algum poder de compra e tinha conseguido acesso à universidade para seus filhos, passou a ser denominada de “nova classe média” ou classe C. No lugar daquele sindicalismo de luta e confronto da década de 1980, se manifestava um sindicalismo de resultados ou de conciliação.

As contradições eram percebidas a cada pequeno avanço da classe trabalhadora: as cotas em universidades públicas, o acesso ao crédito e o financiamento de casas populares, os benefícios da distribuição do Bolsa Família. Todas essas medidas faziam a classe média atacar ferozmente o governo do PT pelo que ele fazia de melhor⁶, enquanto ignorava a permanência de uma política de desenvolvimento econômico pautada na lógica dependente e neoliberal⁷. O discurso meritocrático e excessivamente liberal era proliferado pelas mídias e reproduzido de maneira acrítica pelas camadas médias. Somando-se às críticas ao PT, surgem as denúncias de escândalos de corrupção, o que se inicia com a CPI dos Correios, e desagua na descoberta de um suposto esquema de compra de votos que ficou conhecido como “Mensalão”.

Em resumo, os dois Governos Lula foram marcados por avanços sociais importantes e por contradições latentes no que se refere à política de aliança com partidos

⁶ “Tem que mudar a educação pela base”; diziam em relação as cotas. “Tem que ensinar a pescar em vez de dar o peixe”; em relação ao bolsa família. “Estão estimulando os pobres a terem filhos e viver de bolsa família” etc...

⁷ Durante os governos do PT houve conjuntura favorável para revogação das privatizações realizadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso, não foram feitas. Além de realizar reformas na previdência e nas leis trabalhistas, flexibilizando a possibilidade de terceirização e dificultando o acesso ao seguro-desemprego.

fisiocratas e o surgimento de escândalos de corrupção. Mas, os ganhos que a classe trabalhadora obteve renderam uma boa popularidade ao presidente, que conseguiu eleger uma sucessora, Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita como mandatária no executivo brasileiro (ANDERSON, 2020. p. 91).

“Escolhida por Lula como sua sucessora, a ex-guerrilheira Dilma Rousseff havia sido sua ministra-chefe da Casa Civil e venceu a eleição presidencial de 2010 com uma maioria quase tão esmagadora quanto a do próprio Lula. Quatro anos depois, foi reeleita com uma margem muito menor, obtendo uma vantagem de apenas 3% sobre seu oponente, o então governador de Minas Gerais, Aécio Neves, num pleito marcado pela maior polarização regional já vista no país: o Sul e Sudeste industrializados posicionaram-se fortemente contra ela, enquanto o Nordeste deu uma vantagem de 72%, ainda maior do que em 2010.

O resultado da eleição presidencial de 2014 é bastante significante para melhor entender o começo do fim de uma política preocupada minimamente com o desenvolvimento social. A apertada vitória de Dilma para um segundo mandato, se dava depois de enorme agitação social desorganizada e descontente com os rumos do Brasil. Os protestos de 2013 tinham pautas difusas. Coexistiam nas ruas partidos de esquerda, centrais sindicais, movimento estudantil e uma massa de cidadãos que não tinham o hábito de participar da vida política protestando contra os preços das passagens de ônibus, exigindo melhores condições de saúde nos hospitais, escolas de qualidade, enfim, uma melhor oferta dos serviços públicos. Por outro lado, grupos conservadores diversos descobriam um patriotismo confuso e tortuoso, que expressava todo o ressentimento de uma classe média “pagadora de impostos”, que não conseguia mais ter a exclusividade nas viagens de avião.

Os analistas desses acontecimentos recentes da História do Brasil, costumam apontar, com figuras de linguagens, um movimento desalinhado, como se em determinado momento o país saísse de sua trajetória do progresso científico e tecnológico e do desenvolvimento econômico e social. Perry Anderson, citado algumas vezes nesse texto, propõe uma imagem de parábola na definição do Brasil, da redemocratização até a vitória de Bolsonaro, ponto final nivelado ao ponto de partida de 1964. A economista Laura Carvalho, usa a figura de uma dança para definir a trajetória: “Valsa Brasileira”. Francisco de Oliveira, propõe a esquisitice do ornitorrinco, enquanto Jessé de Souza fala sobre “A Elite do Atraso” para caracterizar o gênio das camadas dominantes da economia.

No entanto, se analisarmos a política e a economia brasileiras observando que o país se insere no mercado internacional como produtor de bens primários, que não completa o

ciclo de circulação de sua produção e não produz a maior parte dos bens que consome, iremos ver que essa trajetória é coerente com a realidade de uma nação dependente⁸. Sob esse prisma, iremos encontrar nos governos da redemocratização dois posicionamentos: o primeiro é um alinhamento cego e irracional com as doutrinas estadunidenses, e o segundo, caracterizado pelos governos do PT, é uma tentativa reformista de mudança social, sem a eliminação das classes dominantes. A radicalização da extrema direita que vemos hoje, nada mais é que o fracasso dessa tentativa de mudança social através de conciliações.

A falta de autonomia para planejar e executar um projeto de desenvolvimento calcado nas próprias necessidades, faz com que o Brasil adote modelos econômicos desenvolvido por países hegemônicos. No entanto, a dependência não se limita à economia, pois o caráter de país dependente pode ser visto nas manifestações culturais, na produção intelectual, nas universidades e, por fim, nas escolas.

2.2 A Educação no Contexto Neoliberal

A educação não está dissociada da realidade política, econômica, social e histórica. É importante perceber, ao observar a própria história da educação básica no Brasil, que as alterações nos modelos e mesmo a ampliação do acesso ao ensino acompanham também as necessidades do mercado por trabalhadores “adequadamente” qualificados. Neste sentido, é necessário questionar que tipo de trabalhadores os donos dos meios de produção demandam às instituições de ensino, a fim de questionar e se posicionar quanto à disposição destas em atender à referida demanda. O despertar para essa demanda do mercado é um estímulo para a consciência da complexidade social e para o posicionamento político, tanto dos educandos quanto dos educadores.

Não por acaso, em meados dos anos de 1980 percebe-se um movimento global de reformas educacionais, no intuito de formar trabalhadores capazes de atender às demandas das empresas por profissionais com habilidades específicas, relacionadas aos novos modelos produtivos, cada vez mais dinâmicos, flexíveis e tecnológicos.

⁸ Dependência, por Marini se configura: “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a superação das relações de produção que ela supõe. (MARINI; 2015, p.109).

A associação entre o modelo produtivo e as reformas educacionais, alterando as concepções de educação humanística para uma educação mais formativa e preparatória para o mercado de trabalho foi percebida por Laval (2019, p.30):

O novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica. Está ligado a um economicismo aparentemente simplista, cujo principal axioma é que as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” são as referências do novo ideal pedagógico.

Standing (2020, p.110) que analisa o fenômeno da precarização e os seus potenciais efeitos sociais, também alerta para uma transformação do papel da escola pelos mecanismos de Estado comprometidos com o desenvolvimento econômico neoliberal:

O Estado neoliberal vem transformando os sistemas escolares para torná-los uma parte consistente da sociedade de mercado, pressionando a educação na direção da formação de “capital humano” e da preparação para o trabalho. Isso tem sido um dos mais indecorosos aspectos da globalização.

Essa apropriação do controle educacional por parte dos donos da produção, replicada em escala global, além de ser um aspecto indecoroso, desencadeia outras consequências, e nenhuma delas é vantajosa para os alunos. Primeiramente, é importante entender que o papel da educação em um contexto econômico capitalista neoliberal e globalizado pressupõe o triunfo do modelo global de educação e não mais de uma nação específica. Diante disto, aspectos nacionais, elementos sociais e culturais de dimensão local acabam sendo ocupados por outras interpretações de natureza global. Outro movimento que se percebe na globalização e que acaba por refletir na educação, é a perda de espaço da linguagem política, como meio para transformação da realidade. A centralidade passa a ser dos objetivos econômicos. No entanto, são os Estados Nacionais os maiores aplicadores das políticas educacionais. (SOUZA, 2016)

Tal constatação representa uma enorme contradição: justamente o Estado, maior aplicador das políticas educacionais, que deveria defender os interesses das grandes massas, é capturado pelos interesses do grande capital. Isso também é um sintoma da globalização do modelo capitalista neoliberal, visto que nesse contexto torna-se necessária a readequação do papel do Estado. Questiona-se também o papel da escola pública e por conseguinte, a própria definição de educação.

Os argumentos que legitimam o desmonte de políticas públicas são bastante conhecidos. O Estado é responsabilizado pelas crises econômicas, decorrente de processos naturais e cíclicos do próprio capitalismo. Diante da acusação de culpa pelos maus resultados econômicos, pelos desempregos, pela inflação e pela concentração de renda, o Estado é descrito como uma instituição pouco eficiente, corrupta e promotora de desigualdades. Como solução para esse problema, começam a surgir (em geral na grande mídia, associada aos interesses do capital, mas também por políticos cooptados por interesses particulares ou convicções ideológicas) vozes sugerindo a necessidade de uma responsabilidade fiscal, maior eficiência nos gastos públicos, ou outras coisas do gênero. Na prática, é a redução dos gastos públicos em serviços essenciais para o povo, como saúde, educação e previdência social. Outro fator consequente é a privatização e mercantilização de todas as áreas dos serviços públicos, e a educação, é claro, não está fora desse projeto.

Esse movimento é apontado por Fátima Antunes e Vera Peroni, no artigo “Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação - Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas”. (ANTUNES, F. & PERONI, 2017 p. 4).

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois, com esse diagnóstico, as prescrições são no sentido de racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que se alega que as instituições públicas são permeáveis às pressões e demandas da população e improdutivas, pela lógica de mercado.

Segundo Antunes e Peroni (2017) apontam ainda cinco características necessárias para o estabelecimento de um mercado, e sugerem que as reformas educacionais caminham para transformar a educação em um produto: 1 – os mercados envolvem produção de mercadorias, 2 – necessidade de um campo de produção definido, papel que pode ser cumprido, por exemplo pelo ensino superior, 3 – há uma troca monetária entre produtores e consumidores de mercadorias, 4 – existem relações de concorrência entre os produtores, 5 – há mercado de subjetividades, as atividades e comportamentos adequados ao mercado de produção, consumo e troca.

É possível constatar que as mudanças nos modelos educacionais caminham para transformar a educação (e a escola) em um mercado. Olhando por esse ângulo, a associação da realidade neoliberal adentrando no cotidiano escolar pode ser facilmente percebida. Em (LAVAL, 2019, p.127):

A ideologia liberal acompanha, fortalece e legitima formas diversas de desregulação cuja característica geral é abrir cada vez mais espaço dentro da escola aos interesses particulares e aos financiamentos privados, a modernização liberal da escola depende de um apagamento progressivo dos limites entre o domínio público e os interesses privados, o que é, para a tradição administrativa francesa, uma ruptura considerável.

Embora Christian Laval análise mais especificamente o cenário francês, é inevitável as comparações com a realidade brasileira, sobretudo, nas formas “modernas” de gestão escolar e nas propostas de modernização do ensino e aprendizagem. Fala-se em “gestor de sala de aula” para se referir ao professor; critica-se a “falta de praticidade do conteúdo”, prega-se um constante movimento de “evolução” da educação. O termo “educação tradicional” tem se tornado um sinônimo de atraso e retrocesso sem aprofundar quais fatores querem combater. Nesse contexto o professor muda de função (LAVAL, 2019; p.144):

O papel do professor não é mais transmitir conhecimentos, mas motivar, orientar, avaliar. Ele se tornou “coach” e “pesquisador”. (...) Fazer com que se acredite que o professor deve ser um orientador de pesquisas pessoais e exercícios padronizados em suportes informáticos possibilita justificar a compra de equipamentos em nome de uma “substituição [inelutável] do trabalho pelo capital”.

Nosso posicionamento não é de defesa de um modelo de educação tradicional, no sentido de mera reprodução dos conteúdos, da técnica de decorar, da intelectualidade ilustrada e muitas vezes infértil, mas é importante que se questione as qualidades que se atribui à modernidade na educação, como se nela houvesse um valor em si. Em outras palavras, será que toda modernização da educação representa um avanço qualitativo na vida de alunos e de professores? O que constatamos é que há uma sobreposição dos interesses privados acima dos interesses de bem comum e uma substituição dos valores coletivos pelos privados.

Além disso, é importante entender e relacionar o avanço neoliberal com a privatização da educação, assim como é fundamental ficar atento às interferências dos setores privados (ou da terceira via) na educação, isto porque (ANTUNES, F.; PERONI, 2017 p. 5):

(...) Mais do que privatizar escolas, importa ao mercado interferir na política educacional, principalmente nos casos de parcerias dos institutos Ayrton Senna e Unibanco com escolas do ensino fundamental e médio, em que o conteúdo da educação é monopolizado, com metas estabelecidas pelos institutos, o que Laval chama de mercadorias específicas.

Esse trecho requer muita atenção, pois as parcerias do Estado, em específico o Estado do Ceará, com institutos e fundações, nos causa bastante estranhamento. Na rede educacional do Estado do Ceará os professores preenchem tabelas com informações socioemocionais dos alunos. A coleta dessas informações é sugerida por esses institutos como parte das atribuições do “Professor Diretor de Turma”. Os currículos das Escolas Profissionalizantes também sofrem influências dessas instituições, como é o caso das disciplinas “Projeto de Vida⁹” e “Mundo do Trabalho”. Esta última será enfocada em nosso estudo de caso.

Na atualidade, a lógica da educação sob o prisma neoliberal, baseia-se na promessa de que se as habilidades e competências pessoais forem bem desenvolvidas, o futuro dos jovens será menos inseguro, aumentando a possibilidade de conseguirem bons empregos e uma melhor adaptação aos desafios da contemporaneidade. É nesse contexto que se inserem as disciplinas ligadas às habilidades socioemocionais. Elas tendem a preparar os jovens para uma realidade de intensas flexibilizações e incertezas, na qual sem uma inteligência emocional a conquista dos objetivos será ainda mais difícil, ou quem sabe, impossível.

Diante dessa conjuntura, a educação, como um instrumento de modificação social, passa a ser desinteressante ou ineficiente. Se os objetivos dos jovens estão sendo direcionados para o desenvolvimento de projetos de vida primariamente pessoais e não coletivos, e se a realidade dos empregos demonstra que uma formação superior já não é um sinônimo de segurança para a ascensão social ou mesmo uma estabilidade financeira, o desejo de cursar uma faculdade, de se tornar um intelectual, um ser pensante acaba por ficar em segundo plano.

No nosso entendimento, a escola não deve preparar o estudante para uma realidade degradante. Deve sim, apresentar a complexidade social e ensinar-lhes que as realidades sociais são frutos de construções históricas, de interações humanas e que nenhuma realidade é imutável

⁹ No site da Seduc Projeto de Vida: “é trabalhado como uma proposta metodológica que modifica a forma tradicional de ensino, privilegiando a participação, o diálogo, a relação de permanente troca de aprendizados entre educador e aluno, a contextualização dos temas no cotidiano dos alunos e a vivência prática dos aprendizados. O objetivo é oferecer uma formação profissional para além da questão meramente técnica, visando ao desenvolvimento das potencialidades humanas e da capacidade de interferir criticamente na vida social e profissional. Tem como proposta refletir com os estudantes sobre o que significa o investimento em qualidade de vida em suas diversas dimensões”. (GOVERNO, 2005). Também no site da Seduc Mundos do trabalho é descrito da seguinte forma: Contempla conteúdos que abrangem o contexto das relações de trabalho. São escolhidos eixos temáticos de interesse dos jovens para desenvolver um processo de discussão e reflexão crítica, associando conteúdos com situações reais vivenciadas no contexto socioeconômico, cultural e escolar do aluno. A proposta é construir com os estudantes um Plano de Carreira que se complemente com as outras dimensões da vida, que estão sendo trabalhadas em Projeto de Vida. (GOVERNO, 2005)

ou permanente. Em outras palavras, o desafio que deve ser apresentado aos jovens não é somente o que eles devem fazer para ter um emprego, mas, vai além, porque isto limita o futuro a um projeto pessoal, individualista, descolado do conjunto da comunidade a que eles pertencem. O centro da questão, portanto, deve ser a mudança dessa conjuntura histórica, política e social de desemprego estrutural na qual ter um emprego é uma conquista árdua, resultado de uma competição. Devemos despertar a consciência de que sem uma mudança profunda nas formas que se estruturam os meios de produção, a tendência é de agravamento das concentrações de renda e de desemprego generalizado. Para entender como isso pode ser possível, vamos analisar agora a Escola Manoel Mano.

2.3 EEEP Manoel Mano

É problemático generalizar toda a educação pública brasileira. Corre-se o risco de cairmos em vícios e preconceitos que não refletem a realidade. Nem toda escola pública é ruim. Assim como não é verdade que toda escola particular seja de qualidade. Dito isto, nosso trabalho pretende, nesta parte, a pensar a Escola Estadual de Ensino Profissional Manoel Mano, (instituição na qual trabalho desde 2019 lecionando as disciplinas de História e Sociologia), a fim de apresentar a realidade de nossa escola, destacando seus potenciais e os seus problemas, com o propósito de pensarmos uma escola pública melhor, uma escola que reproduza os valores humanistas de autonomia e solidariedade, que seja pública de ponta a ponta, e, ainda, que seja laica, gratuita e, sobretudo, de qualidade. Enxergamos no Brasil um grande potencial de se revolucionar por meio de um projeto de educação verdadeiramente popular e emancipador.

A EEEP Manoel Mano é uma escola estadual localizada no município de Crateús-CE, que conta com aproximadamente 540 alunos matriculados nos cursos de Comércio, Administração, Informática e Enfermagem. Faz parte de uma rede de escolas de ensino profissional do Estado, que hoje conta com mais de 90 escolas nessa modalidade, e que oferece formação profissional integrada ao Ensino Básico. A proposta do Estado, que surge em 2008, é implementar uma rede de educação profissional no Ceará, integrando o Ensino Médio à formação profissional e técnica, oferecendo educação em tempo integral aos alunos.

Inserida nesse contexto desde 2010, quando passou a compor a rede profissionalizante, a Escola Manoel Mano é reconhecida por pais, alunos, profissionais da educação e pela comunidade em geral como uma escola de qualidade, que alcança bons

resultados, formando cidadãos para o trabalho e capacitando para o vestibular. Além disto, os números corroboram a credibilidade da instituição, com bons desempenhos nos exames externos como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹⁰ e Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

A infraestrutura da escola proporciona um ambiente muito propício ao aprendizado. A escola como um todo está sempre limpa e organizada, as salas de aula contam com aparelhos de ar condicionados, embora nem sempre estes consigam gerar o conforto térmico que compense os efeitos das temperaturas médias registradas em Crateús, e que constantemente precisem de manutenções, no geral, atendem nossas necessidades e, sem dúvida, a vida sem esses equipamentos seria muito pior. As carteiras e cadeiras são de boa qualidade e mantêm um bom estado de conservação. A escola dispõe de boa acessibilidade, pois conta com rampas, o que possibilita a inclusão de pessoas com deficiência, embora não tenhamos no momento nenhum membro da comunidade escolar com deficiência de locomoção. Contamos também com equipamentos de áudio e vídeo e com laboratórios de química e informática. O prédio atual tem a estrutura dos Liceus, porém um novo prédio, mais moderno, com o modelo das escolas profissionalizantes já está quase pronto, e a previsão é de nos mudarmos até maio de 2022.

O corpo docente é formado por professores da base técnica – com um regime de trabalho celetista ligado a uma empresa terceirizada ao estado – e professores da base regular. Nesta última, a escola conta com professores concursados e professores contratados. Porém, para além dos regimes contratuais, a equipe da Escola é bastante agradável, acolhedora e proporciona uma convivência amistosa.

Outro ponto que merece destaque na Manoel Mano é a incrível participação dos pais e responsáveis, sempre acompanhando a vida estudantil dos alunos, comparecendo às reuniões e se fazendo presente sempre que solicitados. Tal cenário destoa da realidade da maioria das escolas públicas, o que consideramos ser um fator de fundamental importância para o bom desempenho da instituição e um facilitador do trabalho dos professores. O resultado da soma desses fatores, ou seja, o acompanhamento da família e um bom ambiente de trabalho para os professores, se reflete no aprendizado dos alunos e aparece nas aprovações em diversas universidades. Mesmo durante a pandemia, apesar de todas as dificuldades, a Manoel Mano manteve a rotina escolar de forma online, com ampla participação dos educandos. Nas

¹⁰ No ano de 2017, a meta para o IDEB foi de 5,9 e a escola atingiu 5,7. Já em 2021, ano extremamente complicado para educação por conta do ensino remoto, a meta para a Manoel Mano foi de 6,1, superior a meta de 2017, e o resultado foi 6,2.

atividades síncronas, conseguimos ter massiva presença dos estudantes, contrariando todas as dificuldades concretas de acessibilidade. Durante a pandemia, os pais estavam presentes nas reuniões online.

Nas Escolas Profissionalizantes, o currículo é composto por duas bases: a base técnica e a base regular. Na base técnica os educandos têm aulas específicas relacionada com os currículos dos cursos para os quais se matricularam, e na base comum estudam o currículo nacional. É neste ponto que surge o nosso problema, visto que o currículo da base técnica adentra (se integra) o da base comum, e percebemos, a partir da análise do material didático da Disciplina Mundo do Trabalho, uma formação que vai além da meramente técnica profissional e acaba por se constituir como um código ético-moral.

Tanto a disciplina “Projeto de Vida” quanto a “Mundo do Trabalho” tem o material de apoio (apostila) produzido por entes privados, como o Instituto Aliança, que faz parte da rede de parceria público-privado que o Estado do Ceará mantém com instituições fomentadoras da Educação. Porém, essas disciplinas são ministradas por professores de diferentes áreas da base comum. Esses professores recebem treinamentos formulados pelas ditas instituições privadas.

Ora, o que é Projeto de Vida? O que é Mundo do Trabalho? Desde quando são uma disciplina? Quais são suas bases teóricas? Quem são os seus formuladores? Em que bibliografia se apoiam? Qual é a sustentação científica dessas disciplinas, obrigatórias na Educação Profissional do Estado do Ceará? Por que elas estão sendo exigidas?

Entendemos a obrigatoriedade dessas disciplinas como parte do processo de privatização da educação, que representam os interesses de instituições e valores privados. Percebemos, sim, a substituição de uma formação humanista, voltada para o interesse do bem comum, por uma formação tecnicista, pautada em habilidades e competências que se originam nas demandas das empresas. Ou seja, não mais a ciência, a racionalidade, a filosofia nem mesmo a pedagogia são as fontes de formação dos educandos, mas, sim as empresas, a moral empresarial, a lógica da produção. Sabemos que essa lógica privilegia o individualismo, a competição, a valorização dos esforços individuais, a meritocracia. Isto nos parece uma perda na qualidade do ensino, não apenas pelas afinidades éticas e morais, mas sobretudo, pela decadência na qualidade da origem dos nossos referenciais. A educação, sob essa égide, deixa de buscar a autonomia e a liberdade, para almejar a melhor colocação no mercado de trabalho,

ensinando que a partir do sucesso profissional é que serão conquistadas todas as outras demandas pessoais.

Objetivamos com este trabalho, intervir nessa instituição que já tem o status de excelência, mas que carece de um olhar crítico sobre o modelo excessivamente liberal na formação dos nossos jovens estudantes. Entendemos que o professor de História pode e deve disputar o currículo, as narrativas e o projeto de educação de uma escola, e nesse contexto, apresentar um outro olhar para a temática Mundos do Trabalho, explorando o protagonismo dos trabalhadores na construção do mundo concreto e simbólico. Afinal, é na sala de aula que o currículo se faz de forma concreta.

Por fim, é importante manter-se otimista em relação à capacidade transformadora da educação, sem, no entanto, render-se à lógica da positividade irracional que tanto permeia o cotidiano educacional, contaminado por uma visão de mundo liberal e meritocrata.

2.4 A EEEP Manoel Mano no contexto da COVID-19

A pandemia de COVID-19 impôs à nação brasileira, talvez, o maior desafio de toda sua história: sobreviver a uma pandemia global, de um vírus pouco conhecido, muitas vezes silencioso e que exigia, como forma de prevenção imediata e imperativa, um distanciamento social. Tal desafio seria possível para um país do porte do Brasil se houvesse coordenação e planejamento estatal. Outros países conseguiram frear a disseminação do vírus com o distanciamento social, impedindo assim o colapso dos sistemas de saúde, e salvando vidas. Em todos os países destaca-se o papel do Estado, para o sucesso ou o fracasso no trato com a pandemia¹¹.

No caso brasileiro, sob liderança de um governo totalmente despreparado, com ambições golpistas, de natureza autoritária e de tendências fascistas, a atuação do Estado serviu para proliferação do vírus, promovendo aglomerações, desacreditando a ciência, criticando o uso de máscaras, duvidando da vacina e divulgando tratamentos comprovadamente ineficientes no combate à doença. Diante desse deserto administrativo, que também se confunde com um

¹¹ Não é nosso objetivo realizar um balanço do que foi ou do que deveria ser feito pelo governo na pandemia. Certamente, nós professores de História, não somos os mais indicados para tal tarefa. No entanto, podemos e devemos apontar o desastre que foi a atuação desse governo. Nossa pesquisa foi realizada durante o período pandêmico, e portanto, está permeada por essa conjuntura. Portanto, faz-se necessário uma breve análise do período.

projeto de destruição do Estado, encontra-se a educação, naturalmente sucateada e agora, obrigada a adaptar-se às formas remotas.

A Escola Manoel Mano se destacou durante o período pandêmico por sua presença na vida dos estudantes, na permanência do calendário letivo, e por manter constante monitoramento das atividades tanto de estudantes quanto de professores. Em um ano desastroso para educação, com o aumento do abandono escolar, a nossa escola conseguiu manter a assiduidade - embora que com pouca interação - dos nossos alunos nas atividades síncronas e assíncronas. Mesmo as reuniões de pais conseguiam ter um bom percentual de presença. Porém, é necessário dizer que o bom funcionamento dessas atividades se deveu a um grande esforço dos professores que se doaram de forma muito intensa. Por isto, destaco a pertinência de registrar que o presente trabalho está sendo construído sob circunstâncias anormais.

Enquanto escrevo e estudo sobre a precarização do trabalho e o avanço neoliberal nas relações de flexibilização contratual e na reformulação curricular nas escolas, experimento na pele as incertezas de ser um professor contratado temporariamente. E sob esse ponto é importante frisar que expor as contradições das condições de trabalho do professor é um ato de resistência e lucidez, e não pode ser, de forma alguma, confundido com vitimismo.

Durante a pandemia não houve nenhuma coordenação nacional que auxiliasse as escolas de como deveriam ser as aulas. Não houve, por exemplo, uma preocupação com as questões de infraestrutura de conexão de internet ou a disponibilização de aparelhos para os estudantes e professores. Tampouco se pensou no desenvolvimento de softwares ou plataformas de ensino. Em âmbito nacional, não foi feito absolutamente nada.

A ausência de um plano nacional de educação durante a pandemia descentralizou os problemas, e a educação virou uma concha de retalhos com diversos furos. Coube aos Estados e Municípios deliberarem sobre as soluções. Muitas escolas fecharam as portas e paralisaram as atividades. Os alunos ficaram sem aulas, e o mais grave para muitos, sem a alimentação escolar.

Nas escolas que conseguiram manter as atividades de maneira remota percebeu-se um aceleração na precarização da atividade do professor. Houve excesso de tarefas burocráticas, o que revela a indiferença quanto à necessidade da execução do trabalho reprodutivo: fazer comida, cuidar da casa e dos filhos. O mundo estava “de ponta a cabeça”, as pessoas estavam morrendo aos montes, mas, a escola que conseguiu continuar funcionando ignorava as condições adversas tanto dos professores quanto dos alunos. Ignorava também as

questões simbólicas, como o estado psicológico da comunidade escolar. Mesmo em dias calamitosos, quando se registrou milhares de mortes no país, nenhuma aula foi suspensa por questão de luto.

O trabalho *home office*, romantizado por alguns, se apresentou, na prática, como uma realidade bastante inconveniente. Os professores tiveram que usar seus próprios equipamentos na condução das aulas. Computador, celular, internet, casa, energia, ventilador, toda a propriedade privada do professor a serviço do Estado. Muitas vezes os equipamentos não resistiam às longas jornadas, e pifavam, gerando mais despesas ao professor que diante de um quadro inflacionário percebia o poder de compra do seu salário encolher a cada dia.

As aulas remotas acabaram com a privacidade. Câmera e microfone ligados invadiam a residência e a intimidade da família. Espaços da casa interditados aos demais moradores diante do risco de atrapalhar as aulas, ampliando a restrição de privacidade não só aos professores, mas aos outros membros de sua família.

Os professores estavam submetidos à constante cobrança por parte dos setores pedagógicos na atualização de novas metodologias que dessem conta da “nova realidade”, no “novo normal”, acrescidas de oferta de treinamentos em educação remota, reuniões para discutir uma forma de padronização das atividades, preenchimento de formulários, acompanhamento de presença dos estudantes, acompanhamento das atividades atrasadas, produção de reavaliações, correção de exercícios, lançamento de notas no sistema e mais uma série de demandas.

A realidade do professor durante a pandemia foi dura e pouco reconhecida, e com a volta as aulas presenciais o quadro tende a se agravar ainda mais. Fala-se em atraso, prejuízo e retrocesso na educação. Novamente o peso maior recai sobre o professor na ponta. Será ele quem deverá esforçar-se para correr atrás do prejuízo, uma vez que a lógica de funcionamento das escolas está cada vez mais se aproximando da dinâmica empresarial onde os índices de avaliação são postos como metas a serem batidas. Os professores, cada dia menos organizados, cada vez mais submetidos a contratos precarizados, não tem muito o que fazer frente a esse movimento. Ao fim e ao cabo, ou cumprem as metas, ou serão, cedo ou tarde, substituídos.

É preciso dizer que não encaramos a educação como um elemento de classificação de sujeitos adiantados ou de atrasados, muito menos desejamos ver alunos chegar ao Ensino Médio sem dominar a leitura. Por outro lado, não se vê, até agora, nenhuma ação concreta do Estado para mudar o cenário de “terra arrasada” na educação. Não há, por exemplo, um grupo

de trabalho voltado para minimizar os impactos da pandemia e das aulas remotas. Não temos nem sequer promessas de ampliação do quadro de professores, e não se tem expectativas de mudança na organização do dia-a-dia das escolas. Diante de tais fatos, será ainda conveniente manter salas de aula com 45 alunos?

3 A APOSTILA MUNDO DO TRABALHO: “UMA JORNADA DE SUCESSO”

Neste capítulo nos ocuparemos na análise de duas fontes, são elas: a) as apostilas produzidas pelo Instituto Aliança, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC, para auxiliar as aulas da disciplina “Mundo do Trabalho”, e b) os relatórios produzidos pelos alunos e alunas ao final da experiência no campo de estágio, com o propósito de estabelecer paralelos entre a formação integral e a interpretação da atuação prática dos estagiários e estagiárias.

A metodologia utilizada para as análises documentais, tanto das apostilas quanto os relatórios, se baseia na teoria da pesquisa quantitativa (em relação a observação de elementos que se repetem, na percepção de determinados padrões, na comparação de semelhanças e distinções entre objetos), qualitativa (visando através de comparações, hierarquizar em graus de importância de valores e elementos) e na análise do discurso, acreditando que os textos trazem consigo sentidos que ultrapassam a mera narrativa intencional. Isso porque não entendemos a linguagem como uma forma de expressão neutra na descrição do mundo, mas, está ela carregada de simbolismos e signos capazes de nos ofertar as lentes pelas quais o sujeito enxerga a realidade. (BAUER, 2008. p. 189)

A grande maioria das pesquisas sociais se baseia na entrevista: os pesquisadores perguntam às pessoas sobre sua idade, o que fazem para viver, como vivem, o que elas pensam ou sentem sobre X, Y e Z; ou pedem que contem sua história ou narrem fatos. [...] Mas assim como as pessoas expressam seus pontos de vista falando, elas também escrevem – para fazer relatórios, para planejar, jogar ou se divertir, para estabelecer normas e regras, e para discutir sobre temas controversos. Desse modo, os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam.

Quanto à Análise do Discurso (AD), existem diversas vertentes sobre essa teoria que reproduz as tradições linguísticas, históricas e sociais dos sujeitos de cada país. Pode ser interpretada como uma disciplina fundada da “intersecção de epistemologia distintas,

pertencentes a área da linguística, do materialismo histórico e da psicologia”. Tal combinação deriva da noção ampliada que a linguística dedica sobre a fala, considerando outros elementos presentes no discurso, inclusive a incorporação das ideologias, noção que tem origem no materialismo histórico e, finalmente, da psicanálise vem o entendimento da existência do inconsciente. (CAREGNATO, R.; MUTTI, R. 2006. p. 680)

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança).

Com o auxílio desse entendimento sobre as fontes, e considerando também o nosso declarado ponto de observação, visto que o analista é um intérprete e suas posições e crenças, assim como suas experiências interferem diretamente no sentido que se atribui ao objeto, buscaremos comprovar a intenção de uma formação empreendedora nos materiais utilizados na disciplina “Mundo do Trabalho”, e a introjeção dessa formação nos discursos proferidos nos relatórios de conclusão de curso.

Por “formação empreendedora” compreendemos ser o resultado da reunião de elementos políticos, históricos, sociais, econômicos e pedagógicos que culminam em uma consciência conivente e generosa com os valores que os mercados julgam positivos. Esses valores, por sua vez, são geridos em instituições fora do Estado e pretendem disputar, seja por meio de financiamentos de projetos ou por gestão dos recursos públicos, a formação de nossos jovens, com o objetivo de prepará-los para bem servir ao capital. Tudo isto condenando qualquer reconhecimento de classe, de reivindicações coletivas, valorizando as individualidades e negando as identidades das massas históricas de trabalhadores. É, na prática, a disputa, já de longa data, pela formação de consciência, o que Marx chamaria de Ideologia (MARX; ENGELS, 2007).

Porém, atualmente, protegida pelo escudo da modernização, por meio de técnicas inovadoras, essa disputa pela consciência toma roupagem distinta e assume posturas unilaterais, à quais precisamos nomear, mensurar e identificar. Como já foi dito no primeiro capítulo, todo esse contexto insere-se no processo histórico de reestruturação do modelo produtivo, reconhecida por vasta literatura como *neoliberalismo* (LAVAL, 2019; ANTUNES, 2020; BRAGA, 2017; MARTINS, 2011). Essa conjuntura lança suas bases na desconfiança do papel dos Estados nacionais como entidades competentes e eficientes na resolução de problemas ou

de gerência dos recursos financeiros, e se aproveita desse argumento para propor a interferência de entidades privadas na gestão de assuntos de interesse público. O aspecto que estamos chamando a atenção com o desenvolvimento do conceito de formação empreendedora, é a lógica neoliberal presente no cotidiano escolar.

Buscaremos traçar semelhanças da formação empreendedora com os conteúdos da Apostila “Mundo do Trabalho”, ao responder quatro questionamentos: 1. Qual é a relação entre a SEDUC e o Instituto Aliança? 2. Quais são as bases do Mundo do Trabalho enquanto campo disciplinar? 3. Que fontes bibliográficas são usadas para compor os conteúdos das apostilas? 4. O que dizem esses conteúdos?

3.1 A relação entre a SEDUC e o Instituto Aliança

Para entendermos melhor a relação entre a SEDUC e órgãos dedicados a pensar a modernização da educação e o aprimoramento da gestão dos recursos públicos, faz-se necessário apresentar o instituto que é responsável pela elaboração das apostilas que nos propusemos a analisar. No site do Instituto Aliança é possível encontrar a seguinte apresentação¹²:

Fundado em janeiro de 2002, o Instituto Aliança (IA) é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), cuja missão é educar pessoas, organizações e comunidades para o desenvolvimento humano sustentável. O Instituto surgiu em decorrência dos significativos resultados alcançados por um programa de desenvolvimento regional implementado pela aliança estratégica estabelecida entre a Fundação Kellog, Instituto Ayrton Senna, Fundação Odebrecht e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Importante perceber que o IA se insere em um contexto de instituições não governamentais que se dedicam à missão de coordenar tarefas que são, por essência, obrigações do Estado, como por exemplo, a de “educar pessoas”. Ora, sendo a SEDUC uma Secretaria de Estado que se ocupa unicamente de gerenciar as escolas, e, por conseguinte, a educação, qual seria a singularidade que justifica a parceria com o IA¹³? A fim de responder essa pergunta,

¹² Disponível http://www.institutoalianca.org.br/nossa_historia.html acesso 23 de nov.2023

¹³ Nos limitaremos a citar somente o Instituto Aliança, porém é sabemos que essa não é a única parceria da SEDUC com essa mesma natureza. O Instituto Unibanco, promove treinamentos aos profissionais da educação, por exemplo.

buscamos no site do Instituto Aliança uma apresentação sobre a metodologia, e encontramos a seguinte:

O Instituto Aliança trabalha com tecnologias educacionais e sociais, planejadas para atingir escala e se transformarem em políticas públicas. Ao mesmo tempo, promove a formação dos atores locais para que assumam, em médio e longo prazo, a continuidade do processo de desenvolvimento integral de indivíduos e comunidades nos territórios onde o IA atuou ou atua. Foca sua intervenção no desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias e produtos educacionais, disseminando um modelo de gestão social focado em resultados como forma de contribuir com políticas públicas dirigidas aos jovens e suas famílias.¹⁴

Como podemos observar, a metodologia inovadora do Instituto Aliança é explicada por “tecnologias educacionais e sociais”, que têm como objetivo propor políticas públicas. Essas tecnologias, por sua vez, financiadas pelo Estado. Embora não tenha ficado claro na descrição o que exatamente são “tecnologias educacionais e sociais”, entendemos que se traduza na interferência de setores privados, com interesses privados, na gestão dos recursos públicos, como sabemos, em volumes bastante significativos no sentido monetário, mas simultaneamente menores do que deveria, se observada a representação percentual em relação ao PIB. Em resumo, acreditamos que o IA faça parte de um conjunto de instituições que, primeiro, acreditam entender de educação; segundo, apontam como o principal problema da educação a má gestão de recursos e de pessoas; terceiro, se propõem a apontar soluções na gestão de recursos e de pessoas, a partir da transferência de recursos públicos para a administração privada.

Longe de ser algo inovador, pois processos semelhantes são observados nos países onde a reestruturação do modelo de produção já se efetuou. Neles, a educação é vista como um terreno fértil para a produção de mercadorias a serem comercializadas. (LAVAL, 2019. P. 141)

Um dos fenômenos mais significativos que surgiram na Europa nos anos de 1990 foi a criação de um mercado de novas tecnologias para uso educativo. Para as empresas que buscam novos mercados, o ensino surgiu como uma espécie de Eldorado, em razão de seu tamanho e da importância dos equipamentos de informática que passou a exigir. Os Estados Unidos mostram o caminho no final dos anos de 1980, tanto no que diz respeito aos contratos quanto no que se refere à experimentação, com as Apple Classroom of Tomorrow [salas de aula do amanhã da Apple].

É dessa forma que constatamos que as tecnologias inovadoras que estão sendo apresentadas como a solução para os problemas educacionais no Brasil são, na verdade,

¹⁴ Disponível em <http://www.institutoalianca.org.br/metodologia.html> acesso em 15 de nov .2022

ideologia da década de 1980/1990, importada dos Estados Unidos e de países Europeus, cujos impactos foram “quase nulos” (LAVAL, 2019 P. 144). É desnecessário frisar o grau de aprofundamento da dependência, tamanha a obviedade. Triste é constatar que não há um programa nacional voltado a reflexão da educação brasileira, com objetivos que ultrapassem o mero utilitarismo de uma formação excessivamente liberal para o trabalho. Nesse contexto, não apenas as tecnologias informacionais são importadas, mas também elementos pedagógicos. (LAVAL, 2019. P. 143, 144)

O avanço do mercado das novas tecnologias educacionais é acompanhada de um discurso “pedagógico” que anuncia “o fim dos professores”. A informática e a internet não são vistas como objetos técnicos que devem ser estudados e compreendidos, ou como ferramentas suplementares úteis à aprendizagem, mas como alavancas “revolucionárias” que permitirão mudar radicalmente a escola e a pedagogia. (...) O papel do professor não é mais transmitir conhecimentos, mas motivar, orientar, avaliar. Ele se tornou “coach” e “pesquisador”.

Sobre isso é necessário, para aqueles que se posicionam contrariamente ao avanço dos interesses privados sobre a educação, demonstrar que, embora o marketing das empresas e institutos digam o contrário, eles não são especialistas em educação. Na verdade, quando não se trata de interesses na administração de recursos públicos, são donos e gestores de empreendimentos e representantes do mercado financeiro que precisam de pessoas preparadas com habilidade e competências específicas para trabalharem em empresas privadas, visando é claro a potencialização de seus lucros. Seria essa a função da educação, a de preparar pessoas competentes para o mercado de trabalho? Sendo ou não, o fato é que já é possível perceber a influência dessa reformulação educacional, não só nas formações, nos materiais didáticos, no fornecimento de informações, mas também no vocabulário educacional, que ressignifica a função do professor em “gestor de sala de aula”, que deve “coordenar processos”, a fim de promover “metodologias ativas”.

A proposta do Instituto Aliança é a promoção de uma educação voltada ao desenvolvimento integral¹⁵. O fato é que não se justifica enquanto quadro técnico, mas se sustenta em uma ideologia de eficiência de gestão, de enxugar a máquina pública e em ideias semelhantes, derivadas da reestruturação do modelo produtivo.

¹⁵ Além da apostila Mundo do Trabalho, o IA também produz o material do Projeto de Vida. Entendo que por Desenvolvimento Integral, se refira a diversas áreas da vida não só do conhecimento, mas também as competências socioemocionais.

Nosso posicionamento é que, se realmente é imprescindível a obrigatoriedade desse tipo de conteúdo, o desenvolvimento metodológico e disciplinas complementares à base técnica e comum, então que seja incorporado pela SEDUC, que se abra concursos para contratação de profissionais e licitações para a produção dos materiais. No entanto, há que se destacar que essa relação público-privada não é exclusividade somente do nosso Estado, pois isso se repete em outras unidades da Federação. Na região Nordeste além do Ceará, Pernambuco e Bahia tem convênios semelhantes.

O Programa Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste abrangeu 3 microrregiões localizadas em regiões rurais do Ceará, Pernambuco e da Bahia. Ao final da experiência, a equipe responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação da iniciativa, fundou o Instituto, na perspectiva de seguir desenvolvendo projetos e programas voltados, especificamente para o desenvolvimento integral e integrado deste público / faixa etária.

Cabe aqui o questionamento se os profissionais do Estado não teriam condições de desenvolver uma educação integral ou ainda, se a SEDUC não teria condições de formar seus profissionais. Outro questionamento pertinente é de quanto custa aos cofres públicos essa prestação de serviço oferecida por esses Institutos? Para responder essa pergunta seria necessária outra pesquisa, visto que a análise dos contratos entre o Estado do Ceará e o IA, os valores repassados e administrados não são fáceis de se encontrar de forma detalhada.

Outro elemento importante de ser esclarecido diz respeito à delimitação de nosso objeto. Nossos esforços estão direcionados especificamente ao material produzido pelo Instituto Aliança e à elaboração do relatório final de estágio, produzidos pelos próprios alunos, e as suas semelhanças quanto à análise do discurso. Não entra em nossos objetivos qualquer questionamento quanto à atuação dos professores que ministram as aulas. Isso porque, além de nunca ter sido lotado nessa disciplina, entendo que os professores estão sujeitos ao cumprimento de sua respectiva carga horaria, e, por vezes faz-se necessário ficar responsável por componentes que não são de sua formação. Além disto, o uso pedagógico no tempo direcionado para a aula de “Mundo do Trabalho”, pode e deve ser diverso.

É necessário também apontar que, para alguns analistas, a própria LDB, assim como o Plano Nacional de Educação (PNE), têm características neoliberais. Para esses analistas, a atuação de empresas na gestão educacional vem se intensificando desde a década 1990, o que coincide com as reformas do Aparelho do Estado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. (KOSSAK, A.; VIEIRA, N. 2022; p. 7-8.)

A publicação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/1996 propiciou uma reforma educacional já pelo novo modelo de gestão, qual seja, o modelo gerencialista. Esse modelo consiste na defesa da racionalidade dos custos e do Estado mínimo. (...) Os governos petistas não romperam com a hegemonia do grande capital financeiro internacional. Pelo contrário, a política de conciliação de classe permitiu a ascensão da burguesia, principalmente o empresariado, no interior do bloco no poder. Passaram de visitantes nos corredores do Ministério da Educação a ocupantes de cargos. (...) ... os setores dominantes pretendiam ditar a maneira como as políticas educacionais devem ser direcionadas. Um exemplo disso, é o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n.º 005/2014 (BRASIL, 2014), que desde a sua primeira versão, publicada em 2010, já se apresentava como uma forma de mercantilizar a educação pública brasileira, principalmente com a omissão do financiamento do sistema nacional. Devido às parcerias público-privadas e, também, pelos incentivos dados pelo Estado ao setor privado. Desde 2012, os empresários defendem no Congresso Nacional uma reforma do Ensino Médio. Os empresários liderados pelo movimento Todos pela Educação (TPE), a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna dominaram toda a discussão sobre a reforma. Os empresários conseguiram silenciar os grupos representantes dos educadores brasileiros na discussão sobre o tema. Isso não significa, todavia, que não houve disputas. O motor da história é a luta de classes. A reforma do Ensino Médio realizada no governo Michel Temer gerou resistências por parte de muitos movimentos de docentes, de alunos e de movimentos sociais.

A relação da SEDUC com o IA não se dá pela eficiência ou pelas especificidades técnicas dos serviços prestados. Ela se insere em um contexto maior, com origens em países centrais, que visa a modernização da educação no sentido de ampliação do mercado no setor educacional, a partir de levantamentos estatísticos e da elaboração de índices que possam justificar a produção de mercadorias a serem comercializadas em larga escala, e que tem como o público-alvo as escolas públicas. Percebe-se que há ampla participação de setores privados, interessados nos recursos públicos, na gestão de assuntos educacionais.

Nesse contexto, a escola é vista como uma empresa, os professores como gestores e os alunos como elementos homogêneos que serão preparados, formados para a reprodução. Podemos pensar, com bom grau de assertividade, que o papel da escola sempre foi de manutenção e reprodução dos valores sociais. No entanto, há evidências da presença de elementos novos que encontram correlação na conjuntura histórica atual. O mais importante, todavia, é a certeza de que nada do que aí está, precisa ser eternizado. De modo que precisamos conhecer e analisar o discurso de nossos antagonistas. Acreditamos que a apostila “Mundos do Trabalho” sintetize todos os elementos dessa corrente de pensamento.

3.2 As bases teóricas que orientam a apostila e a disciplina Mundo do Trabalho.

O material que iremos analisar nas páginas seguintes é uma prova documental do aparelhamento da educação por setores privados, movido por interesses particulares que variam entre a privatização das escolas, a gerência privada de recursos públicos e a interferência ideológica na formação da classe trabalhadora. Além disso, procuraremos demonstrar a decadente qualidade intelectual e argumentativa que se percebe nos diversos problemas do material.

Com o propósito de analisar o material didático elaborado pelo IA, para assim entender melhor como o “desenvolvimento integral” ali é trabalhado, tomamos emprestado o entendimento de Sonia Regina Miranda e Tania Regina de Luca, que classificam o livro didático como um material complexo e que possibilita múltiplas dimensões de leituras; (LUCA, MIRANDA, 2004. p.124)

Contrariamente à apreensão predominante no âmbito do senso comum, o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas.

Sobre esse aspecto, o historiador Jörn Rüsen (2011), destaca a enorme relevância dos livros didáticos para o ensino de história: (RÜSEN, 2011: p. 109)

Todos os especialistas estão de acordo em que o livro didático é a ferramenta mais importante no ensino de história. Por isso, este recebe uma ampla atenção inclusive por parte daqueles que se interessam pelo ensino de história nas escolas e pelo seu significado para a cultura política.

Sabemos da centralidade dos livros didáticos tanto na projeção das aulas quanto na divulgação de uma ideia cultural nacional. Além disso, muitos professores os têm como principal fonte de pesquisa. Portanto, é fundamental ter (pelo menos) livros didáticos de qualidade, que atendam às diretrizes dos currículos mínimos, com uma linguagem clara e acessível aos alunos, com exercícios bem elaborados e que ofereçam ao professor a possibilidade e a segurança para a elaboração de boas aulas, que estimulem a reflexão e a criticidade no processo de ensino e aprendizagem. Isto porque esses são muitas vezes, os únicos livros que conseguirão entrar nos domicílios das famílias brasileiras.

Levando em consideração o tamanho e a diversidade do Brasil, fazer com que esses livros cheguem as mãos dos alunos é uma tarefa árdua. Isto só é possível graças a uma enorme política pública que concentra no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, a missão de avaliar, disponibilizar para escolha dos professores, comprar e distribuir as obras para todo o país.

O PNLD surge no processo de redemocratização em 1985, porém só passa a ser efetivado na prática em 1996 com a aprovação da lei Nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Entendemos que esse programa dita algumas tendências na produção de livro, que gera a movimentação mercadológica do setor e que acaba por retirar da competição editoras menores. No entanto, compreendemos também, frente a uma conjuntura de descrédito na ciência, de ataques a educação e de disputas por currículo, a necessidade de delimitações claras e objetivas na produção dos materiais que auxiliarão professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem. (RÜSEN, 2011, p.110):

Os profissionais devem sempre tomar cuidado, prestar atenção e insistir em que, na medida do possível, o estado de investigação de sua matéria chegue sem grande demora aos livros didáticos. Outro motivo de seu interesse reside em seu modo de entender o alcance prático do saber produzido pela sua investigação. Na medida em que são conscientes de que o saber histórico tem, e até que ponto uma função de orientação cultural na vida de sua sociedade e que o cumprimento dessa função é em si mesmo um exercício de trabalho histórico científico profissional (facilitado por meio da heurística da investigação), esta não pode deixá-los indiferentes sobre qual aplicação se faz dos conhecimentos históricos nos livros didáticos de história. Finalmente, como contemporâneos interessados na política e, frequentemente, como pessoas comprometidas com ela, interessam-se pelo livro didático porque estão sempre envolvidas nele, também, mensagens políticas, pois o ensino de história é uma das instâncias mais importantes para a formação política.

Reforçando, estamos pensando a apostila como um material didático¹⁶, e assim sendo, apresenta diversas faltas (no sentido de penalidades ou de ausências de elementos importantes), quando comparada com os livros didáticos e submetida aos parâmetros estabelecidos pelo PNLD. Se observarmos com mais atenção os apontamentos de Rüsen, poderemos constatar que os elaboradores da apostila demonstram profundo desconhecimento quanto à função social do livro didático. Embora o Instituto Aliança se orgulhe de trabalhar com “tecnologias educacionais”, no caso específico do material analisado, é gritante a ausência de conhecimento pedagógico atualizado, tendo suas bases teóricas ou argumentativas

¹⁶ Necessário apontar a dificuldade que encontramos de classificar o material sem apelar para adjetivos – algo que evitaremos – no entanto é preciso fazer do caráter aleatório dos conteúdos, da ausência de sumário, da precária divisão dos capítulos e tópicos, dando margem para confusões.

fundamentadas em *best-sellers* empresariais¹⁷. Consideramos que, por vezes, tais características presentes na apostila têm limites éticos, ao restringir a realidade a um pensamento único.

Pensar o livro didático em uma dimensão complexa, para além das impressões do senso comum, que o enxerga como uma obra menor em comparação com literaturas especializadas, é entender que o que está presente neles são os valores e reproduções sociais (valores que se constituem como um campo de disputa). Nesse sentido é possível observar as alterações na composição desses livros (pelo menos os de história) ao longo dos anos. No Estado Novo, por exemplo, os livros didáticos eram usados como importante ferramenta para difusão de uma identidade nacional. (LUCA, MIRANDA, 2004. p.124-125):

Nesse contexto, a despeito da diversidade de projetos políticos e culturais, reservava-se à educação lugar privilegiado na formação da nacionalidade, tarefa assumida pelo Ministério da Educação e Saúde, que não descuidou do controle do material educativo utilizado pela população escolar. Nesse sentido, a educação constitui-se em veículo privilegiado para introdução de novos valores e modelagem de condutas, sobretudo com base nos mecanismos prescritivos no campo do currículo e do material instrucional, dentre os quais o livro didático emergia como peça ideológica fundamental, que desempenha importante papel estratégico na difusão de valores apregoados pelo regime.

Quanto a esse aspecto, de uma obra com intenção de difusão de valores e ideologia, aproxima-se bastante do que compreendemos ser o propósito da apostila “Mundo do Trabalho”, no entanto se afasta quando à complexidade e pluralidade, tanto de ensino quanto de leituras. Isto porque criamos expectativas sobre um bom material, e se tomarmos o exemplo de livros didáticos de História, veremos que há um processo de definição de critério construído por editoras, autores, representantes de secretarias estaduais e municipais de educação, professores e pesquisadores (FREITAS IN FERREIRA, OLIVEIRA. 2019. P.146). Na nossa análise, o Instituto Aliança ignora a existência desses critérios na elaboração de suas apostilhas. (FREITAS, OLIVERIA. 2019. P.146)

Nos últimos 15 anos, os critérios de avaliação foram refinados: o livro deve explicar e cumprir propostas pedagógicas, historiográfica e dispositivos legais sobre princípios de cidadania. O manual do professor foi reestruturado, a “aprendizagem” ganhou espaço sobre os “métodos de ensino” e as habilidades meta-históricas estão distribuídas por todo o impresso.

¹⁷ Voltaremos a esse ponto de maneira mais aprofundada posteriormente.

Em outro momento, o livro didático, no caso específico da História, relaciona-se com a interface entre o ensino de história e a pedagogia, traçando interfaces, delimitações e intercessões. (LUCA, MIRANDA, 2004. P.131)

Alain Choppin bem assinalou que os livros didáticos não são somente ferramentas pedagógicas, mas também suportes de seleções culturais variáveis a serem transmitidas às gerações mais jovens, além de meios de comunicações cuja eficácia repousa na importância de suas formas de difusão. Nessa perspectiva, os livros, para além de se constituírem em vetores ideológicos, são fontes abundantes, diversificadas e, ao mesmo tempo, completas, visto que cada obra constitui uma unidade própria e coerente, com princípio, meio e fim.

A nossa preocupação durante todo o trabalho é a de tornar evidente a necessidade de ser delinear o campo disciplinar, o que Cuesta Fernandes denominará como o “código disciplinar”. Este por sua vez, contém textos visíveis e invisíveis. (URBAN, 2014. p.190)

O conceito de “código disciplinar” proposto por Cuesta Fernandez (1998) tem sido referência para as investigações e propõe a existência de um conjunto de ideias, valores, rotinas que podem ser pesquisados por meio dos chamados “textos visíveis” percebido nos manuais, nos programas escolares, na legislação pertinente; e os “textos invisíveis” que podem ser analisados por meio das práticas dos professores.

Por todos esses pontos já mencionados, se traçarmos um paralelo com o que se espera de um bom livro didático, a partir de critérios definidos pelo PNDL e da avaliação de profissionais da área de História, constataremos que os materiais produzidos pelo Instituto Aliança não atende aos critérios. No entanto, o material em questão não se propõe a ser um manual de ensino de história. Ele foi pensado para auxiliar as aulas do componente curricular Mundo do Trabalho. Mas afinal, o que é o mundo do trabalho? É uma disciplina? O que justifica a obrigatoriedade desse componente no Ensino Profissional?

O primeiro elemento a ser analisado é a investigação de suas bases teóricas e o propósito da obrigatoriedade do componente curricular no ensino profissional. Para justificar a pertinência de nosso interesse, vamos apresentar a configuração e a complexidade de uma disciplina. Segundo José D’assunção de Barros (2014), existem 10 pontos que compõem um campo disciplinar, não só em história, mas em qualquer campo de conhecimento. (BARROS, 2014. p.18)

Temos então dez dimensões importantes nesta caminhada para tentar compreender uma disciplina, qualquer que ela seja: (1), a sua singularidade (2), os seus campos intradisciplinares (3), o seu padrão discursivo (4), as suas

metodologias (5), os seus aportes teóricos (6), as suas interdisciplinaridades (7), os seus interditos (8), bem como a extensa “rede humana” (9) que através de suas realizações, empresta uma forma e dá concretização ao campo disciplinar, sem contar o “olhar sobre si” que essa mesma rede estabelece a certa altura de seu próprio amadurecimento (10).

Campo foi definido por Bourdieu como “um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2002: 29 In BARROS, 2014: 18). Essa explicação cabe tanto para a sociedade no sentido mais geral quanto para o campo disciplinar, mais especificamente. Isso quer dizer que um campo de conhecimento é baseado em teorias que estão em constante disputas por hegemonia.

O primeiro ponto comum em qualquer disciplina, apontado por Barros é o campo de interesse. Esse versa desde os interesses mais amplos que define esse campo como um todo, até um conjunto mais privilegiado de objetos de estudo e de temáticas a serem enfrentados. Pode ocorrer que determinadas disciplinas partilhem de interesses comuns, no entanto o grau de profundidade de cada campo será diferente. Entendendo isso, é possível introduzirmos o segundo ponto do campo disciplinar que é a singularidade, ou seja, aquilo que há de específico no campo disciplinar. (BARROS, 2014. p. 22):

(...) cada disciplina possui a sua singularidade, aqui entendida como um conjunto dos seus parâmetros definidores, ou como aquilo que a torna realmente única, específica, e que justifica a sua existência – em outras palavras: aquilo que define a disciplina em questão por oposição ou contraste em relação a outros campos disciplinares.

O terceiro ponto sobre a constituição de um campo de pesquisa trata da intradisciplinaridade, algo que acaba por acontecer quando uma determinada área de saber desenvolve um certo grau de complexidade. Haverá, naturalmente, dentro do campo de conhecimento interpretações diferentes e até divergentes sobre o mesmo objeto de estudo. Isso é extremamente salutar e necessário para o desenvolvimento de uma disciplina, criando especializações e desdobramentos internos.

Os aspectos expressivos compõem o quarto elemento e diz respeito a um modo característico de uma disciplina perceber a realidade e de transmitir para uma comunidade as suas impressões. Em outras palavras, a forma como apreende e se comunica. Isto pode ser claramente percebido com a linguagem jurídica, por exemplo. A forma de escrita, os verbetes, os termos conceituais e até mesmo a forma de organizar o raciocínio, são umas das características desse ponto.

A forma como se constrói o conhecimento em determinada disciplina compõe o quinto elemento do campo disciplinar e pode ser identificado como a metodologia. Cada área de conhecimento desenvolve metodologias próprias e as disciplinas também. A teoria compõe o sexto elemento e basicamente trata do modo como a disciplina enxerga a realidade e a explica através de conceitos e representações.

A interdisciplinaridade, que traça diálogos com outras disciplinas trazendo oposições ou assimilações conceituais, é o sétimo elemento. Toda disciplina, cedo ou tarde, acaba tendo que dialogar com outras áreas do conhecimento. Porém além da singularidade, já vista no segundo elemento, o campo impõe interdições para seus participantes, e esse fator é o oitavo elemento.

O nono elemento é a adesão de membros que uma disciplina pode aglutinar, a rede humana. O décimo e último elemento é a reflexão sobre o próprio campo, o olhar sobre si.

Ao analisarmos o material utilizado nas aulas de Mundo do Trabalho, não conseguimos identificar com clareza qual é o campo de interesse e o objeto de estudo da disciplina, por outro lado, salta aos olhos o objetivo geral: formar indivíduos que se encaixem nas expectativas do mercado contemporâneo. Esse objetivo central deriva de setores privados, que é formar indivíduos cada vez mais resilientes às condições adversas que o capitalismo neoliberal impõe aos cidadãos.

Quanto à delimitação temática e à singularidade da disciplina, não há complexidades que possibilitem a intradisciplinaridade, e não há diálogos com outras disciplinas de forma aprofundada. Porém, é possível constatar a utilização de conceitos de outras áreas como administração, psicologia e geografia. Tais conceitos, por sua vez, são meras transposições e não intercessões conceituais, como se espera na interdisciplinaridade. Em alguns casos, é possível verificar uma completa transcrição de sites para a apostila, como veremos mais adiante.

A rede humana, que aparece como o décimo elemento da composição do campo disciplinar, e que poderia ser amplamente difundida na apostila, limita-se ao Instituto Aliança e a Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará. Os textos são de pessoas com formação variadas: administradores, psicólogos, coaches, profissionais liberais e não há uma filiação desses ao campo mundo do trabalho. Em suma, há uma enorme inconsistência teórica sobre o que é esse componente curricular.

É possível perceber, no entanto, uma constância na linguagem e na forma como se apresenta os assuntos. Pensando no campo disciplinar, isso estaria relacionado com o ponto quatro: aspectos expressivos, que na apostila toma a forma de uma linguagem motivacional, que se aproxima da usada por psicólogos comportamentais ou ainda, por coaches. Iremos retomar essa característica específica separadamente, quando tratarmos da linguagem excessivamente mercadológica.

Partindo desses pressupostos, sobre o que é um material didático e após delimitarmos um pouco o que se espera de deles, podemos examinar a nossa primeira fonte: as apostilas Mundo do Trabalho.

Primeiramente devemos constatar a ausência de editora, autor, ano de publicação, e outras informações que possibilitam a catalogação e que dificulta a citação ou referência. Dito isto, vejamos o exemplo do primeiro volume que tem como temas centrais “Identidade, Integração e Comunicação”. Compreendemos que os títulos são de natureza extremamente ampla e genérica. Afinal, como define, por exemplo, “Identidade” a disciplina Mundo do Trabalho? No primeiro volume do material eles se apresentam da seguinte forma (ALIANÇA, 2016. p.02):

Boa notícia! A partir de agora vamos compartilhar informações que vão ajudá-los a direcionar *os primeiros passos de uma jornada de sucesso*. Nos próximos dois anos, mergulharemos em assuntos que tem tudo a ver com a formação que estudantes da Escola Profissional estão construindo com seus professores e, a partir da sala de aula, nosso grupo irá compreender e vivenciar processos típicos *do desafiador moderno mundo do trabalho*.¹⁸

Como podemos observar, a linguagem aplicada no material aproxima-se de uma palestra motivacional, na qual valores como “*sucesso*” são festejados sem nenhuma contextualização histórica ou mesmo sem aprofundamento crítico, deixando implícita a tendência meritocrática da proposta.

As primeiras páginas da apostila dedicam-se a explicar o que é, e como obter os documentos de certidão de nascimento, de identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, certidão de óbito e reservista. (ALIANÇA, 2016. p. 7 – 17). Devemos interpretar que por identidade a apostila esteja se referindo literalmente os documentos de identificação? Qual é o propósito, em que área do conhecimento esse tipo de conteúdo se insere e qual é a sua especificidade? O texto sobre a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), por exemplo,

¹⁸ Grifos nossos.

não contempla nenhuma especificidade de cunho formativo, histórico, social, profissional e nenhum aspecto de criticidade. Em um box com indicação de “leitura” que ocupa toda a página, sob o título “Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), lê-se o seguinte texto: (ALIANÇA, 2016. p.12)

O que é? A Carteira de Trabalho e Previdência Social é documento obrigatório para qualquer cidadão que queira prestar serviços na indústria, comércio, agricultura, pecuária ou de natureza doméstica. Ela garante acesso a direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios da Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Desde 2008, a nova carteira de trabalho é emitida por meio de um sistema informatizado, que integra nacionalmente os dados de todos os trabalhadores do Brasil. Mais resistente que o anterior, o documento é feito com papel de segurança e plástico inviolável, que dificultam a falsificação das informações sobre identificação profissional e qualificação do indivíduo. A carteira de trabalho para estrangeiros também mudou: agregou todos os itens de segurança acima e passou a ser verde.

Na apostila Mundo do Trabalho, no contexto de “Identidade”, ao falar sobre a Carteira de Trabalho, tão simbólica para os cidadãos brasileiros, carregada de identidade, no sentido de pertencimento, tanto nacional quanto de classe, nenhuma reflexão sobre a contratação com carteira assinada, sobre a historicidade da Justiça do Trabalho, sobre os índices de desemprego ou sobre o trabalho informal. Certamente o professor poderá fazer uso desses questionamentos durante as aulas, porém, não há nenhum direcionamento do material para isto, e salta aos olhos a ausência de intradisciplinaridade e interdisciplinaridade. Nesse sentido, a apostila se torna acrítica e desvinculada da realidade.

Seria de grande valia se, além de apresentar o documento e suas peculiaridades físicas, o material também instigasse os alunos e alunas à investigação sobre a historicidade trabalhista em suas famílias. Ou, ainda, a pesquisa por empregos de carteira assinada na região. Quem sabe, poderia apresentar uma perspectiva histórica dos trabalhadores, da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e de como a carteira de trabalho representa efetivamente a garantia de direitos. Porém, o mais próximo de uma dimensão histórica do trabalho só aparecerá no volume 2 da apostila, com o título de “Linha do tempo” (termo extremamente problemático para a compreensão de processos históricos) adaptada do site teslaconcurso, disponível em meados de 2012. Com definições telegráficas, com parágrafos curtos, o material traça uma cronologia do trabalho e pontua a Consolidação das Leis Trabalhistas (ALIANÇA V2 2016. p. 36-37):

No Brasil, mas especificamente no Governo de Getúlio Vargas, foi instituída a maior legislação trabalhista do País, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, representada pela popular carteira de trabalho, em que o trabalhador brasileiro passou a ser reconhecido pelos seus direitos, além de receber benefícios como férias, 13º salário (1962), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (1966), aposentadoria, entre outros. Foi uma solução para garantir um sustento mínimo para as necessidades do trabalhador e de sua família, diante do capitalismo, voltado à vida de consumo crescente. A partir de 1980, diante de um mercado competitivo, as empresas passaram a atuar com foco dirigido tão somente ao negócio. E de maneira geral, todas as outras atividades, consideradas de apoio, foram transferidas paulatinamente para empresas externas, processo esse denominado de terceirização, e que permanece como tendência forte até hoje. Isso resultou em um deslocamento da mão de obra das empresas para as chamadas consultorias externas ou empresas prestadoras de serviço.

Ainda no primeiro volume, o texto sobre a CTPS continua com informações sobre onde e quando deve ser feita, quanto custa sua confecção (é gratuita), além de listar os documentos necessários para obtê-la. De um modo geral, é assim que seguem os textos sobre os demais documentos. Necessário é destacar que há imagens de todos os documentos. A página 8, por exemplo, é inteiramente ocupada por uma imagem de um modelo de Certidão de Nascimento¹⁹.

Ainda sobre a temática “identidade”, após demonstrar todos os documentos de um cidadão, é introduzido o conteúdo com o título de “Tipos de liderança”. Para definição do conceito de acordo com Aliança (2016, p.18):

Líder é o condutor, o guia, aquele que comanda. Ser líder é ser uma visão global, é saber ensinar e também aprender. A principal atividade de um gestor ou líder é a de conduzir pessoas, sabendo para isso lidar com elas e conseguir os melhores resultados. Os líderes influenciam seguidores. Por este motivo, muitos acreditam que os líderes têm por obrigação considerar a ética de suas decisões. Liderar não é uma tarefa simples pelo contrário, liderança exige paciência, disciplina, humanidade, respeito e compromisso, pois a organização é um organismo vivo, dotado de colaboradores dos mais diferentes tipos.

A sequência do conteúdo irá apresentar características principais da liderança tais como: A liderança envolve outras pessoas, a liderança envolve uma distribuição desigual de poder entre os líderes e os demais membros do grupo e a liderança é a capacidade de usar diferentes formas de poder, para influenciar, de vários modos seus seguidores, e conclui: (ALIANÇA, 2016. P.18)

“Embora existam muitos conceitos e definições, observamos que a liderança: é caracterizada pela atitude integrada ao líder e ao grupo, depende de aceitação

¹⁹ Essa informação torna-se importante se considerarmos que a apostila para todo o ano tem 113 páginas no total.

integral do líder pelo grupo, de modo a se conseguir uma integração do esforço, adquire formas e se processa dentro de um ambiente condicionado por forças sociais, formais e informais.”

Vejamos o exemplo do tema “Integração”, na apostila 1, e pedimos desculpa aos leitores pela extensão das citações. Não é nosso intuito a reprodução excessiva. (ALIANÇA, V.1. 2016 P.65)

Qualidade total²⁰. Por que qualidade total? A Qualidade vem sendo incorporada cada vez mais no cotidiano das empresas. Ganhou tamanha força, que não só se transformou num movimento internacional, mas também num modelo de como se deve gerir uma empresa.

Tal movimento foi batizado como Controle de Qualidade Total (CQT). Este termo traduz a ideia de que a “Qualidade” não se restringe somente ao seu controle, entendido em seu sentido tradicional, mas vai muito além. Controle, na visão do CQT, toma o sentido de gerenciamento. Ou seja, “o controle da qualidade não é apenas outra técnica da engenharia e da produção. Ela assumiu a forma de uma ampla ferramenta da administração que envolve a empresa inteira, desde a alta administração até os operários” (Moller²¹)”

Segundo o dicionário *Aulete Digital* a palavra “qualidade” tem como definição; “1. Propriedade inerente a um objeto ou ser” e todos nós aprendemos muito cedo nas aulas de gramáticas que há qualidade positivas; “2. Propriedade positiva de um objeto ou ser; VIRTUDE; DOM”, mas também pode designar os defeitos; “5. Condição natural das pessoas ou coisas pela qual se distinguem de outras”. Filosoficamente, qualidade faz referência a essência, natureza, “6. Fil. Maneira de ser da pessoa (essência, natureza)”, socialmente pode hierarquizar as estruturas, “7. Pej. Raça, casta, laia” e finalmente, na linguística representa “uma união sonora que compõe uma vogal (altura, sonoridade etc); qualidade vocálica. (<https://aulete.com.br/Qualidade> acesso em: 23.nov.2022). No entanto, o texto aplica o vocábulo elementos e sentido novos como “ferramenta”, além de apresentar a sua relevância na gestão das empresas. Isto porque o foco é voltado para a melhoria da produção, de forma generalizada. Porém, a apostila não proporciona uma introdução ao assunto, não contextualiza, nem problematiza o conceito. Assume como pronta e acabada a definição, e apenas reproduz o que foi dito, ou escrito por outros. A credibilidade fica por conta do cargo (e não da formação ou na relevância acadêmica) de quem elaborou o conceito. A fonte aponta Claus Moller como

²⁰ O material não tem bibliografia e as referências dos textos são indicadas por notas de rodapé e no caso desse texto: “Fonte: Geraldo Castelli e Luciano Raizer Moura (Qualidade Simples total).” (ALIANÇA V.1. 2016 P.65).

²¹ A referência indicada em uma nota de rodapé na apostila informa: “Claus Moller é presidente da Time Manager Internacional, empresa europeia de treinamento empresarial” (ALIANÇA V.1. 2016, p. 65).

um teórico relevante, no entanto a referência de Moller é de “presidente da Time Manager Internacional”.

Em pesquisa no site da Time Manager podemos verificar que se trata de uma plataforma de gestão de projetos que promete ampliar a eficiência da gestão e produtividade. Em uma aba destinada a característica da empresa é possível ver a seguinte descrição: “Con Time Manager la productividad está em tus manos. Descubre cómo Time Manager aporta a la buena gestión de tus proyectos”. (<https://www.timemanagerweb.com/caracteristicas/> acesso em 23.nov.2022).

O texto sobre Qualidade Total continua: (ALIANÇA, V.1. 2016 P.65)

A Qualidade Total, segundo J. Lobo possui algumas propriedades, entre elas, devendo ser: plena, abrangendo todo o processo que origina o produto ou serviço; proprietária, ou seja, assumida responsabilmente por todas as pessoas – e cada uma delas – que fazem parte da organização; permanente, incorporando-se à cultura e “modos operandi” da Organização.

Cabe também ressaltar que “entre os objetivos do CQT não estão apenas os lucros, mas também os melhoramentos gerais em áreas como treinamento do empregado, a satisfação do consumidor, a garantia de Qualidade, o controle do custo, o volume, o controle da energia e desenvolvimento de novos produtos e serviços”. Daí a denominação de Total.

No fragmento destacado, é possível ver as propriedades da “Qualidade Total” indicada por “J. Lobo”, no entanto, não há referência bibliográfica, nem nota de rodapé da citação. Infelizmente, não temos como aprofundar a pesquisa sobre J. Lobo. No momento seguinte, as aspas não ficam claras se são de J. Lobo, de Claus Moller ou de Geraldo Castelli e Luciano Raizer Moura, todos indicados como fontes nas notas de rodapé.

Sobre a justificativa quanto aos objetivos da Qualidade Total, o argumento parece ir de encontro com a afirmação de que o propósito não é somente a ampliação dos lucros, visto que os outros elementos como: treinamento de empregados, satisfação do consumidor, controle de volume e custo, assim como a economia de energia, estão todos relacionados com o melhor desempenho da produção que, por sua vez, resultará em uma margem de lucro maior ou um melhor posicionamento de preço no mercado, ampliando não a margem de lucro, mas o volume de venda. O que no final tem o mesmo efeito: o aumento da concentração de renda nas mãos dos donos dos meios de produção.

Porém, o discurso aparece com uma roupagem nova e sedutora. Aparentemente a “Qualidade Total” é algo essencialmente bom e positivo. Além do mais, a aplicação desse conceito não está relacionada com lucro [como justificam seus formuladores] mas com um

proposito. Que se sintetiza na “Qualidade Total”. No entanto, a ausência de rigor teórico é confessada no instante seguinte, segundo Aliança (2016, p. 65-66):

O que é Qualidade Total? Definir Qualidade Total não é tarefa fácil. O termo não é novo no vocábulo das pessoas, embora nem todos saibam defini-lo. Não existe um conceito único de Qualidade Total. Várias ciências (filosofia, economia, marketing, produção) elaboraram conceitos, cada uma delas enfatizando aspectos que lhes são próprios. Em vista disso, muitos estudiosos e organizações ligados ao assunto procuraram definir Qualidade Total, entre os quais se destacam: “Qualidade Total é uma atitude. Não tem começo, meio e muito menos é incorporada a um produto – exige uma **continuidade** e deve chegar a integrar-se à mentalidade de cada funcionário” (Lee Iacocca). “No sentido mais amplo, Qualidade Total é qualquer coisa que pode ser melhorada sempre. Nesse contexto, está associada não apenas aos produtos e serviços, mas também à maneira como as pessoas trabalham, como as máquinas são operadas e como os sistemas e procedimentos são abordados. Ela inclui todos os aspectos do ser humano” (Imai). “Conjunto de propriedades e características de um produto, processo ou serviço que lhe fornecem a capacidade de satisfazer as necessidades explícitas ou implícitas” (Organização Internacional para Padronização – ISO). “Qualidade total é conformidade com os requisitos” (Crosby). Segundo Crosby, Qualidade Total é o cumprimento de todos os requisitos. “A perfeição até pode encontrar-se muito além do horizonte, mas ela existe!”

As referências em notas de rodapé indicam que Lee Iacocca, que relaciona Qualidade Total com atitude, “é um homem de negócios estadunidense, célebre por ter lançado o Mustang”. Imai, que diz ser característico da Qualidade Total a possibilidade de melhorar sempre uma coisa, “é conhecido como o pai da Kaizen. Autor de diversos best-sellers na área de Gestão”. Já Crosby, aquele da perfeição além do horizonte, “foi um empresário e escritor estadunidense que contribuiu para a teoria da gestão e métodos de gestão da qualidade.”.

Nota-se que não entra no cálculo da *Qualidade Total* a qualidade de vida dos funcionários, somente a qualidade de seus serviços. Nenhuma linha dedicada à qualidade da alimentação, do transporte, do sono, da felicidade, da subjetividade. É muito natural que bilionário, *homens de negócios* e empresários bem sucedidos dediquem tempo e energia pensando na manutenção e ampliação de seus poderes e recursos. O que não tem lógica é isso ter espaço nos livros didáticos e ser ensinado como um valor a nossos alunos.

Percebemos nesse conceito (podemos chamar de conceito?) de Qualidade Total, para além de um posicionamento tendencioso em favor de uma classe dominante, um esvaziamento histórico. Aliás, *Qualidade Total* desde quando? É nesse contexto que apontamos como necessário um material didático de História que contemple a cooptação dos nossos jovens a este tipo de ideologia, disfarçada de ciência, sem ter nenhum ponto de contradição.

Os objetivos pretendidos com esses conteúdos estão bastante nítidos quando olhamos o texto seguinte da apostila, com a indicação na parte superior da página “fique ligado”: “Cultivando a qualidade desde o primeiro emprego²²” (ALIANÇA, V.1. 2016 P.67). Entendemos que a leitura do texto sobre a “Qualidade Total”, que não chega a ser um conceito, mas uma forma de comportamento, serve no momento seguinte (no “FIQUE LIGADO!”) para que educandos e educandas entendam como se deve agir diante do colossal e impávido mercado de trabalho. Por que a escola pública está se sujeitando a isso?

A lição do box “FIQUE LIGADO!” da página 67, tem autoria de Geraci Mello, e a informação que a apostila nos oferece sobre sua formação é: “advogada, auditora da Receita Federal, educadora e integrante da equipe do Instituto Aliança até 2012”. Fora isto, nenhuma referência bibliográfica, o que dificulta o aprofundamento sobre a autora. Não sabemos se o texto contido no box é exclusivo para a apostila ou se é um fragmento da obra de Geraci Mello, da qual não sabemos quase nada. Sobre o texto, é possível afirmar que as lições estão bem direcionadas para o público-alvo, que no caso é “Você, que está passando por um processo de formação para o primeiro emprego”, e esclarece em 8 (oito) pontos o que significa ter um desempenho de qualidade. Ou seja, nossos alunos e alunas, são reduzidos a indivíduos que estão em “processo de formação para o primeiro emprego”.

Todos que já passaram por uma entrevista de trabalho, principalmente se estiverem em uma situação de desemprego, compreendem o quão devastador para o espírito é a submissão do indivíduo às exigências dos setores de Recursos Humanos. Talvez, o propósito seja diminuir esse desconforto diante de uma seleção, ou até mesmo no cotidiano da experiência de trabalho. O problema reside em uma leitura da realidade como definida, onde uns ditam as regras e outros se adequam. Mais uma vez, sentimos a necessidade de ampliação do entendimento de processos históricos e do exercício de se pensar a realidade como uma construção humana e de características dinâmicas. Ignorando essas problemáticas, os oito pontos do box “FIQUE LIGADO!” aconselham, (ALIANÇA, 2016, p.67):

- Informe-se sobre a tarefa a desempenhar, de modo a garantir que ela será realizada integralmente, esclarecendo qualquer dúvida antes de iniciar o trabalho;
- Realizar a tarefa no tempo e prazo estipulados;
- Evitar desperdício de recursos e materiais no processo;
- Manter bom relacionamento com todos os envolvidos na execução da tarefa;

²² A diagramação da apostila não deixa claro a divisão de capítulos e subcapítulos, o que dificulta o entendimento da organização dos temas abordados. Difícil saber quando um assunto novo começa e termina, por exemplo. Uma pista do que pode ser uma indicação de organização dos assuntos está em um elemento textual acima do box de texto com o título em caixa alta: “LEITURA” e no momento seguinte: “FIQUE LIGADO!”.

Registrar as ocorrências imprevistas, comunicando às pessoas responsáveis;
 Checar com os envolvidos – colegas de trabalho, clientes e empregador – sobre eventuais pendências;
 Sugerir mudanças que possam melhorar os resultados, diminuir custos e garantir a qualidade do produto ou serviço; e
 Compilar dados necessários aos arquivos e sistemas.

Chega a ser escandaloso o nível de propaganda ideológica presente nessas lições. Impossível não associar com literaturas de autoajuda, que prometem poucos números de passos o sucesso. A chave para o entender o porquê desses conteúdos – tão moralmente alinhados com a lógica do mercado – serem ensinados no Ensino Básico, reside na interação entre setores públicos e privados, associados com a reformulação do processo produtivo, que descredibiliza a educação e propõe uma reestruturação nos gastos públicos, como já indicamos anteriormente.

A temática da “qualidade total” volta a ser mencionada no volume 2 da apostila no capítulo “Trabalho²³”. Essa parte da apostila é singularmente interessante pois se propõe a preparar os alunos para o campo de estágio. O texto introdutório revela: (ALIANÇA, 2016 p. 34)

Vamos entender este conceito: “Trabalho é bom e dignifica o homem”. Você já se imaginou no ambiente do seu estágio? Como utilizará os conhecimentos adquiridos durante o ensino médio? Será que você vai ser um bom estagiário? Por vezes, tais questionamentos aparecem em nossa formação e um mundo de dúvidas aparece, antes de respondê-los.

Diante dessa abordagem é essencial que o ensino de história tome consciência de como o conceito de trabalho está sendo abordado por outras “disciplinas” e disputa a temática sob a lógica histórica. Afinal, trabalho, obviamente, é diferente de emprego. Trabalho é na verdade uma condição única da humanidade, trata-se da transformação do ambiente natural para atender as necessidades humanas, reproduzindo as já existentes e criando outras novas necessidades. Mais do que nunca, o atual tempo histórico exige atenção ao trabalho reprodutivo – aquele indispensável a manutenção da vida – que as empresas ignoram, aos trabalhos não pagos – majoritariamente exercidos por mulheres – estendendo, em pleno século XXI, condições análogas à escravidão. O ensino de história deve fomentar questionamentos sobre a

²³ Necessário apontar novamente a dificuldade de classificar a divisão do material. Na página 34, há uma imagem de um crachá que toma toda a página e um título, uma palavra em caixa alta: “Trabalho”. Entendemos que queira se iniciar uma nova temática pela quebra de continuidade com o assunto anterior que era “Ética e Cidadania”.

situação da classe trabalhadora que não consegue emprego, relacionado com elementos de seu próprio tempo histórico.

A apostila “Mundos do Trabalho”, no entanto, apresenta a “linha do tempo” com definições bastante resumidas e uma perspectiva linear, progressiva, evolutiva e otimista, no estilo positivista de concepção de tempo e da história (como já foi dito antes). Após a exposição sobre a cronologia do trabalho, teremos a uma sequência de sete boxes dedicados à explicação dos “5S da organização no trabalho e na vida”. Os 5S (cinco sentidos) aparecem como um complemento, ou uma metodologia, da Qualidade Total. Partindo de um programa de produção japonesa que tem cinco princípios iniciadas com a letra “S” na língua japonesa (Seiri, Seiton, Seisoh, Seiketsu e Shitsuk) que indicam a forma ideal de se encarar respectivamente, a seleção, a ordenação, a limpeza, a padronização e a disciplina no processo produtivo. (ALIANÇA, 2016, p.38):

Os cinco sentidos, comumente chamados de 5S, são por assim dizer, a porta de entrada de um Programa de Qualidade Total, porque têm um grande efeito sobre a motivação para a qualidade, visto que seus resultados são rápidos e visíveis. Mas a sua grande virtude é o seu grande defeito, ou melhor, nós a tornamos seu maior defeito ao pensarmos que o Programa 5S se resume em melhorar a aparência do local de trabalho ou outro ambiente qualquer. Na verdade a essência dos 5S é outra: mudar atitudes e comportamentos. Sua prática contínua e insistente leva, inevitavelmente, a uma mudança interior que resultará, ao final, em uma disposição mental para a prática de um programa em que os resultados são de médio ou longo prazo, como a Qualidade Total.

É com esse tom de sabedoria oriental que o programa 5S se estende pelas páginas seguintes e desenvolve as ideias sobre “A arte de colocar fora coisas inúteis sem uso”, o que consiste em retirar o que é desnecessário do ambiente de trabalho e promove a reflexão sobre o que é realmente necessário. Os resultados da aplicação dessa *arte* devem ser o ganho de espaço, maior segurança, melhor controle de estoque, redução de custos, facilidade de limpeza e manutenção, disposição mental para a Qualidade. Depois vem a ideia de ordenação que consiste na “Arte de cada coisa em seu lugar para pronto uso”. O interessante desse sentido é que ele tem aplicação estendida para partes comportamentais que inclui o planejamento diário de tarefas – indicando que o trabalho deve começar ao acordar, ao anotar compromissos e tarefas na agenda e consultá-la, priorizando os afazeres mais importantes. Os efeitos devem ser percebidos na melhor disposição de móveis e equipamentos, maior segurança, facilidade de limpeza e manutenção, melhor controle de estoque, redução de desperdício, principalmente de tempo, aproveitamento de espaço. (ALIANÇA, 2016, p.39-40)

A *arte* de tirar o pó aparece como o terceiro elemento do programa, e também ultrapassa as atribuições objetivas de simplesmente manter o local limpo. Isso porque a sabedoria define que a limpeza tem duas dimensões: a limpeza do ambiente físico e do relacionamento pessoal. Sobre este último, “um ambiente em que impera a franqueza, a transparência de intenções e o respeito pelo próximo é um ambiente limpo”. (ALIANÇA, 2016, p. 41).

Certamente, diante do programa 5S, as estratégias de resistência dos trabalhadores e as experiências históricas no confronto de classes, das opressões e injustiças, como a quebra de máquinas pelo movimento Ludita no século XIX, a formação de organizações sindicais, o ato de diminuir a velocidade do trabalho como forma de impactar a produção e outras formas de frear a espoliação de seu trabalho, seriam vistas como um comportamento “sujo”. Percebemos ainda a presença de uma percepção negativa em relação aos alunos que estão sendo preparados pela apostila. Isso se dá quando consta entre as recomendações de comportamento o “uso correto de sanitários” (ALIANÇA, 2016, p.41). O destaque para o resultado da aplicação desse senso, para além dos elementos já mencionado, é a “Redução de desperdícios.”

O quarto senso, a padronização, ou ainda “A arte de manter em estado de limpeza”, versa sobre a necessidade de se manter em prática o quesito anterior. Imaginamos que os formuladores tenham a impressão que os trabalhadores são indivíduos com hábitos de higiene bastante duvidosos, visto que o primeiro aspecto da padronização é o “Cuidado com a higiene pessoal, com o uniforme, etc” e “Padronizar para criar o “Estado de Limpeza”. Não basta estar limpo, é necessário também parecer limpo”. (ALIANÇA, 2016, p. 43).

Por fim, o último “S” recomenda a disciplina, “*A arte de fazer as coisas certas, naturalmente*”. A “coisa certa”, no caso, é o pleno funcionamento do processo produtivo, fazendo com que se otimize o tempo, evite-se desperdícios e se potencialize os lucros.

O fato é que os padrões relacionados pelo programa são definidos unilateralmente, atribuindo-se valores moralmente positivos ao processo produtivo sem contratempos, e exigindo dos trabalhadores comportamentos rotineiros e ordeiros, exaltando uma cultura da harmonia e ignorando as tensões sociais derivadas da concentração de renda. Como se não bastassem os já mencionados “5S”, o material indica uma complementação de mais “3S”: Senso de Determinação e União, Senso de Formação Profissional, Senso de economia e combate aos desperdícios. (ALIANÇA, V.2. 2016 P.44). Não iremos nos alongar em explicar o que são os “S’s” complementares. Apontamos apenas o caráter ilimitado de exigências dos empregadores,

que após a satisfação de determinados comportamentos, complementam com mais e mais demandas.

Consideramos suficientes as amostras de conteúdos da apostila analisada para concluir que o objetivo de incluir mais uma disciplina na grade curricular, com caráter obrigatório, é o adestramento dos alunos e alunas para um comportamento determinado no mercado de trabalho. Tal comportamento se percebe no campo de estágio, o que iremos analisar em seguida, a partir de alguns relatórios de conclusão de curso.

3.3 Relatório Final de Estágio – análise da experiência estudantil no ambiente de formação para o trabalho.

Quando chegam ao segundo semestre da terceira série do Ensino Médio, os alunos das Escolas Profissionais são conduzidos para o campo de estágio, como requisito para a conclusão da formação técnica em seus respectivos cursos. Ao final da experiência eles devem produzir um relatório, detalhando a vivência no campo de estágio. O propósito central desta parte do trabalho é fazer uma análise de relatórios de estágio.

O momento de ir a campo é bastante aguardado pelos alunos(as). Seja porque poderão pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante o curso, seja porque terão uma rotina diferente dos demais alunos, saindo da escola no turno da tarde, e sobretudo, pela remuneração que receberão mensalmente de, em média, R\$ 450,00, correspondente aos 19 dias de estágio e 1 dia de mediação²⁴.

Há poucos relatos sobre o momento da mediação nos relatórios. Nos relatórios dos alunos de Informática, encontramos apenas dois casos contendo um curto parágrafo sobre “encontros mensais na escola, nos quais é realizado o preenchimento do sistema SICE – Sistema Informatizado de Capitação e Estágio – bem como a entrega de frequência, o esclarecimento de dúvidas e são passadas orientações”. (I7, 2019. p.08) Com base nesse relato é possível aferir que o momento destinado à “mediação” é preenchido de maneira estritamente burocrática, ou é usado para repassar alguma orientação, quando necessário.

Os estágios têm carga horária distintas, alguns são de 400 horas (como é o caso de Informática, Administração e Comércio), enquanto o curso de Enfermagem tem uma carga

²⁴ A mediação é um dia reservado para que o aluno entregue ao orientador de estágio a frequência e responda uma autoavaliação no Sistema Online de Avaliação, Suporte e Acompanhamento Educacional - SISEDU.

horária um pouco maior, de 600 horas. Está incluso nessa carga horária 60 horas destinadas à elaboração de um projeto social a ser promovido pela turma, e que deve envolver a comunidade²⁵.

Escolhemos dez relatórios de alunos de cada curso no ano de 2019, último ano em que o estágio aconteceu de maneira “normal” (antes da pandemia que exigiu o distanciamento social)²⁶. Resolvemos investigar relatórios de todos os cursos para ampliar a diversidade de alunos(as) e de locais de estágios. Nos direcionaremos ao relatório em si, e não aos alunos. Vamos organizá-los por curso e de forma numérica a fim de identificá-los. As referências serão assim: E + número (E1, E2, E3...), sendo a primeira letra referente ao curso. Portanto, a letra E será usada quando tratar dos relatórios do curso de Enfermagem, seguidas do número, que representa o nome dos alunos [que iremos ocultar] sequenciados em ordem alfabética. Usaremos a letra I + número (I1, I2, I3 ...) referente aos relatórios do curso de Informática, C + número para Comércio e A + número para Administração.

Os documentos, armazenados em uma caixa de papelão na biblioteca da escola, estavam organizados e, quase todos, em bom estado de conservação. Porém, acredito que mereçam ser catalogados, arquivados e, quem sabe, digitalizados. Trata-se de uma curta monografia – ou pelo menos deveria ser encarada dessa forma – de todos os alunos(as) que concluíram o Ensino Médio na Escola Manoel Mano. As narrativas imprimidas nesses relatórios são evidências do estágio, provas da existência de uma comunidade e devem ser visto como um registro do seu tempo.

Através da análise e comparação dos relatórios dos diferentes cursos é possível perceber alguns padrões, o que denuncia, de certo modo, o temperamento e a peculiaridade das turmas. Os relatórios de Enfermagem são mais técnicos, poucos relatos em primeira pessoa; são mais longos (visto que o estágio da área da saúde é dividido em vários campos distintos, e deve ser por isso que há uma maior carga horária em relação aos demais estágios) e também são mais detalhados do que os de outros cursos. Grande parte tem páginas numeradas e um maior rigor na formatação. Entre os documentos analisados, somente os de Enfermagem contam com bibliografia. Porém, se por um lado o rigor acadêmico deve ser apontado como uma qualidade,

²⁵ O documento que estamos avaliando, os relatórios, citam os projetos, mas compreendemos que eles merecem uma atenção especial, e esperamos motivar pesquisas futuras. Pela limitação de tempo e por delimitação de temática, não iremos tratar dos projetos sociais desenvolvidos pelos alunos da maneira como gostaríamos. No entanto, consideramos um objeto de estudo importantíssimo de ser catalogado e analisado.

²⁶ Os estágios aconteceram de forma regular em 2022, mas a seleção dos documentos tinha acontecido em 2020, portanto, achamos melhor manter os relatórios de 2019.

por outro lamentamos a ausência de subjetividade e de narrativas mais próximas do cotidiano dos alunos(as) no campo de estágio²⁷. Interessante perceber também que é no curso de Enfermagem que há a maior discrepância numérica entre alunos de sexo masculino; apenas 1 entre 9 alunas do sexo feminino.

Quase não há registros fotográficos nos relatórios de Enfermagem, devido às normas exigidas no estágio da área da saúde, fato explicado na introdução de um relatório: “O aluno que portar aparelho celular deverá mantê-lo desligado ou no modo silencioso, (Não tirar fotos do local de estágio ou com pacientes e expor nas redes sociais)” (E1, 2019. p. 06). Apenas um relatório contava com fotos anexas e todas atendendo os pré-requisitos de privacidade dos locais de estágio e dos pacientes. As fotografias são de parte da turma, uniformizados e sorridentes, em ações sociais referente aos cuidados da saúde como a campanha “Outubro Rosa”, “Novembro Azul”, projeto social “Polikids” e a ação na associação Pestalozzi. (E3, 2019. p. 16-18).

A escrita técnica nos relatórios de Enfermagem se mantém mesmo em episódios que transbordam descontração. Vejamos esse relato de uma aluna que narra uma ação social realizada no estágio (E3, 2019. p.11).

Em momentos de Educação e Saúde, foi exequível a realização de uma campanha em alusão ao Setembro Amarelo, sendo executados no Shopping Popular de Crateús, objetivando enfatizar a importância da valorização da vida, com a fixação de cartazes motivacionais, execuções de atividades como “abraço grátis” e “quem dança, os males espanta” que visavam o desestresse e a animação dos participantes.

Os relatórios do curso de Informática parecem ter sofrido algum incidente. Sete dos 10 relatórios tem marcas de danificação por água. Desses, dois estão em estado bem crítico, o que, no entanto, não impediu a leitura. Esse ponto se torna relevante por se tratar de cuidados básicos de armazenamento que deveriam ser seguidos pelo arquivo escolar. Porém, deve-se destacar o número reduzido de funcionários para a gerência e organização da biblioteca, sobrando pouco tempo para o cuidado com o acervo.

O número de meninos e meninas são iguais nos relatórios que coletamos do curso de Informática. Não conseguimos constatar se há diferença de tratamento entre gêneros no campo de estágio. Nesse caso, creio que seria necessário entrevistar alguns alunos. Porém, é

²⁷ É importante deixar claro que os registros em questão estão muito bem escritos e que não estamos fazendo uma crítica aos relatórios em si, mas à ausência da perspectiva pessoal mais presente, algo que possibilitasse entender o que o aluno sentia.

possível perceber que as atividades ligadas a operações externas, como a instalação de internet nas residências, são realizadas por meninos²⁸.

Percebemos que nos relatórios de Informática há um apreço por detalhar os processos executados e demonstrar o domínio dos conhecimentos na área. De fato, as disciplinas do curso técnico de informática são bastante encantadoras para os jovens ligados a tecnologias e muitos demonstram aptidão natural para as atividades de programação, manutenção de equipamentos e operação de sistemas.

Não encontramos registros de fotos nos relatórios, mas essa ausência não tem relação com nenhum impedimento nos locais de estágio, e diz mais sobre as características dos alunos do curso de informática, geralmente um pouco mais introspectivos.

Os alunos do curso de Comércio são, majoritariamente, oriundos de famílias mais pobres, alguns moradores da zona rural e que depositam na formação técnica uma expectativa de mudar de vida. Eles apresentam maiores dificuldades de aprendizado, e, no geral, alcançam as menores notas nos exames externos. Tais características acadêmicas são diametralmente opostas aos desempenhos nos estágios. Muitos alunos do curso de Comércio se descobrem com a experiência de campo e apresentam uma significativa mudança de postura.

Assim como observamos nos demais cursos, os relatórios de Comércio apresentam determinado padrão. Geralmente têm uma característica mais narrativa, são mais breves e por vezes omitem informações importantes para a compreensão do que realmente aconteceu no estágio. É comum, por exemplo, nesses relatórios, que se omita – por descuido ou falta de orientação – dados importantes como o ramo da empresa onde o estágio se deu, limitando-se à informação do nome fantasia do empreendimento, como se isso já fosse suficiente. Observemos o relato de um estagiário sobre o “histórico da empresa”: (C1, Crateús, 2019 p.05)

A loja *|nome da loja|* foi criada em 16 de novembro do ano de 2015, por *|nome do fundador|* juntamente com sua esposa *|nome da esposa do fundador|*. Ambos eram sócios de uma determinada empresa, mas sempre tiveram o sonho de ter a própria empresa, foi aí que no ano de 2015, eles se desvincularam dessa determinada empresa e foram em busca de realizar esse sonho. Então no dia 16 de novembro de 2015 eles inauguraram a loja *|nome da loja|*, uma loja que no ano de 2019 completou 5 anos de existência e é bem aceita pela população de Crateús. A loja busca sempre a satisfação dos

²⁸ Esse fato em si não configura, ao nosso julgamento, nenhum comportamento sexista. Quando falamos da diferença entre gênero nos referimos a dúvida que temos quanto as tratadas destinadas meninas e se têm a mesma confiança e credibilidade de competência que porventura os meninos possam ter. Em outras palavras, os empregadores acreditam de informática das meninas?

clientes, com um ótimo atendimento, que foi um grande diferencial para o sucesso da loja.²⁹

A grande maioria dos locais de estágio do curso de Comércio ocorrem em pequenos estabelecimentos da cidade, empreendimentos familiares, onde não há tantas formalidades e onde as relações pessoais acabam se sobrepondo às de cunho profissional. Esse aspecto pode ser detectado através de diversos relatos que acentuam a convivência entre os estagiários e os demais funcionários³⁰.

Por fim, os relatórios do curso técnico de Administração apresentam uma perspectiva bastante propositiva e analítica, algo que destoa dos demais relatórios, dado que, neles, os alunos não apenas são avaliados, mas também avaliam os lugares de estágio. Também apresentam a missão, a visão e os valores das empresas, descrevem o organograma, relatam as contribuições que deram e apontam melhorias nos processos. Certamente, muitos desses questionamentos devem surpreender os próprios empresários. Afinal, quantos pequenos empresários compreendem a missão de sua empresa e o papel social que ela deve desempenhar?

Nove dos dez relatórios que analisamos apresentam uma tabela intitulada “Análise SWOT”, sigla em inglês para classificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. Em duas situações, em empresas comerciais e do setor financeiro, a economia foi apontada como um fator de ameaça aos negócios. Esse ponto é interessante e deve ser destacado, por apresentar uma perspectiva sistêmica que ultrapassa a visão ideologizada de meritocracia e do empenho pessoal como determinante fator para se alcançar o sucesso. Em outras palavras, foge-se da ideia de que o indivíduo, com força de vontade, pode modificar todas as conjunturas desfavoráveis. Nesses casos, a economia parece mais determinante do que qualquer potência individual. No entanto, essa não é a regra para o entendimento da realidade, pelo que se lê na maioria dos relatórios analisados.

Os relatórios de Administração são os que contêm maior volume de registros fotográficos dos momentos do estágio. Isto ocorre em 8 dos 10 relatórios. Infelizmente, não há legenda nas fotos, mas é possível se observar a interação entre os estagiários e os demais colaboradores em momentos de descontração, no que parece ser a culminância do estágio,

²⁹ Aqui optamos por preservar o nome da loja, de seu respectivo fundador e de sua esposa para evitar o reconhecimento.

³⁰ Os demais cursos também falam sobre o aspecto interpessoal, dos aprendizados com funcionários mais experientes, mas no comércio esse elemento aparece com maior intensidade. Iremos retomar a esse ponto mais à frente.

ou a despedida. As fotos mostram um grupo de alunos uniformizados, uma mesa com bolo e salgadinhos, e outras situações descontraídas, como os funcionários dançando em frente a uma projeção, no que parece ser um game. Também aparecem nos relatórios a imagem dos locais de estágio. Em um caso, há registro fotográfico da mesa de trabalho.

Destacamos a presença dos registros fotográficos, porque compreendemos não ser uma exigência dos relatórios, e sim uma escolha pessoal dos alunos-estagiários de mostrar aos leitores que houveram momentos divertidos, ou se construíram boas interações pessoais, ou ainda, que o ambiente de estágio era agradável. Isso não quer dizer que aqueles que não incluíram fotos nos relatórios tenham tido experiências ruins, necessariamente. Porém a decisão de incluir fotos é um bom indicativo de uma experiência positiva e agradável.

Tabela 1 - Informações Quantitativas Coletadas dos Relatórios.

Quadro Quantitativo dos Relatórios de Estágio - 2019						
Curso	Nº Páginas	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Relatórios com Fotos	Menções ao momento de Mediação	Projeto Social
Enfermagem	14 à 20	1	9	1	-	Sustentabilidade e preservação do meio ambiente.
Informática	9 à 13	5	5	0	2	Sustentabilidade e preservação do meio ambiente.
Comércio	7 à 10	6	4	3	-	Aprendendo & Empreendendo.
Administração	9 à 28	4	6	8	-	Ação de Integração Social e Ambiental.

Fonte: Produzido pelo pesquisador a partir da análise de dados dos relatórios.

Apesar das especificidades dos cursos reproduzirem nos relatórios determinadas características que atribuem um aspecto todo coerente *|escrita-estágio-curso|*, há semelhanças nas produções furando as bolhas de identidade de formação, como, por exemplo, a ideia sobre

o estágio. Em todos relatórios logo após as *Informações Técnicas*³¹ e o *Sumário*, na Introdução, a primeira pergunta a ser respondida é “*O que é Estágio*”, seguida por “*Quais os objetivos dos Estágios*”. Nesses pontos queremos observar as semelhanças e diferenças entre os cursos e analisar o discurso sobre os respectivos entendimentos. Afinal, o que é o momento do estágio para os estagiários? Será que o estágio tem o mesmo sentido para os empregadores, ou melhor, para as empresas concedentes? E quanto à instituição de ensino, qual entendimento que ela tem sobre o estágio?

Infelizmente, as descrições dos relatórios não são tão detalhadas. Na verdade, notamos um evidente reducionismo em ampla maioria dos documentos analisados. Desconfiamos, inclusive, de plágio em alguns casos. Porém não será nosso papel analisar a constatação de tal ato. Iremos presumir, por óbvio, que os registros – sendo eles legitimamente autorais ou não – reproduzem o entendimento do aluno(a) sobre o que o relatório descreve.

Dito isto, notamos que a maioria dos relatórios analisados (26, do total de 40) buscaram uma descrição jurídica para definir o estágio, e apenas o curso de informática não cita a lei 11.788/2008 com a mesma frequência (apenas um dos relatórios recorreu a essa estratégia). Com raras exceções, os estudantes dedicam apenas um curto parágrafo para esse tópico. Várias escritas nos chamaram a atenção por diferentes motivos, seja por se repetirem ou serem semelhante a outros relatórios, como é o caso da citação, da já mencionada lei, presente em todos blocos de relatórios: (E1, Crateús, 2019. p.05)

Amparado pela lei nº11.788, de setembro de 2008, o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da profissional de educação de jovens e adultos³².

Outra passagem que merece destaque especial – essa mais rara, mas não única – é a menção quanto à possibilidade de a empresa aproveitar-se da mão de obra do estagiário para potencializar seus rendimentos, uma vez que ela vai economizar em contratações: “A remuneração que auferir pelo estágio é nula ou fraca, o que, em muitos casos, é aproveitada

³¹ Nas Informações Técnicas contra: a) Identificação do estudante: nome, curso e série; b) Identificação da Empresa: Nome da Empresa – todos informaram o nome fantasia - endereço, telefone e e-mail; c) Identificação da Escola: nome da instituição, endereço, telefone e e-mail; d) Dados do Estágio: área de estágio, data de início e término, orientador, supervisor e coordenador de estágio.

³² Esse tipo de apresentação aparece muitas vezes, sem necessariamente ser escrito da mesma forma, mas dizendo a mesma coisa.

pelas empresas para contratar mão de obra barata.” Porém, em nenhum dos documentos analisados foi encontrado qualquer registro de insatisfação dos estagiários sobre o valor pago da bolsa de estágio. Além do mais, a descrição sobre o estágio em questão conclui que “O aluno que fez estágio é bem-visto pelos empregados, por isso os alunos também prezam pelos estágios”. Ou seja, o estágio é uma vitrine para os alunos que desejam entrar no mercado de trabalho no momento seguinte à conclusão do Ensino Médio. (C1, Crateús, 2019. p.05)

Percebemos, a partir da análise dos documentos, que, de um modo geral o entendimento dos alunos(as) sobre o estágio margeia a definição legal: estágio como atividade supervisionada da prática profissional de indivíduos em formação, e como um ato educativo. Mas para que serve o estágio?

Quanto aos objetivos, constatamos a prevalência de três elementos centrais, quais sejam: a formação, a inserção no mercado de trabalho e o crescimento pessoal. Ao ressaltar a formação, compreendemos que o aluno(a) entende o estágio como um alargamento da sala de aula e onde ele(a) tem a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos já apreendidos de maneira teórica. Não há nesse aspecto a presença de uma obrigação de agradar a concedente do estágio, pois, a centralidade está no aprendizado prático. Já em outros relatórios percebemos a presença mais marcante do fator empregatício, e nesses casos a possibilidade de inserção no mercado de trabalho é mais evidente. Por último, é possível observar em alguns relatos a importância do estágio na formação social. Em várias situações os objetivos se sobrepõem, e dois ou três objetivos podem ser identificados. É importante registrar que aqui não atribuímos juízo de valor. Ou seja, não queremos hierarquizar em graus de importância, mas, entender e refletir sobre o impacto da experiência do estágio na vida de nossos alunos(a).

Tabela 2 - Definições e Objetivos do Estágio

Relatos Sobre o que é o Estágio e os seus Objetivos em %					
Cursos	LEI N° 11.788/2008 e LDB	OUTRAS DEFINIÇÕES	Formação profissional / momento de por em prática o que aprendeu na teoria.	Inserção no Mercado de trabalho.	Crescimento pessoal.
ENF.	70%	30%	90%	20%	20%
INF.	10%	90%	100%	70%	30%
COM.	90%	10%	70%	80%	30%
ADM.	90%	10%	100%	60%	30%

TOTAIS	65%	35%	90%	57,5%	27,5%
--------	-----	-----	-----	-------	-------

Fonte: produzida pelo pesquisador a partir da análise dos dados dos relatórios.

Como é possível observar na Tabela 2, 90% dos alunos, uma esmagadora maioria, entende o momento do estágio como uma extensão da formação escolar, onde poderão pôr em prática os conhecimentos teóricos que adquiriram durante o curso. Deste total, apenas o curso de Comércio apresenta a característica que destoa dos demais. A porcentagem de alunos(a) desse curso que entende o estágio com o objetivo de se inserir no mercado de trabalho é maior do que em todos os outros, e também priorizam esse elemento em relação à formação profissional. Ou seja, o Estágio para alguns alunos é o momento de provar que está pronto, e que pode trabalhar na empresa em que estagiou – fato bastante recorrente. Além do mais, esse objetivo aparece em primeira ordem, quando concomitante com outros objetivos.

Enquanto isso, os alunos(a) do curso de Enfermagem não versam com frequência sobre a inserção no mercado de trabalho. Entre os 10 relatórios analisados, apenas 2 tem essa inserção como um dos objetivos, e isto aparecendo sempre de forma secundária. Por outro lado, 90% apontam a formação técnica como principal propósito do estágio.

Os cursos de Informática e Administração apresentam números muito semelhantes. Em primeiro lugar, todos os alunos compreendem que o estágio é para a formação profissional e mais da metade de ambos os cursos (70%, Informática e 60%, Administração) avaliam como um dos objetivos do estágio, proporcionar a oportunidade do primeiro emprego.

O crescimento pessoal é um elemento que até aparece nos relatórios como um objetivo, porém é o que menos se repete. Apenas 27,5% dos documentos analisados o destacam, e sempre de maneira complementar. Deixando explícito que este não é o principal intuito do estágio, mas um *plus*. No entanto, acreditamos que, ao passar por uma experiência no campo de trabalho, todos terão adquirido algum ganho pessoal, seja na própria formação, seja na interação com profissionais (alguns sem instrução formal), seja na mediação com os coordenadores de estágio, ou ainda na disciplina que o estágio exige, em obrigações, como: chegar no horário, estar apresentável, disposto fisicamente, ser prestativo e atento etc. O que nos chama atenção é a ausência do reconhecimento desses elementos, tão importante para vida adulta e laboral, nos relatos feitos por meninos e meninas. Ou seja, o objetivo central não é o crescimento pessoal, mas preparar-se para ser um bom profissional para o mercado, ou ser um estudante universitário.

Faz-se necessário dar destaque a algumas passagens dos relatórios que apresentam aspectos centrais da formação dos alunos. Eles relatam a necessidade de superação e empenho na experiência de estágio. (C7, 2019. p.07):

O estágio tem como objetivo, diversos fatores que auxiliam a vida do estudante, pois além de aliar o conhecimento teórico ao prático o estágio proporciona um leque de oportunidades para o estudante que busca a inserir no mercado de trabalho. Com o estágio, o estudante aprende a enxergar soluções para os problemas que o afligem, desenvolvendo assim, o espírito de liderança e desenvolvendo atitudes comerciais e administrativas com o olhar técnico que a escola profissionalizante proporciona no mercado atual, onde não basta ser bom no que faz, é preciso ser ótimo.

Chamou nossa atenção que em dois relatórios de alunos do curso de Enfermagem se atribuiu ao estágio o objetivo de desenvolver a habilidade de suportar a pressão. Novamente, é importante destacar que não estamos atribuindo juízo de valor sobre os objetivos. Visto que é de amplo conhecimento que na área da saúde, principalmente os profissionais da base, como é o caso dos técnicos, estão expostos a uma estrutura de prestação de serviço bastante deficiente e que é fato a necessidade de uma postura resiliente diante das adversidades do sistema de saúde no Brasil. (E5, 2019. p.06; E6, 2019. p. 06)

[...] o estágio é a porta de entrada de um profissional em formação em sua área, em momento de preparação assistida para os desafios que esperam os universitários. Todo profissional de sucesso já passou por ao menos um estágio profissional na vida. Ou seja: é um momento de experimentar e aprender não apenas conteúdos técnicos, mas também aquilo que pode ser um diferencial: como se portar no mercado de trabalho com inteligência emocional e capacidade de resistir à pressão.

Há uma consciência de que o estágio é um momento de preparo para um desafio ainda maior, qual seja, a entrada em um mundo mais hostil e competitivo para o qual eles devem se preparar. Esse desafio é representado pela universidade ou pelo mercado de trabalho. A leitura que essa consciência faz da realidade é a de que há estruturas estabelecidas e determinadas às quais os alunos devem sempre se adequar. Eles entendem que não há lugar – ou vagas – para todos, e que por isto mesmo, faz-se necessário um empenho pessoal ainda maior. A consciência construída ao longo dos últimos anos, deposita uma esperança na força de vontade, no foco e na fé individuais para se alcançar todos os objetivos – majoritariamente pessoais também – estabelecendo uma positividade irracional e que em alguns casos pode ser tóxica. Essa consciência elabora expectativas para o futuro, mas não as relaciona com aspectos

externos. Os *projetos de vida*³³ e as habilidades *socioemocionais* presentes nessa consciência, não questionam a realidade, os índices de desigualdade, o empobrecimento das massas ou a precarização do trabalho. Todos esses são elementos concretos, e a consciência sabe da existência, mas existem para ser negados e superados pelos “heróis” do próprio destino.

Diante desses elementos e através da análise do discurso, percebemos a introjeção, por parte dos autores dos relatórios, de uma educação voltada para o empreendedorismo e a incorporação inconsciente de valores contraditórios ao próprio sujeito! Trata-se da defesa de uma postura ambiciosa por resultados aos quais não terão acesso, da manutenção de uma estrutura de concentração de recursos dos quais não usufruirão e a concordância com a lógica de ter o próprio desenvolvimento gerido por outros. Essas constatações são frutos da análise dos próprios relatos dos estudantes, uma vez que: (CAREGNATO, R.; MUTTI, R. 2006. p. 680 - 681)

A AD [*Análise do Discurso*] trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o *corpus* da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes.

Então, sempre atentos às questões relacionadas ao discurso, iremos investigar nos relatórios informações sobre as atividades desenvolvidas nos respectivos estágios. Neste quesito, cabe um destaque para o curso de Enfermagem, pela peculiaridade de os estagiários experimentarem diversos locais de estágios, variados setores e também pelo fato de as experiências todas terem ocorrido em instituições públicas. Na Sociedade Beneficente São Camilo, que gerencia o Hospital São Lucas, os estagiários(as) passam por 3 setores: a Clínica Cirúrgica, que segundo os relatórios é o setor responsável pela preparação de pacientes antes das intervenções cirúrgicas, assim como é responsável por tratamento emergencial ou eletivo;

³³O termo “Projeto de Vida” e a palavra “socioemocionais” aparece aqui como uma construção frasal. Está em destaque porque Projeto de Vida também é um componente curricular e tem como foco central o desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais. No entanto, entendemos que tal disciplina sofre de delicados embasamentos teóricos.

a Clínica Médica, onde são tratados quadros sintomáticos em adultos, e, por último, a Maternidade, que acolhe gestantes com classificação de risco, desenvolve acompanhamento médico e promove partos. Em seguida, os registros citam ainda a Unidade de Pronto Atendimento (UPA – 24 horas), que compõe a rede de atenção às urgências e concentra os atendimentos de saúde de complexidade intermediária. E por fim, na Secretaria Municipal de Saúde, atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF), que busca promover a qualidade de vida da população, e no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), local de referência no tratamento de pessoas com transtornos mentais. (E1, 2019. p. 08-12)

As atividades desenvolvidas nessas instituições – como não poderia ser diferente – são típicas do ofício dos profissionais que compõem a base da saúde e envolvem cuidados com pacientes e procedimentos padrões. Entre as inúmeras descrições do que foi realizado, selecionamos algumas que dão conta de transmitir a essência dos registros, sem necessidade de transcrições excessivas. Sendo assim, o que se repete com mais frequência são: aferição de sinais vitais (pressão arterial, temperatura, pulso, frequência cardíaca e respiratória), orientação aos pacientes quanto aos procedimentos e atendimentos, administração de medicamentos, punção venosa periférica, curativos e auxílio em curativos cirúrgicos, transporte de pacientes entre leitos, encaminhamento de medicamentos para farmácia, anotações de prontuário, acompanhamento de quadros clínicos e limpeza dos leitos. Na maternidade as estagiárias falam de acompanhamento de gestante e do estímulo para fazer exercícios momentos antes do parto, corte do coto umbilical, banho e anotações de medidas antropométricas dos recém-nascidos e acompanhamento de testes de HIV e sífilis. No CAPS, além das atividades corriqueiras ligadas a cuidados básicos de saúde, os estagiários(as) também acompanham grupos terapêuticos e promoveram ações sociais na prevenção do suicídio.

Conforme já explicamos anteriormente, um traço marcante nos relatórios dos técnicos em enfermagem é a escrita estritamente técnica e padronizada, não deixando espaço para questões de ordem subjetivas. Caberá a nós identificar o que essas ausências também comunicam e, neste caso, transparecem a introdução ética e moral de uma profissão dedicada ao cuidado, que exige dos profissionais empenho físico e mental, equilíbrio emocional e resiliência. Quanto aos relatórios dos demais cursos, optamos por formular tabelas que nos ajudaram a visualizar a experiência de nossos jovens no campo de estágio.

As novidades sobre as atividades exercidas no campo de estágio, pelo menos no que se refere a multiplicidades de ações e de descrições, estão nos relatórios dos outros cursos. É possível perceber plenamente a presença de aplicação prática dos conhecimentos teóricos

adquiridos durante as aulas, mas também é possível perceber elementos comportamentais e sociais que nos darão pistas sobre o entendimento que os alunos tem quando ao mundo laboral.

É natural que, ao começar o estágio, o aluno(a) seja apresentado ao local e que haja algum tipo de introdução, seja num momento anterior ao início do exercício efetivo das práticas ou nos primeiros dias de atividade. No entanto, apenas 40% dos estudantes de Informática e 30% de Comércio citaram em seus relatórios tal experiência. Acreditamos que esse número não corresponde à realidade e se trata de mais uma ausência sintomática. Suspeitamos que todos tenham sido apresentados aos locais de estágio, aos departamentos onde acontece cada coisa, aos responsáveis de cada setor, a quem deveriam se reportar, etc... Entretanto, as apresentações não foram marcantes na memória da maioria de nossos alunos.

Nos dez relatórios que analisamos do curso de Comércio³⁴, constatamos que 9 estagiaram em pequenos estabelecimentos familiares da cidade³⁵ (lojas de roupa, calçados e assessórios, lojas de equipamentos eletrônicos, mercearias, loja de produtos naturais, estabelecimento de produtos agropecuários e uma farmácia). Apenas um aluno cumpriu estagiou em uma emissora de rádio. A atividade mais exercida, segundo a descrição dos relatórios, foi a de organização em vários sentidos, desde de documentos, passando por prateleiras e estoques, até a organização do setor como um todo. 90% relatam essa experiência. Em seguida, o segundo maior número de registros de atividades foi de atendimento ao cliente ou realização de vendas, com presença em 80% dos relatos. 70% dizem ter algum contato com controle de estoque, e 60% afirmam operar os sistemas de computadores. Em relação à caixa registradora, os relatos são proporcionalmente baixos e a experiência, superficial. 40% dos relatórios descrevem o contato, mas não revelam saber sobre o fechamento do caixa, a separação de formas de pagamento, sobre as retiradas, o depósito e todo o funcionamento burocrático, que ultrapassa a ação de registrar os produtos.

É natural, e esperado, que o estagiário tenha uma vivência diversificada e que possibilite uma visão geral sobre o negócio. Uma passagem que ilustra bem essa proposição é a seguinte: (C4, 2019. p.07)

Durante o período de 05 meses fui dividida por setores, o meu primeiro setor foi o estoque, que é considerado o coração da loja, aprendi a encabidar, codificar, dobrar de maneira adequada, organizar e refazer reposição de peças.

³⁴ Os dados completos poderão ser conferidos na Tabela 3.

³⁵ Não poderia ser diferente, visto que Crateús, com menos de 100mil habitantes, carece de grandes empreendimentos. Porém, em 2022 tivemos a inauguração de uma rede de supermercado atacadista que talvez possa comportar alguns de nossos futuros estagiários. O fato é que muitos de nossos ex-alunos estão trabalhando atualmente nesse estabelecimento.

Após esse período troquei para o provador onde tive de aprender sobre as placas (são usadas para gerenciar a quantidade de peças que pode ser levada para o provador), e também lidar com agilidade e rapidez. Depois fui para a fiscalização da loja onde eu aprendi a ser mais observadora e atenciosa, para evitar furtos e também ver as características de uma pessoa que entra na loja com outras intenções. Por último foi o caixa onde a experiência foi muito boa, aprendi a tirar cupom fiscal, a passar produtos (apensar de não ter total acesso), a lidar com o cliente, ser atenciosa, ser simpática, ser inteligente, rápida e eficiente.

Algo nos chama atenção nessa passagem. Entre os documentos analisados, apenas esse fala sobre a função de fiscalizar o estabelecimento. Além disto, nos questionamos sobre os elementos de atenção das características dos clientes e a conclusão sobre quem deveria ser mais bem atendido ou visto com desconfiança. Não estamos fazendo qualquer tipo de alusão pejorativa, nem sugerindo algum comportamento discriminatório – embora seja senso comum que estabelecimentos comerciais, de diversos seguimentos, exerçam tais práticas. Também é verdade que todo comerciante deve estar atento para minimizar e prevenir perdas, inclusive as que sejam resultado de furto. Saber como equilibrar os valores de desconfiança e de confiança no tratamento com os clientes, evitando práticas que reforcem os estereótipos sociais, poderia ser uma habilidade a ser desenvolvida.

As funções descritas – na maioria das vezes em um único parágrafo – são coerentes, à luz de nossa avaliação, com as atribuições dos profissionais egressos de cada curso. Apenas um caso entre 40 analisados, foge à regra. Trata-se do relatório de estágio em Comércio que relata a experiência em uma farmácia, e que cabe a desconfiança sobre a pertinência ou não de funções exercidas por um balconista de farmácia, e a dúvida se tais funções não deveriam ser exercidas por um farmacêutico (C10, 2019. 06, 07).

As atividades propostas pela Farmácia *|nome do estabelecimento|*, no qual, aprendi manusear o sistema próprio para as farmácias e drogarias, atendimento de qualidade aos clientes, aferir a pressão arterial, processos realizados por um operador de caixa, assim como, conhecer sobre os medicamentos e produtos e sobre sua utilidade, memorização de preços, processos que um farmacêutico desenvolve, ademais, aprendizado e aprimoramento nas vendas de medicamentos.

Tabela 3 - Locais de Estágio e Atividades Realizadas no Curso de Comércio

Número de Alunos por Estabelecimentos		Relação das atividades descritas nos relatórios do curso de Comércio								
		Atividades desenvolvidas								
		Atendimento ao cliente Vendas	Controle de estoque	Atividades relacionadas aos sistemas de computadores	Organização do ambiente de trabalho documentos	Conferência de mercadoria	Introdução as rotinas dos locais de estágio	Fiscalizar loja	Aferir pressão arterial	Operador (a) de Caixa
Com. Roupas, Calçados & Acessórios	4	80%	70%	60%	90%	40%	30%	10%	10%	40%
Com. Acessórios de Celulares, Itens tecnológicos & afins	1									
Com. Merceria & Cereais	2									
Com. Produtos Agrícolas & Veterinários	1									
Farmácia	1									
Emissora de Rádio	1									
Total	10									

Fonte: produzido pelo pesquisador a partir da análise dos relatórios.

Os relatos dos estagiários de Administração apresentam uma maior variedade de atividades, assim como ampla diversidade de locais de trabalho. Os estudantes atuaram em instituições de ensino como o Centro Cearense de Idiomas – CCI (1), em agências financeiras e bancárias (2), clinicas de saúde Policlínica (4), Hospital São Lucas (1), escritório de contabilidade (1), e no Fórum de Justiça do município (1).

Mais interessante seria se pudesse ocorrer uma rotatividade pelos setores, semelhante ao que acontece no estágio de Enfermagem. Não temos informações como se decidiu o local de estágio de cada estudante, mas nos chama a atenção a versatilidade que o curso oferece, abrindo a possibilidade de atuação em diversos seguimentos.

Por se tratar de espaços diversos, as atividades realizadas e registradas nos relatórios também terão uma imensa variedade³⁶. No entanto, é possível destacar algumas semelhanças.

³⁶ Ver dados completos na Tabela 4.

Recorrente em 80% dos relatórios, a descrição da função de organizar (em diversos sentidos, desde organizar documentos até organização de espaços) mostra que são oferecidas atribuições simples – ao menos inicialmente. Também em 80% dos relatórios está a navegação em sistemas – atividade trivial para o grau de instrução de nossos estudantes. O que consideramos relevante foi a comparação de 70% dos estagiários de Administração ao descrever suas atividades como semelhantes a de outros funcionários. Nota-se que em instituições mais complexas, como é o caso da Policlínica ou do Fórum, onde há um número maior de profissionais qualificados, os estagiários tem melhores oportunidades de desempenhar atribuições que de fato possam contribuir para sua própria formação laboral. (A8, 2019. p.09):

Durante o meu estágio na policlínica Raimundo Soares Resende, tive a oportunidade de realizar várias tarefas de um colaborador do setor administrativo e vivenciar situações financeiras e administrativas da organização. Desde o controle de estoque, realização de pedidos de compras, análise de notas fiscais, arquivamento, planilhas de monitoramento, organização de estoque em PEPS³⁷ e UEPS³⁸, realizar entrega de materiais nos vários setores da organização, conferência de produtos, reuniões de feedbacks, análise de contratos com fornecedores, realizar ofícios e relatórios e alimentação de sistema de almoxarifado. Além disso, realizei o levantamento de todos os materiais permanentes da empresa, verificando o número de tombamento para realizar relatórios de controle interno.

Outra ocorrência persistente é de atendimentos ao público, venda ou similar. 60% dos estagiários relatam este tipo de atribuição durante suas experiências, demonstrando que o estágio não é uma atividade meramente pedagógica, mas se trata, realmente, de experiência profissional. As outras narrativas do que foi feito são mais específicas e pulverizadas, como por exemplo, digitalização de documentos, emissão de notas fiscais, gerenciamento de redes sociais, ações ligadas a campanha de marketing, pedidos de compras e reposição de material, etc. Todos os relatórios de Administração revelam um sentimento positivo sobre a experiência do estágio, dado que os alunos se consideraram mais preparados para o mercado de trabalho. A interpretação que fazemos é de que as atribuições são possíveis de serem exercidas por todos eles, de que os conhecimentos técnicos não são excessivos e que a questão central não é cognitiva, e sim, moral. Em outras palavras, o que se aprende no estágio é como devem se portar no ambiente profissional. (A1, 2019. p.08)

Como minha primeira experiência profissional foi num escritório de contabilidade pública, neste ambiente formal e totalmente confiável, obtive muitos conhecimentos. As ações desempenhadas na organização me fizeram

³⁷ Primeiro a Entrar – Primeiro a Sair

³⁸ Último a Entrar – Primeiro a Sair

mais profissional e mais acessível a quaisquer tipos de situações. Aprendi a me controlar e a agir mais pela razão. Desenvolvi minha empatia e cordialidade com os clientes, me adaptei aos hábitos da instituição sem me acomodar, manifestava-me sempre que havia oportunidade, e me destacava em quase todas as atividades práticas. Tive uma experiência ótima, com uma riqueza de conhecimento adquirido.

Tabela 4 - Locais de Estágio e Atividades Realizadas no Curso de Administração

Número de Alunos por Estabelecimentos		Relação das atividades descritas nos relatórios do curso de Administração													
		Atividades desenvolvidas													
		Ações semelhantes a outros funcionários	Atualização do sistema das empresas	Digitalizar documentos	Emitir notas fiscais	Atendimento ao cliente, paciente ou ao público	Organização de documentos arquivo	Rotina bancária abertura de conta, análise de créditos etc.	Expedir certificados	Ação de marketing	Redigir ofícios, memorando	Gerar relatórios	Entrega de prontuário	Pedidos de compra reposição de material	Gerenciar estoque do almoxarifado
Empresa de contabilidade	1	70%	80%	20%	10%	60%	80%	20%	10%	20%	10%	10%	20%	10%	10%
Policlínica	4														
Fórum Municipal de Crateús	1														
Centro Cearense de Idiomas - CCI	1														
Hospital São Lucas	1														
Ag. Bancária	2														
Total	10														

Fonte: produzido pelo pesquisador a partir da análise dos relatórios.

Os locais de estágio de Informática aconteceram majoritariamente em estabelecimentos relacionados com telecomunicações, como em provedores de internet³⁹ (4) e em lojas de celulares e equipamentos tecnológicos (3). Registrou ainda estágios no Instituto Federal do Ceará IFCE (1), em oficina mecânica de automóvel (1), e, por fim, em uma loja de roupas e acessórios (1). Assim como nos demais relatórios, uma minoria relata sobre as atividades introdutórias. Neste caso, apenas 40% dos estudantes relatam sobre apresentação. (I1, 2019. p.05-06)

Antecipando o início do campo de estágio supervisionado foram realizadas atividades preparatórias para o estagiário, que visavam questões do campo comportamental e técnico. Desenvolvendo-se seminários e atividades específicas do curso, revisando tarefas que poderiam ser realizadas nas empresas como também para o melhor desempenho do estagiário.

³⁹ Informações completas na Tabela 5.

É possível notar, neste bloco de relatórios, uma maior simetria entre as atividades. Por exemplo, 70% afirmam ter realizado montagem e manutenção de rede. A tradicional função dos estagiários de todos os cursos anteriores também aparece nas descrições: 60% declaram organizar, cadastrar catalogar ou ações similares à de organização, seja física ou virtual. Atendimento ao público, outra ação bastante descrita nos cursos, também aparece com bastante recorrência, 60% dos estagiários afirmam ter tido contato com o público. Operar sistemas, ou alimentar planilhas no Excel, são atividades registradas nos relatórios por metade dos estagiários, ou seja, 50%. Em atividades externas, como a instalação de internet nas residências, temos 30% dos relatos. Essa atividade, que anteriormente mencionamos ser exercida exclusivamente por meninos, exige tanto conhecimento técnico quanto disposição física, como reporta um estudante na seguinte passagem: (I2, 2019. p.06)

[...] diariamente tinha contato com os equipamentos de rede, podendo assim aperfeiçoar meus conhecimentos nessa área. Minha principal função desempenhada juntamente com os dois era auxiliar na puxada de cabo de fibra óptica da casa do cliente até a caixa de atendimento mais próxima, processo que gerava muitas vezes um desgaste físico considerável em todos nós, já que algumas dessas caixas de atendimento ficavam muito distantes das residências. (...) A experiência de estagiar em um provedor de internet é algo único, principalmente estando na visão de um técnico que desempenha um papel difícil e ainda tem que lidar diretamente com os clientes que exige ainda mais profissionalismo dos mesmos.

As outras atribuições mencionadas no cotidiano do estágio, são instalação de programas (20%), desenvolvimento de programação (30%) e vendas online (20%). Além disto, chama a atenção o relato de um estudante que, ao estagiar em uma empresa que prestava serviços de instalação e manutenção de ar-condicionado e ventiladores, chegou a realizar, junto com outros funcionários, a limpeza e o conserto desses aparelhos, mesmo que as atividades destoassem das funções do estágio. (I4, 2019. p.07)

Outrossim, também tive a oportunidade de auxiliar as instalações e manutenções em centrais de ar com o auxílio dos funcionários em todo o processo, pois eles me demonstraram como fazia e em seguida deixava eu realizar, mais sempre me auxiliando, menos quando era lavar as centrais de ar, pois eu já tinha prática em desmonta-las lava-las e remontar. Vale ressaltar que eu também realizava a manutenção de ventiladores, por serem mais pequenos e mais simples, eu realizava sem auxílio, só precisava quando era necessário realizar troca de componentes, como capacitores.

Tabela 5 - Locais de Estágio e Atividades Realizadas no Curso de Informática

Número de Alunos por Estabelecimentos		Atividades desenvolvidas										
		Atividades Introdutórias Apresentação	Catálogo Organização Cadastro	Montagem e Manutenção de Microcomputadores	Montagem e Manutenção de Rede	Instalação de Software	Atividades de Campo Instalação de Internet	Atendimento ao Público	Operar Sistemas Excel	Auxílio a Outros Funcionários	Desenvolver Programas	Vendas Online Atualização de Redes Sociais e Publicidades
Instituto Federal do Ceará (IFCE)	1											
Provedores de Internet	4											
Oficina Mecânica de Automóvel	1	40%	60%	30%	70%	20%	30%	70%	50%	50%	30%	20%
Comerc. Tecnologia	3											
Comerc. Roupas & Acessórios	1											
Total	10											

Fonte: produzido pelo pesquisador a partir da análise dos relatórios.

Com base nos diversos relatos, é possível verificar que os alunos sentem-se cumprindo uma missão importante, que encaram o estágio como um elemento formador de suas vidas profissionais, que demonstram estar preparados para cumprir as demandas exigidas pelas empresas, e tais sentimentos estão presentes na maioria das conclusões dos relatórios. Nessa parte temos textos de dimensões que variam entre um parágrafo a uma lauda. Não há registros de conclusões pejorativas, ao contrário, é possível verificar com enorme constância o emprego de adjetivos elogiosos. Em um caso, destacam-se as amizades feitas durante o estágio. Os alunos concluem que o estágio é de grande importância pessoal e profissional, pois proporciona a oportunidade de pôr em prática os conhecimentos teóricos. Entendem como “primordial”, “fundamental”, “importantíssima” a experiência para a inserção deles no mercado de trabalho. Mesmo aquele aluno que apontava a remuneração “fraca ou nula”, conclui que o estágio é importante: (A9, 2019. p.09)

O estágio supervisionado propõe muito mais do que apenas uma oportunidade em uma empresa, com ele temos a capacidade de desenvolver os aspectos profissionais tão requisitados nos dias de hoje bem como a parte pessoal, tudo isso se deve ao planejamento da gestão de estágio e do ambiente empresarial, que nos ajuda na nossa capacidade para o mercado de trabalho e para a vida. Nesse sentido, a realização de atividades no ambiente da empresa e no projeto social auxiliam de forma concreta visando muito mais que o emprego futuro, pois sua função é preparar profissionais e cidadãos que respeitem os aspectos sociais e ambientais do mundo contemporâneo. Tudo isso demonstra a importância do estágio na vida de jovens e para a sociedade bem como para as empresas concedentes, sendo assim, conclui-se que o estágio supervisionado é fundamental na formação para cidadania e para vida profissional de jovens.

De nossa parte, compreendemos ter exposto elementos suficientes para defesa de nosso ponto de vista quanto a uma educação empreendedora, aplicada nas Escolas Profissionais e, em especial, na Manoel Mano. Isto não quer dizer que os alunos não estejam preparados para ingressar na vida acadêmica. Muitos de nossos alunos conseguem vagas nas universidades no exato momento posterior à conclusão do Ensino Médio. No entanto, é flagrante os elementos educacionais voltados para atender às demandas do mercado, que desenvolvem valores liberais, estimulando a adoção de uma postura condizente com a exigida pelas empresas, a introdução de aspectos morais típicos da cultura empresarial, e de elementos políticos característicos dos liberais modernos, sendo replicados como valor absoluto para nossos jovens⁴⁰. Além do mais, esses aspectos formam um conjunto coerente com as tendências globais de interferência de institutos privados nas políticas de educação, nos currículos e na gestão escolar. Tais elementos podem ser facilmente identificados nessa seguinte conclusão sobre o estágio: (A1, 2019. p.10)

O estágio é uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Nos direciona precisamente para o mercado de trabalho e nos auxilia para a construção de nossos valores e princípios profissionais. É a oportunidade certa para vivenciarmos o sucesso e o reconhecimento, além disso, o contato interno com outros indivíduos, seja profissionais da área técnica onde outros servidores, contribui para o aprimoramento dos nossos objetivos pessoais e valores morais, como por exemplo: o fortalecimento do trabalho em equipe, foco nos resultados, empatia, preocupação com o capital humano, reconhecimento, espírito de liderança, união, fortalecimento das relações interpessoais dentre outras características que evidenciam o funcionamento de um ambiente de trabalho saudável e proveitoso.

Porém, é imperativo se ter cautela quanto às ações de enfrentamento deste grave problema. Mais ainda no caso específico da EP Manoel Mano, uma escola que encanta sua

⁴⁰ Movimentos de direita que fazem pressão sobre os professores de Ciências Humanas e nos acusa de doutrinação ideológica, como é o caso do movimento Escola Sem Partido, ignoram completamente a ideologização por parte desses liberais.

comunidade, que criou nas últimas décadas uma identidade valorativa; uma instituição bem avaliada em diversos sentidos. A escola é um bom local de trabalho, é bem aceita pelos alunos, tem professores qualificados, conta com servidores dedicados, tem a participação, o acompanhamento e a confiança dos pais, além de ser gerida por princípios de democracia e isonomia⁴¹. Essa escola, na qual estamos apontando, de modo crítico, haver a tendência de uma formação empreendedora, é a mesma que muda vidas e nos abrilhanta com a gratidão de alunos e familiares. Uma passagem que ilustra o valor e a importância da EP Manoel Mano é a conclusão de relatório em forma de agradecimento: (C8. 2019, p.09)

Entrei na E.E.E.P Manoel Mano no ano de 2017 e terminei no ano de 2019. Minha estadia na Profissional de Crateús foi um período muito longo e turbulento com altos e baixos, contudo, foi prazeroso em vários âmbitos. Posso citar que os professores, não só da base técnica, mas também os da base regular foram mais do que fundamentais para a minha vida. Foram pessoas que apostaram em meu futuro para chegar até este momento conclusivo. Isso me faz abrir a mente para o mundo, ter responsabilidade, me manter sob controle em casos de impulsão e agradecer por tudo o que tive dado a mim de bom grado por profissionais que foram eficazes dando o seu melhor para cada um dos educandos que ingressaram no ensino médio técnico e profissionalizante.

Nesse espírito, queremos contribuir para melhorar cada vez mais os serviços prestados à comunidade pela escola. Percebemos que há no código disciplinar de História a necessidade de ampliar a atenção para a consciência histórica, e (porque não?) para a consciência de classe. O terceiro capítulo do nosso trabalho será dedicado à discussão de um instrumento didático que visa apresentar o campo da História do Mundos do Trabalho, como uma maneira de ampliar o repertório histórico-cultural de nossos alunos(as) e professores(as), além de estimular o senso crítico de percepção da realidade e sobre as ações humanas no tempo.

⁴¹ Não há distinção, por exemplo, entre professores contratados e professores concursados.

4 O INSTRUMENTO DIDÁTICO – PROPOSTAS E POSSIBILIDADES

Neste capítulo buscaremos abordar a temática da produção de conteúdo pedagógico voltado para o ensino de história, a fim de refletir sobre algumas questões referentes ao ofício do professor-historiador e dos desafios na disputa pela inclusão de temas da atualidade nos currículos. Iremos apresentar e discutir alguns pontos que compreendemos serem fundamentais em relação aos instrumentos didáticos, e tratar da importância da participação de professores(as) na construção de novas estratégias para o florescimento da consciência histórica, e consecutivamente, de classe.

Para tanto, precisamos refletir acerca dos aspectos que compõem um instrumento didático, quais sejam: a aparência, o formato, a diagramação, a linguagem, os aportes teóricos, a atualidade, as referências intertextuais, a relação com as tecnologias, as propostas avaliativas e a sequência didática. Afinal, qual aparência deve ter um material que seja acessível a professores e alunos? Até que ponto isto é importante? E quanto ao texto, cabe uma linguagem coloquial, ou isso conferiria ao material um aspecto vulgar? Ao elaborar um material que será compartilhado com os alunos, deve-se ter preocupação com as questões teóricas ou pode-se ter uma maior liberdade para chegar a conclusões com base no senso comum? O que deve ser avaliado ao final de um assunto? A avaliação ainda é um componente importante no ensino e aprendizagem? O que seria um material moderno? Qual papel cumprem as tecnologias informacionais da comunicação no processo de ensino e aprendizagem?

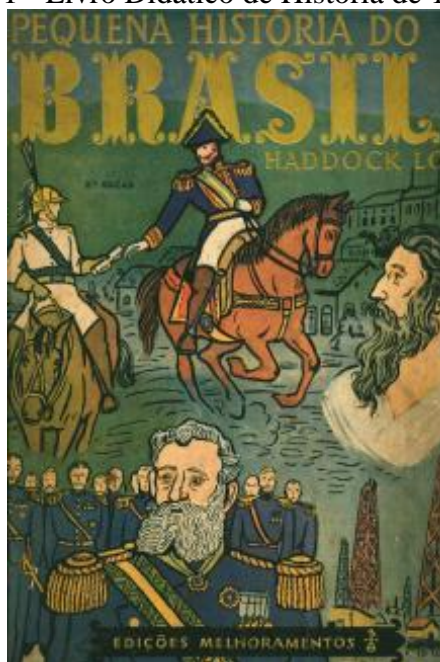
Primeiramente, advertimos que tais questionamentos são passíveis de múltiplas respostas, algumas contraditórias, inclusive. Nosso propósito, portanto, não será de responder de maneira definitiva, e sim será o de trazer para o debate o que consideramos caro para a formação de professores(as). Outra advertência necessária é a de que me apoio na experiência cotidiana das minhas produções de conteúdos para serem usados em sala de aula e, quase sempre, compartilhados com amigos e colegas de profissão. Esses conteúdos nunca são frutos de meras opiniões, mas, de pesquisas, curadorias e adaptações de leituras. Entendo que isto anda longe de ser uma atividade primária, portanto, passível de críticas por especialistas, aliás o que não seria? Ao passo que explicamos nosso ponto de vista sobre as questões, iremos apresentando a trajetória da construção do nosso instrumento didático.

4.1 Da aparência do Instrumento didático

Não há outro modo. O material tem que ser bonito e o(a) elaborador(a) deve se preocupar com os aspectos visuais, porque estes serão tão importantes – às vezes até mais – quanto os outros elementos. Isto porque a aparência é sempre um convite, seja à leitura, à escuta, à sensação, à reflexão ou a outras formas de se interagir com o conhecimento.

Tomemos como exemplo a capa do livro de Haddock Lobo, de meados 1950. As fontes tipográficas remetem a uma escrita do século XIX, e as cores traçam relações com as da bandeira nacional. Em primeiro plano, destacam-se ilustrações que remetem a episódios da História política nacional, como D. Pedro I recebendo uma carta às vésperas de proclamar a independência do Brasil; Duque de Caxias e suas condecorações fincadas no uniforme à frente de sua tropa, e Tiradentes, prestes a ser enforcado. No canto inferior do lado direito, é possível ver torres de ferro que fazem alusão às antenas de rádio ou à extração de petróleo. Em segundo plano, contornos de uma vida urbana caracterizada por uma arquitetura colonial.

Figura 1 - Livro Didático de História de 1955-9.



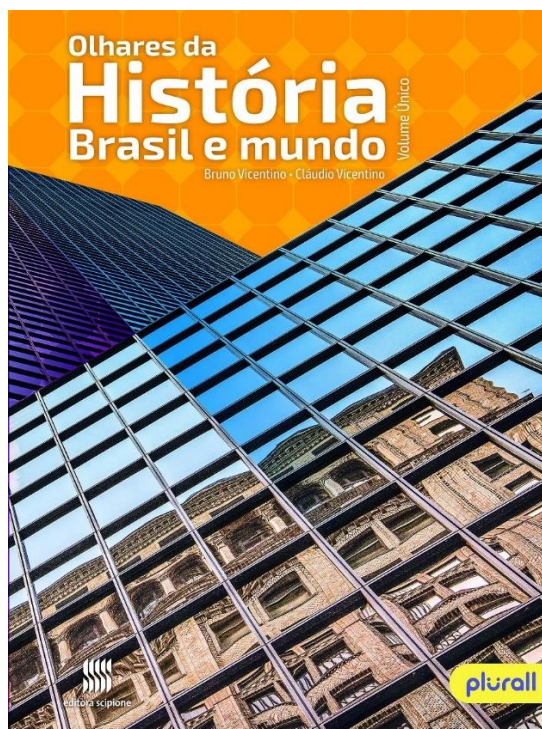
Fonte: Laboratório de Ensino e Material Didático – LMAD – História. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/1170> aceso em 25.02.2023

Queremos evitar anacronismos e, portanto, não iremos analisar a obra em seu tempo. O nosso ponto é que iconografias como essas devem ser evitadas nos nossos dias, ou, quando usadas, deve ser com o propósito de problematizar e desconstruir tais narrativas. Percebam que os elementos visuais remetem a uma estética datada e a uma forma já ultrapassada de se fazer história.

Vejamos agora o exemplo de uma edição de 2019 da Editora Plurall: Olhares da História Brasil e Mundo. Novamente estamos analisando somente o aspecto estético da capa do material, e nele percebemos elementos de continuidade e rupturas em relação ao analisado anteriormente. Devemos notar que ambas as capas foram frutos de compilações e edições, cada uma à sua época. Desta forma, percebemos na Figura 2, uma colagem de fotos em um fundo laranja. Porém, se na Figura 1 os sujeitos históricos eram os grandes personagens imortalizados em estátuas, na Figura 2, o destaque é um jogo de imagens que revela o antigo no moderno. O passado é revelado no presente e a sua imagem não é cristalina. São junções de pequenos quadros, como um quebra-cabeça ou um espelho quebrado. As relações ficam menos óbvias, enquanto que as possibilidades de análise, por outro lado, se multiplicam.

A cor escolhida para o pano de fundo, conforme já dito, é o laranja, rompendo a dimensão da imagem com a capa. É possível pensar no fator de delimitação do documento analisado, deixando em segundo plano mais quadros de vidros a serem preenchidos, futuramente, com elementos do passado. Seria uma indicação da necessidade da subjetividade dos sujeitos do tempo presente na revelação do passado, e este, por sua vez, outro elemento em construção? O fato é que as letras brancas de dimensões diferentes, ampliando e reduzindo cada palavra segundo a relevância de sua informação, contrastando com o fundo laranja. O efeito é visivelmente harmonioso. Podemos notar também que as logomarcas das editoras aparecem com mais destaque do que o nome dos autores. Dizia o ditado popular de que “não se deve julgar o livro pela capa”, mas, nos cabe dizer, por fim, que a capa do livro da Figura 2 nos é mais convidativa a leitura do que a da Figura 1.

Figura 2 - Livro Didático de História 2019.



Fonte: Site da Amazon, disponível em: <https://www.amazon.com.br/> acesso em 25.02.2023

O recurso deve ser uma oferta, e não uma imposição. Assim sendo, devemos ofertar sempre o belo, e o nosso público, os(as) alunos(as) jovens estão cada vez mais exigentes. Além disto, os celulares (sempre próximos) estão concorrendo permanentemente com a nossa atenção; precisamos ser atraentes. Em contrapartida, eles(as) reconhecem quando há empenho de produção, mas também percebem quando apenas utilizamos o básico, o fácil e o de sempre. Eles(as) são bastante atentos e a percepção do esmero no preparo dos recursos didáticos é quase sempre retribuída com reconhecimento e demonstrações de afeto. Eles se sentem importantes, o que resulta na aceitação do professor(a), e proporciona maior interação e um ambiente favorável para produção de conhecimento.

Neste sentido, ao elaborar um material didático o(a) professor(a) deve buscar uma plataforma sobre a qual tenha maior domínio, ou aprender novas técnicas. Isto não quer dizer que tenhamos que nos profissionalizar em *designer* para produzir nossos instrumentos. Em alguns casos, a formulação de um belo quadro, com letra legível, com divisões esquemáticas, talvez até um mapa mental, já são provas de sua atenção e dedicação. No entanto, a dinâmica da vida escolar nos impõe alguma relação com as novas tecnologias e, para o bem ou para o mal, faz parte de nossas demandas a incorporação de algumas noções de formatação.

A aparência deve revelar a atualidade do material, portanto, a escolha de assuntos para a introdução do tema também deve ser recente, assim como as imagens e as fontes. Relacionar o tema da aula com a programação de streamings, games e músicas da atualidade, elementos com os quais eles se relacionam, é uma demonstração de que aquele aluno(a) foi lembrado(a) no momento da preparação. Isto impõe uma constante revisão do material, algo que as grandes editoras já compreenderam e incorporaram nas suas rotinas.

A formalidade e a erudição dos aspectos estéticos devem ser cuidadosamente analisadas para não se perderem em uma linguagem que aparente ser excludente ou elitista, principalmente quando direcionadas às escolas públicas. Ao mesmo tempo, não devem ser desleixadas a ponto de parecerem subestimar a capacidade de interpretação dos leitores. O equilíbrio entre a crítica e a curiosidade devem ser ponderados. Portanto, considero que as intervenções artísticas de rua, como grafite, manifestações musicais como rap, hip-hop e funk, são elementos capazes de tratar de problemas sociais em uma linguagem cultural, e são essenciais para conceder um ar inovador ao material. Outra boa estratégia é a incorporação de tirinhas de humor recentes, charges atuais e até mesmo memes da internet.

As escalas de cores é outro fator a ser levado em consideração. Dependendo do assunto a ser abordado, há cores que harmonizam mais, e isto é indispensável na produção de slides, por exemplo. Saber produzir relações entre cores e objetivos é uma habilidade pertinente na produção de materiais. É preciso entender que algumas cores comunicam e transmitem determinada mensagem, e quando se alinha esses dois fatores – cor e mensagem – a comunicação se torna mais eficiente. Por este motivo, as escalas de cores neutras, fundos brancos, e as tipografias mais tradicionais como Arial, Calibri e Times New Roman, apesar de serem mais básicas, de modo geral, são mais seguras de serem aplicadas.

Porém, por vezes faz-se necessário destacar uma parte do texto, e então cria-se um box, evidencio-o com uma cor diferente, destacando o assunto com outras tipografias e proporcionando, assim, uma outra experiência de leitura. Isto pode ser realizado em uma ficha de exercício, em slides ou na disponibilização de um documento em formato PDF.

O uso de imagens deve buscar a convergência de dois propósitos: o de ilustrar o documento, conferindo-lhe um aspecto mais recreativo à leitura, e o de comunicar, como um complemento, aquilo que o texto escrito não dá conta de transmitir. Daí a importância de se pesquisar imagens bonitas, de boa qualidade e que transmitam uma mensagem que alargue o valor do texto.

A iconografia é de suma importância no ensino de história, e, por isto, para nós historiadores, a missão de encontrar boas imagens que nos permita fazer análises iconográficas e iconológicas é ainda mais importante. Necessário também é sair do óbvio e inovar, diversificando as imagens de fotografias, pinturas, mapas, grafites, etc. Também, recorrer a arquivos digitais, sites de exposições online, acervos fotográficos e jornais, é sempre uma boa ideia.

Pensando nisto, ao elaborar o nosso instrumento didático, queríamos, além de fazer referência às várias atividades dos trabalhadores, apresentar algum artista a fim de promover a ampliação de referências culturais de nossos alunos. Por uma preferência pessoal, optei primeiramente por uma colagem de fotografias de uma obra de Sebastião Salgado: “Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial”. O fato de as imagens serem todas originalmente em preto e branco contou para a escolha, visto que diminuiria os custos em uma possível impressão futura. Por outro lado, a ausência de cores pode trazer uma ideia de uniformidade, que queremos evitar.

Pensei ter resolvido a questão da estética da capa do meu trabalho, usando as imagens de Sebastião Salgado como trunfo. Afinal, quem teria coragem de criticar um nome internacionalmente reconhecido? Essa proposta ficou alguns meses na minha gaveta, e cheguei a imprimir e mostrar à minha orientadora. Mas, foi analisando com mais cuidado, pensando na relação que teria com a minha proposta, que percebi que a colagem de fotos não concatenava com o resto. A colagem de imagens não evidenciava os sujeitos, somente suas atividades, e o trabalho era sempre retratado de maneira muito laboriosa.

Em uma das imagens apareciam três pés masculinos, marcados por unhas grossas, calçados com sandálias de dedo pisando em tijolos. Essa fotografia é bastante provocadora, por acessar nosso imaginário do que é um trabalhador e fazer com que imaginemos o resto do corpo, do rosto, das roupas, das falas desses homens de quem que nos foram revelados apenas os pés. Por outro lado, eu estava querendo justamente ampliar os conceitos de trabalho e de trabalhador, e não os reduzir. A estética da obra de Sebastião Salgado continua irretocável, mas não atende aos objetivos de nosso instrumento.

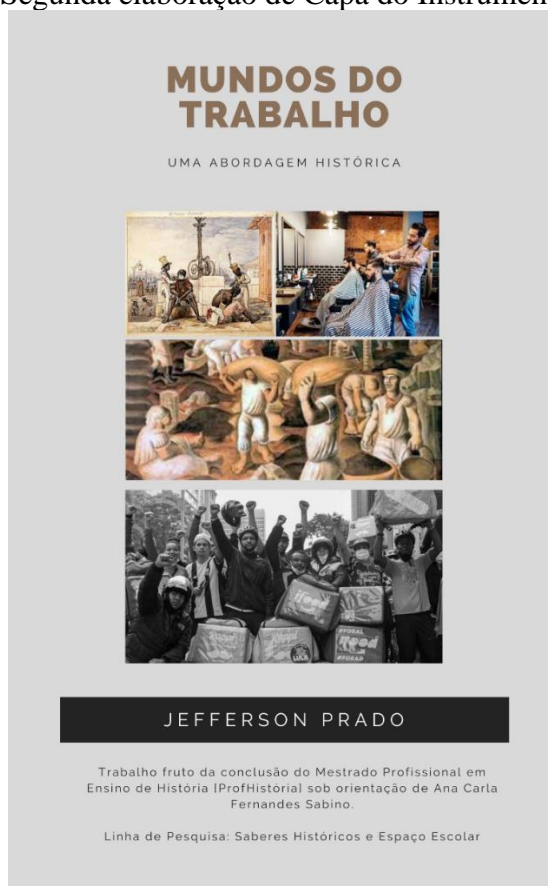
Figura 3 - Primeira Elaboração de Capa para o Instrumento Didático.



Fonte: Produzido pelo autor

Pensei então em uma capa que pudesse traduzir permanências e rupturas do mundo do trabalho, e que também fosse atual; que questionasse o empreendedorismo enquanto formação e vocação. Queria provocar em meus alunos(as) a dúvida quanto ao que de fato mudou na vida dos trabalhadores ao longo do tempo. Além disso, desejava ensaiar algum reconhecimento de classe. Este desejo me levou a uma formulação de capa que combinava pinturas de artistas conceituados como Debret e Portinari retratando o cotidiano de trabalhadores do passado com fotografia de trabalhadores atuais. Mas, isto ainda me parecia pouco e raso. Afinal os trabalhadores são mais do que o trabalho que realizam, e é justamente isto que o nosso instrumento didático quer revelar, no entanto, aquela capa comunicava o contrário.

Figura 4 - Segunda elaboração de Capa do Instrumento didático



Fonte: Produzido pelo autor.

Mas a capa de um trabalho é realmente tão importante? É necessário tal dispêndio de energia? A resposta é: depende de para qual público ele se dirige. Os jovens que estão cursando o Ensino Médio de hoje se relacionam com modernos games, com gráficos de altíssima resolução, assistem filmes que tem sofisticados recursos sonoros e visuais, e é quase impossível para nós competir com tais estímulos. Então, devemos fazer o nosso melhor, embora que isso às vezes resulte em um material bastante modesto.

Chegamos a uma formulação final ao utilizar a plataforma de edição Canva, que disponibiliza modelos de capas de livros e revistas. O molde original simulava uma revista, com o título: “Artesanato & Tradição”. Ao centro, em destaque, a imagem de uma máquina de costura, sendo operada por uma mão de pele preta com marcas do avançar da idade. A foto foi substituída por uma obra do artista Eduardo Kobra, conhecido por seus enormes murais urbanos, e que realizou uma exposição na Avenida Paulista, em São Paulo, para homenagear os trabalhadores no dia 1º de maio de 2019. Depois, nos restou apenas fazer algumas alterações nas chamadas dos textos na capa.

Concluimos, portanto, que o produto didático deve ser um material bonito, informativo, moderno e convidativo. Os elementos gráficos, iconográficos e tipográficos têm que ser levados em consideração, pois, sem eles o material sequer será consultado. No entanto, este é somente o ponto de partida, e devemos nos atentar, para além da forma, ao conteúdo.

4.2 Sobre a linguagem e os referenciais teóricos.

De nada adianta a qualidade visual, se o material for constituído por uma linguagem pobre e sem referenciais teóricos consistentes. Isto vale não apenas para fontes escritas, mas deve ser levado em consideração também na produção de outros tipos de mídias, como podcast e vídeos. Devemos sempre lembrar que a forma como nos relacionamos com o conhecimento é baseada em evidências científicas, e isto não se pode perder de vista. Por outro lado, podemos, através de uma linguagem mais acessível, possibilitar que elaborações complexas sejam facilmente assimiladas.

Ao produzir nosso instrumento didático, queríamos proporcionar a introdução, tanto de professores(as) quanto alunos(as), ao campo de interesse da História denominado de “Mundos do Trabalho” e suas diversas categorias. Também desejávamos apresentar algumas possibilidades de se abordar o tema em sala de aula e provocar a curiosidade para o aprofundamento dos temas relacionados com o trabalho. Portanto, é necessário dizer que nosso material não se trata de um livro didático, não é um complemento e nem pretende ser um concorrente. Nossa elaboração é, antes de tudo, um convite para se conhecer e se olhar para uma outra forma de se fazer, ensinar e aprender História. É um chamamento para se encarar os processos históricos a partir da centralidade das experiências dos trabalhadores e de suas articulações políticas, sociais e culturais, entendendo a classe trabalhadora tanto como uma categoria de análise da realidade social, quanto como um conjunto diverso de indivíduos plurais, que pode se apresentar de maneira coerente ou conflitante. Em resumo, nosso material é um convite a um olhar para uma História que tem como eixo a preocupação com os trabalhadores(as).

Buscamos nessa caminhada, comunicar, de forma simples e acessível, as trajetórias que a teoria e o ensino de História percorreram até a formulação do campo de estudo de que estamos tratando. Corremos o risco de ter uma escrita excessivamente resumida, e tememos ter

passado essa impressão. Porém, apesar de desejar o equilíbrio entre a falta e o excesso, nesse quesito específico, preferiríamos ser breves a ser prolixos.

Inicialmente, citamos alguns elementos da trajetória da historiografia, desde a Escola dos Annales, período que compreendemos ser uma mudança bastante relevante no modo de produção da História, por traçar diálogos com outros campos das Ciências Sociais, e apontamos aí o início do movimento de sua fragmentação. Em seguida, lembramos que durante o século XX houve enorme ampliação quanto ao entendimento do que poderia ser considerado documento. Finalmente, apontamos o surgimento de um campo com centralidade nos trabalhadores e suas evoluções. Esse pequeno ensaio não tem pretensão de ser um aporte teórico para quem deseja estudar o tema. É, de fato, uma pequena introdução com o desejo de proporcionar uma leitura rápida, simples e agradável.

O uso de imagens é essencial na composição do texto. A utilização de elementos visuais complementando a escrita é tão relevante que consta em uma das exigências de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sobretudo quando direcionado para públicos ainda não letrados (o que não é o nosso caso). Porém, por receio de utilizar alguma imagem equivocada, que pudesse desviar o foco central do texto, preferimos ser econômicos na utilização desse recurso. No subitem “Ponto de Partida”, por exemplo, não há nenhuma fotografia. Por outro lado, a fotografia da vereadora Marielle Franco cumpre a função de hipertexto, já que não adentramos profundamente no assunto, e introduzimos apenas a foto, entendendo que ela fala mais do que muitos textos.

Com o foco de destacar alguns elementos do nosso texto e direcionar os termos para uma análise mais minuciosa, elaboramos um glossário. Nele buscamos desenvolver sentidos para além do dicionário, problematizando elementos conceituais a fim de exercitar nossa capacidade descritiva e disputar contornos para algumas palavras ou termos que talvez a linguagem usual não atribui. (BLOCH, 2001, p. 138):

Nossa ciência não dispõe, como a matemática ou a química, de um sistema de símbolos completamente separado da língua nacional. O historiador fala unicamente com palavras; portanto, com as de seu país. Acha-se ele em presença de realidades que se exprimiram numa língua estrangeira, morta ou ainda viva? Será obrigado a traduzi-las. Quanto a isso, nenhum obstáculo sério, contanto que as palavras se relacionem a coisas ou a ações banais: essa moeda corrente do vocabulário é facilmente intercambiável. Em contrapartida, logo que surgem instituições, crenças, costumes que participam mais profundamente da vida própria de uma sociedade, a transposição em uma outra língua, feita à imagem de uma sociedade diferente, torna-se uma empresa cheia de riscos. Escolher o equivalente é postular uma semelhança.

Nossa experiência na formulação do glossário não se relacionava com uma necessidade extrema ou de tradução de uma língua morta, como indicada por Bloch, mas, tratava-se, na realidade, de conferir alguma atualidade e especificidade ao Ensino de História. Aconselhamos a reprodução dessa prática por colegas que queiram desenvolver algum material.

As referências teóricas do nosso instrumento não são diferentes das utilizadas na dissertação. Buscamos aporte teórico em literaturas já consolidadas e tentamos não promover profundos debates historiográficos, nem enveredar por caminhos propícios a polémicas. Realizamos um trabalho modesto, mas que pode ser, seguramente, utilizado sem risco de erros crassos.

4.3 As sequências didáticas e os aspectos avaliativos

Já mencionamos que o nosso instrumento é um convite para se perceber a História tendo como eixo os trabalhadores e seus interesses. Também mencionamos a importância da aparência, da linguagem e do aporte teórico, elementos fundamentais para a sustentação de credibilidade de nossos esforços. O que ainda não foi mencionado é que, para além do convite, nós ofertamos em nosso material algumas propostas de se abordar a História sob o viés do Mundo do Trabalho. Em outras palavras, nós convidamos e acompanhamos nossos convidados durante a experiência de ensino e aprendizagem.

Inicialmente planejávamos ampliar as sequências didáticas, explorar ao máximo as relações entre o ensino e as mais diversas fontes de evidências do passado, e as ações da classe trabalhadora. Muitas ideias surgiram como por exemplo: evidenciar as composições musicais relacionadas ao trabalho e aos trabalhadores, a interação entre trabalho doméstico, gênero e culinária. Chegamos a pensar na elaboração de um livro de receitas, a partir de pesquisas dos alunos em seus meios familiares. Pensamos também que o estudo dos movimentos trabalhistas e comunicação poderia resultar em um jornal escolar ou em uma estação de rádio; que poemas e literatura sobre o tema poderia gerar uma culminância, como uma espécie de sarau; e por fim, abordar as notícias, Fake News e memes sob a lógica da checagem dos fatos, relacionando os conceitos de história e verdade. Dois fatores contribuíram para o fracasso de tais empreitadas; o tempo e o medo de cometer algum erro em questões tão diversas.

Formulamos apenas uma sequência didática. Esta, contudo, está bastante robusta, e pode ser facilmente incrementada com outros passos. Além disto, disponibilizamos dois materiais extras e complementares, um que remete a uma interação entre História e Cinema, e outro que propõe um diálogo com a sociologia.

Os exercícios são um quadro à parte. Neles, procuramos dialogar com nossos estudantes e avaliar o entendimento deles sobre os assuntos abordados. Sobre a elaboração de itens cabe algumas ressalvas. Primeiramente, deve-se associar as perguntas aos objetivos da aula. Em segundo lugar, as perguntas (quando se trata de itens discursivos) devem ir além dos propósitos de certo ou errado. O ideal é que o aluno(a) aprenda e descubra algo mais ao resolver os exercícios. Além disto, o professor(a) também tem uma ótima oportunidade de avaliar a sua própria formulação na correção das respostas dos seus alunos(as). Acredito que, assim como todo material precisa de constantes atualizações, um item deve ser periodicamente reavaliado quanto à sua pertinência.

Não elaboramos um gabarito para as questões. Elas precisam ser testadas, ou melhor, resolvidas. Somente após observar as repostas de uma amostragem de alunos(as) e analisar os padrões possíveis de respostas, formularemos um modelo (de preferência bastante abrangente) de resposta.

A atividade final é uma tarefa desafiadora. Todos sabemos o quanto é complicado propor eventos que extrapolem o espaço de nossas salas de aula. No caso da exposição, seria necessário tanto a extrapolação do tempo e dos limites espaciais da sala de aula. No entanto, apesar de desafiador, o evento é totalmente possível de ser realizado. Pode-se pensar em uma exposição na entrada da escola ou nos corredores, na divulgação em cartazes e de o espaço escolar abrigar a exposição durante uma semana. Sabendo de tal empenho e do sofisticado grau de organização exigido, essa seria uma atividade pensada para uma pontuação mais robusta, talvez para a obtenção de uma nota equivalente a um trabalho bimestral.

Mas afinal, o que essas avaliações estarão aferindo? Este é um questionamento que deve estar sempre presente em nossas rotinas. No caso da exposição, poderíamos instigar a noção de documento histórico, a pesquisa de movimentos sociais relacionados ao trabalho, a diversidade dos elementos, a criatividade, a percepção de antigo e moderno, a relação com o tempo. Sugerimos, inclusive, que se avalie para além da compreensão dos aspectos teóricos, a convivência, os laços de solidariedade e companheirismo durante a execução das tarefas em grupo.

4.4 O moderno e o tradicional no ensino de História

Uma questão que se impõe com bastante resistência quando falamos de ensino no século XXI, certamente é a relação entre os objetos de estudos e as tecnologias informacionais. Neste sentido, a modernidade se apresenta como uma questão objetiva, e as tecnologias da comunicação são quase sempre tratadas como sinônimos de avanços significativos na relação entre ensino e aprendizagem. No entanto, algumas ponderações precisam ser feitas.

Primeiramente, devemos nos posicionar frontalmente contra aqueles que entendem o simples uso de equipamentos e de recursos áudio visuais de maneira positiva, sem refletir quanto à necessidade de tais recursos. Pode até parecer obvio, mas faz-se necessário pontuar que não são os aparelhos, as telas, os computadores e os celulares que farão por si só uma aula melhor ou pior. Portanto, que a figura do professor e a sua inteligência permanecem indispensáveis.

Na mesma linha de raciocínio, as novas tendências de ensino recebem ampla aceitação do senso comum e de significativa parcela da comunidade escolar. O exemplo mais atual é o ensino baseado em habilidades pré-estabelecidas, de forma a compor um mosaico de competências ditadas de maneira a priori por entidades ligadas a grandes capitalistas. Diante de tal quadro, nos resta desconfiar dos valores democráticos e emancipadores desse modelo educacional.

Ocorre que a ideia de progresso é tida como genuinamente positiva, assim como a palavra “moderno” aglutina ao redor de seu campo semântico elementos valorativos, o que possibilita o desenvolvimento do fetiche em relação às tecnologias. Somando-se esses fatores: ideia de progresso, valorização do moderno e fetiche tecnológico, resulta em desejos de ambientes educacionais eficientes, que sejam capazes de ensinar melhor, de modo mais rápido, a mais gente. Este ideal, instaurado com sucesso no imaginário coletivo, atende justamente a propósitos contrários a uma boa educação, e reforça ainda mais a reprodução e a manutenção do status quo.

Em segundo lugar, contraditoriamente, devemos reconhecer o significativo papel da incorporação das novas tecnologias da informação no cotidiano escolar. De fato, hoje temos uma série de recursos que possibilitam às nossas aulas serem mais interativas e abrangentes. Quanto ao fator agilidade, a plataforma do Google Formulário possibilita a correção instantânea de exercício, além de uma infinidade de possibilidades hipertextuais, como anexar outras

referências, realizar *upload* de atividades, indicar vídeos, músicas, etc. Essas ferramentas foram fundamentais no contexto pandêmico, e, sem elas, o ensino remoto seria inviabilizado, embora que, em casos de alunos sem acesso a tais recursos, os professores, pontualmente, tenham elaborado matérias e exercícios para manutenção de vínculo. E este é, justamente, o ponto fraco. Compreendo ser necessário sempre se contar com uma segunda alternativa em mente, quando for usar qualquer recurso tecnológico, visto as imensas possibilidades de algo sair do controle. Nem sempre há datashow ou aparelhos de áudio disponíveis nas escolas, e, às vezes, quando temos a disponibilidade, falta uma extensão, um adaptador, ou algo do tipo.

Portanto, embora seja lugar comum reconhecer os benefícios dos equipamentos tecnológicos, devemos sempre refletir quanto a seus propósitos e a serviço de quem esses equipamentos estão. O mesmo vale para as “inovações” educacionais de cunho pedagógico, que desconfiguram a escola e a aproxima de um ambiente empresarial, modificando inclusive o vocabulário, através de verbetes como: sala de aula invertida, metodologias ativas, gestor de sala de aula etc. Todas essas tendências pedagógicas buscam vender a ideia de que a forma como se ensina é o que importa, quando na verdade esse é apenas mais um elemento na dinâmica complexa da vida escolar. Em outros termos, é moderno e proveitoso ter um professor com contrato de trabalho precarizado? É vantajoso se ter uma sala de aula com 45 alunos? A quantidade de carga horária de um professor em relação ao tempo destinado ao planejamento deve ser levada em conta? Como bem sabemos, nenhum desses fatores é posto na cota da dita “modernização”.

Nesse sentido, nós professores de História, devemos estar bem mais atentos quanto às inovações teóricas da nossa disciplina, e não apenas em relação a tendências pedagógicas generalistas. Percebo neste aspecto um potencial de resistência e um caminho para se ampliar as discussões sobre ensino e aprendizagem, sem que para isso seja necessário embarcar nas aventuras do mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidimos lançar luz sobre o campo Mundos do Trabalho e estabelecer relações com o Ensino de História no contexto de uma formação voltada essencialmente para o preparo de mão de obra qualificada que atendesse as demandas da classe média local, sabíamos que não poderíamos nos focar meramente nos limites dos muros da escola. Enxergamos a

criação de Escolas Profissionais como sintoma de um tempo. Desejamos, sem excessiva presunção, que os esforços dessa dissertação sejam também, a expressão do tempo que vivemos.

Devemos estar alertas, visto que estamos diante de grandes desafios, maiores talvez, que das gerações de nossos pais. Os tentáculos do modelo produtivo neoliberal ameaçam tanto as formas de subsistência das famílias quanto a própria formação dos saberes de reprodução de sobrevivência. As escolas, de modo geral, e as escolas profissionais, especificamente, estão sendo assediadas para reprodução de conhecimentos de origem duvidosa atrelado a pseudociências como “Projeto de Vida”, “Empreendedorismo” e “Mundo do Trabalho”. Caberá as disciplinas, (nascidas de concepções filosóficas, com teorias e metodologias consolidadas), a missão de enfrentamento, a risco de se tornarem meras coadjuvantes na formação de indivíduos cada vez mais auto centrados.

As evidências e comprovações que compartilhamos nesse trabalho é fruto de longa observação e inquietação solitária. No geral, o novo e o moderno são muito bem relacionados com os imaginários coletivos e assimilados com a ideia de progresso. No caso da educação, o verbete utilizado para a transformação, ou destruição, da formação básica: Novo Ensino Médio, tem o propósito de desqualificar o ensino escolar e vender a imagem de que após a reforma, os jovens serão mais qualificados que antes. Raramente se associam as alterações da educação com as novas demandas do modelo produtivo. No entanto, as habilidades e competências listadas na BNCC estão em perfeita consonância com as exigências das grandes empresas capitalistas que miram a educação como um grande comércio ainda a ser desbravado.

Falar sobre isso é sempre muito difícil. Encontrar interlocutores dispostos a refletir sobre esse tipo de problemática, mesmo dentro da área de educação, é raro. Uma dificuldade que encontramos na descrição de nossos propósitos é de separar as críticas à educação e a admiração que temos pela história e trajetória da Escola Manoel Mano. Afinal, os dois elementos, a crítica e a admiração, podem coexistir sem incoerência algumas, visto que da contradição nasce a evolução. Ao realizarmos críticas sobre o projeto de educação nacional, estamos correndo risco de ser muito mal interpretado e das nossas questões serem levadas para o âmbito pessoal, o que definitivamente, é um equívoco. Em nenhum momento foi o nosso propósito por em questão atitudes pessoais, desempenho individual, interpretação de mundo particular ou qualquer coisa que se equivalha a dimensão de alguém específico; seja professores ou gestores.

Nosso trabalho procura estabelecer uma relação, um tanto complexa, entre o modelo de produção global, tendências de formação educacional, interesses privados nas instituições públicas de ensino – que também é um movimento que acontece em vários países ocidentais – e o cotidiano de nossa escola. Nosso trabalho é um convite a olhar para além do imediato, além da imersão que é a vida do profissional de educação, sempre ocupado e cheio de tarefas a dar conta. Nesse sentido estão implícitos vários questionamentos que precisamos urgentemente refazer: afinal, o que é educação? Para que serve? A quem serve? Se os pressupostos modernos de saber, se os conhecimentos derivados das disciplinas tradicionais já não atendem mais a educação, de onde estão vindo as novas tendências? Mais importante que formular uma resposta padrão, é prosseguir questionando.

Com a esperança de que esta dissertação seja reconhecida como uma obra de seu tempo, procuramos realizar uma escrita que desse conta não somente de questões relacionadas com o exercício pedagógico. Antes disso, queríamos estabelecer paralelos entre a conjuntura política, econômica e social de média duração do país com a educação, a escola e o fenômeno presente nas Escolas Profissionais do Estado do Ceará que são as disciplinas obrigatórias voltadas para a formação socioemocional, para o empreendedorismo e para o mercado de trabalho. Nesse sentido, a produção de conhecimento em Ensino de História, não deve estar distante do ofício do historiador. Aliás, precisamos evidenciar que não há separação entre ensino e pesquisa em História.

Estabelecemos os Mundos do Trabalho como campo e espaço de atuação, no entanto, entendemos que ele deve, para ser plenamente desenvolvido em suas possibilidades, se relaciona com outras dimensões como o patrimônio, memória, cinema, teoria, música, metodologia, classe, raça, gênero, economia, política, cultura etc.

Talvez a parte mais difícil tenha sido elaborar uma proposta que desse conta de contemplar todas as fragilidades que tínhamos apontado durante nossas análises. De fato, criar é processo mais difícil na construção do conhecimento. O instrumento que elaboramos, é mais uma curadoria que uma criação. Consideramos que a originalidade resida em revelar os Mundos do Trabalho como uma dimensão própria do campo da História e ofertar propostas abertas, em construção, de ensinar.

Por fim, é necessário esboçar a felicidade de ter tido a oportunidade de realizar tal tarefa. No entanto, esse sentimento vem acompanhado de um enorme senso de responsabilidade sobre tudo o que foi exposto. É preciso dizer que a intenção primária desse estudo é contribuir,

de alguma forma, para a melhoria da educação e consecutivamente, da vida de jovens estudantes e futuros trabalhadores.

REFERÊNCIAS

AMIEL, Tel. **Recursos Educacionais Abertos: uma análise a partir do livro didático de história.** Revista História Hoje, v. 3, n. 5, p. 189-205, 2014.

ANDERSON, P. **Brasil à Parte – 1964 – 2019.** Boitempo. São Paulo – SP. 2020

ANTUNES, F. PERONI, V. **Reformas do Estado e Políticas Públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas.** Revista Portuguesa de Educação, 2017.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviço na era digital.** 2ª edição. Boitempo. São Paulo – SP. 2020.

ANTUNES, R. **Uberização, Trabalho Digital e Industrial 4.0.** Boitempo. 1ª Ed. São Paulo. 2020.

BARROS, J. D'Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens.** 6ª Ed. Vozes. Petrópolis. 2009.

BARROS, J. D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História – da escolha do tema ao quadro teórico.** 6ª edição Vozes. Petrópolis 2010.

BARROS, J. D'Assunção. **Teoria da História I – Princípios e conceitos fundamentais.** 3ª ed. Vozes. Petrópolis, 2013.

BARROS, J. D'Assunção. **Teoria da História III – Os paradigmas revolucionários.** 3ª ed. Vozes. Petrópolis, 2013.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História – da escolha do tema ao quadro teórico.** 6ª edição Vozes. Petrópolis, 2010.

BASTILIO, A. L. **9 vezes em que Abraham Weintraub se mostrou inimigo da educação. Carta Capital.** 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/9-vezes-em-que-abraham-weintraub-se-mostrou-inimigo-da-educacao>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

BASTILIO, A. L. **Relembre as polêmicas e confusões de Ricardo Vélez frente ao MEC.** Carta Capital. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/relembre-as-polemicas-e-confusoes-de-ricardo-velez-frente-ao-mec/>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUER, M. W., GASKELL, G. **Pesquisa quantitativa com texto: imagens e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Editora Vozes, Rio de Janeiro – RJ, 2008.

BRECHT, B. **Perguntas de um trabalhador que lê.** 1935. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/cultura-e-reflexao/bertolt-brecht-e-os-80-anos-do-poema-%C2%93perguntas-de-um-trabalhador-que-le%C2%94/> Acesso em 22.03.2023

CARTA ao povo brasileiro. SÃO PAULO, 22 jul. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. 02 de fev. 2021.

DESEMPREGO fica em 14,6% e atinge 14,8 milhões no trimestre encerrado em maio, aponta IBGE: Taxa de desemprego foi a segunda mais alta da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012 e desacelerou na comparação com os dois trimestres imediatamente anteriores, que registraram taxa de 14,7%, recorde até então.. SÃO PAULO, 22 jul. 2002. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/30/desemprego-fica-em-146percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

Documento Curricular Referencial do Ceará, Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_ce.pdf. Acesso em: 02 de fev. 2021.

DOS SANTOS, T. **Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da “nova república”**. Expressão Popular. São Paulo – SP. 2021.

ENGELS, F. A. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Civilização Brasileira. 10ª Ed. Rio de Janeiro, 1985.

ENGELS, F. **A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo. 1ª Ed. São Paulo, 2013.

FREIRE, P. **A Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra. 56ª edição. São Paulo – Rio de Janeiro. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 54ª edição. Rio de Janeiro. 2013.

GOVERNO do Estado do Ceará: SEDUC Secretaria da Educação. *In: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL*. [S. l.], 2005. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

INSTITUTO ALIANÇA. SEDUC. **Mundo do Trabalho – EEEP Escolas Profissionais V.1**. Caderno do Estudante. [201-]

INSTITUTO ALIANÇA. SEDUC. **Mundo do Trabalho – EEEP Escolas Profissionais V.2**. Caderno do Estudante [201-]

KOSSAK, A.; VIEIRA, N. **ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO NO NOVO ENSINO MÉDIO**. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022.

LAVAL, C. **A Escola não é uma Empresa – O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo – SP. 2019.

LUCE, MATHIAS SEIBEL. **Teoria Marxista da Dependência – problemas e categorias**. Uma visão histórica. Expressão Popular 1ª edição. São Paulo 2018.

MARINI, R. Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Insular. 4ª edição. Florianópolis. 2013.

MARTINS, C. E. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. Boitempo. São Paulo – SP. 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Boitempo, São Paulo - SP. 2007.

MARX, K. ENGELS. F. **A Ideologia Alemã**. Boitempo. 1ª edição. São Paulo 2011.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. Boitempo. 1ª edição. São Paulo. 2004.

MARX, K. **O Capital – Crítica da economia política**. Boitempo. 2ª edição. São Paulo. 2017.

MATTOS, M. B. **A Classe Trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. Boitempo. São Paulo - SP. 2019.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. de. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História, v. 24, p. 123-144, 2004.

MUTIRÃO do emprego atrai milhares de pessoas em SP. Fila é gigantesca: Desde a manhã de 2ª feira, candidatos aguardavam senha para concorrer a uma vaga. Oferta é de seis mil postos de trabalho. SÃO PAULO, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mutirao-do-emprego-atrai-milhares-de-pessoas-em-sp-fila-gigantesca-23550856>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

MUTTI, R. CAREGNATO, R. C. A. **Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso Versus Análise de Conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 679-84.

PAINEL de Indicadores: Desemprego (%). [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

PINA, M. L. M. SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. (org.). Jörn Rüsen e o **Ensino de História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

PROST, A. **Doze Lições Sobre a História**. Autêntica. 2ª edição. Belo Horizonte. 2019.

Reportagem sobre Paulo Lemann: **“Jorge Paulo Lemann: self-made man por exploração**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/jorge-paulo-lemann-self-made-man-por-exploracao>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

SADER, E. (org.). **Dialética da Dependência** – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Editora Vozes. Petrópolis – RJ. 2000.

SOUZA, A. Ricardo. **A Teoria da Agenda Globalmente Estruturante para a Educação e sua Apropriação pela Pesquisa em Políticas Educacionais**. RBPAE. V32, n. 2 p. 485 maio-agosto, 2016.

SOUZA, MIGUEL. **Guia de tipos**. Métodos para o uso das fontes de PC. 2002. Disponível em http://www.infoamerica.org/museo/pdf/guia_de_tipos01.pdf Acesso em: 02 de fev. 2021.

STANDING, G. **O Precariado** – a nova classe perigosa. Autêntica. Belo Horizonte – MG. 2020.

TRABALHADORES **fazem fila de oito horas sob o sol por vaga de emprego: Estagnação econômica na gestão Bolsonaro e consequências da reforma trabalhista de Temer agravam a crise**. São Paulo, 26 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/26/trabalhadores-fazem-fila-de-oito-horas-sob-o-sol-por-vaga-de-emprego>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

TRASPANDINI, R. STEDILE, J. P. (org's). **Ruy Mauro Marini – vida e obra**. Expressão Popular. 1ª edição. São Paulo. 2005.

URBAN, A. C. **O Código Disciplinar da Didática da História nos Manuais Destinados à Formação de Professores**. In Revista Histedbr On-line. nº58, p.188-97, set. 2014.

APÊNDICE

**APÊNDICE A - INSTRUMENTO DIDÁTICO MUNDOS DO TRABALHO:
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA**

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA/UFC

MUNDOS DO TRABALHO

Uma abordagem Histórica

Instrumento didático desenvolvido por:
Jefferson Prado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

TRABALHO E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA
propostas teórico-metodológicas para o Ensino de História em Escolas Profissionais

HISTORIOGRAFIA breve balanço historiográfico sobre a história social do Trabalho	FILMOGRAFIA dicas de filmes para ampliar o conceito de trabalho e se discutir história	ROTEIRO DIDÁTICO propostas didáticas, exercícios e materiais para usar em sala de aula
--	--	--

Linha de pesquisa: Saberes Históricos e Espaço Escolar

Orientação: Ana Carla Sabino Fernandes

Fonte: Instrumento produzido pelo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P917m Prado Clarindo, Jefferson Ênio.

MUNDOS DO TRABALHO UMA ABORDAGEM HISTÓRICA: Propostas teórico-metodológica para o ensino de História em Escolas Profissionais / Jefferson Ênio Prado Clarindo. – 2023.

26 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Profissional em Ensino de História, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Ana Carla Sabino Fernandes.

1. Ensino de História. 2. Mundos do Trabalho. I. Título.

CDD 907.220711

Fonte: Instrumento produzido pelo autor.

Sumário

Introdução	4
Ponto de Partida	6
Mundos do Trabalho.....	8
Dica de Filmes.....	11
Dica de Livros.....	14
Oficina de História	15
Exercícios	20
Quem faz História ?.....	22
Conclusão	24
Referências.....	26

Instrumento Didático Mundos do Trabalho uma abordagem histórica.

Por Jefferson Prado.

Introdução



KOBRAR, Exposição Os 200 Anos da Independência e Nós trabalhadores”. 2022

Disponível em: <https://casacor.abril.com.br/arte/dia-do-trabalho-kobra-homenageia-trabalhadores-com-exposicao-na-paulista/> acesso em: 16.02.2023

O seguinte produto didático é fruto da dissertação de “*Mundos do Trabalho e Ensino de História: a consciência de classe no ensino profissional*”, apresentada como parte da conclusão do programa de pós-graduação *strictu sensu* Mestrado Profissional em Ensino de História coordenado nacionalmente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tendo como Instituição Associada a

Universidade Federal do Ceará [PROFHistória – UFC], onde realizei meu mestrado.

As páginas que se seguem tem como objetivo ampliar a discussão sobre o ensino de História no contexto das escolas profissionais em todo o Estado do Ceará, mas foi pensado a partir de questões percebidas e que nos causaram desconforto na Escola Estadual de Ensino Profissional Manoel Mano, em Crateús - CE.

O incomodo se relaciona com a percepção de um currículo com objetivos voltados – na minha avaliação, de maneira excessiva – para capacitação profissional e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, o que culminará no que chamo na dissertação de “Formação Empreendedora”. Outro ponto que motiva minha escrita é o modo unilateral com que as questões sobre o trabalho e a formação profissional são tratadas na apostila “Mundo do Trabalho”.

A postila em questão consiste em dois volumes utilizados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio das Escolas Profissionais (EP’s), para apoio das aulas do componente curricular que leva o mesmo nome (Mundo do Trabalho) que compõe a grade curricular, de caráter obrigatório. A partir da análise realizada foi possível identificar expressivos alinhamentos ideológicos com o projeto neoliberal, a presença de valores morais expostas de maneira objetiva e traços de negação das possibilidades de alteração das conjunturas sociais. Destacamos também a fragilidade teórico-metodológica das bases da disciplina e a ausência de referenciais confiáveis.

Diante disso, percebemos a oportunidade e a necessidade de oferecer contrapontos ao discurso demasiadamente elogioso ao mercado e a sobrecarga de demandas exigidas por empregadores aos trabalhadores.

A interpretação que faço da mensagem transmitida pela apostila é que em face de estruturas sociais que ampliam o número de desempregados ou de situações de trabalhos degradantes e precarizados, os jovens devem se especializar e superar as adversidades ou então aprender a lidar de forma resiliente e obstinada com as muitas privações experimentadas pelas camadas mais pobres. Daí a emergência de apresentar outras maneiras de se enxergar o mundo, o trabalho, a vida laboral e uma série de complexidades que se relaciona com o campo da História **Mundos do Trabalho**.

Para cumprir essa missão, elaboramos este **instrumento didático** que apresenta ao leitor o campo

de estudo historiográfico que vem crescendo nas últimas décadas e tem se demonstrado bastante necessária ao cotidiano escolar; trata-se do *Mundos do Trabalho*, por vezes denominado *História Social do Trabalho*, que enxerga a História a partir dos esforços de pessoas comuns, trabalhadores e trabalhadoras. Objetivamos auxiliar os(as) professores(as) assim como os(as) alunos(as) do Ensino Médio a fim de que repensem o trabalho e os trabalhadores(as) para além da dimensão profissional e problematizem, historicamente, as condições de reprodução da vida. Instigaremos a investigação de indivíduos que compõem a classe trabalhadora e que são os verdadeiros construtores do mundo.

Os livros didáticos costumam trazer tópicos sobre a história do trabalho, as formas de trabalho ao longo do tempo, os modos de produção, as revoltas dos trabalhadores em diversos momentos etc. Porém essas questões ocupam uma dimensão periférica e não possibilita a compreensão ou o desenvolvimento da consciência histórica, ou de classe. Por outro lado, a preparação para o trabalho, a importância que se atribui aos estágios, a atenção que se emprega para a formação ao trabalho nas escolas profissionais [inclusive na EP Manoel Mano] merece destaque e precisa ser repensado.

Pensando nisso, ampliamos o foco na problematização do tema. A intensão é evidenciar que trabalho não é apenas a comercialização da mão de obra. É preciso identificar as variadas formas de ação assim como a relação entre o homem e a natureza (essa modificada pela atuação humana de diferentes formas a depender do momento histórico), perceber a relação entre o modo de produção e as sociedades, reconhecer as contradições inerentes a cada modelo produtivo, analisar as relações de poder e resistência e compreender que a narrativa histórica está em constante disputa.

Além disso queremos propor uma experiência a professores e alunos ao ensinar e estudar História. Acreditamos na superação da exposição como principal método de ensino e aprendizagem, na busca documental por evidências do tempo, na identificação pessoal com o tempo, na confiança de que as fontes – ao serem corretamente selecionadas e metodologicamente analisadas – são capazes de nos proporcionar conhecimento seguro e na dimensão da construção de uma consciência que considera os elementos históricos como constituinte do ser social. Mas acima de tudo, desejamos desenvolver a capacidade de historicizar o presente, construindo uma

narrativa autônoma, capaz de prospectar expectativas de horizontes.

Buscaremos ao longo de nossos estudos, apresentar os trabalhadores(as) de modo a fugir de estereótipos buscando revelar toda a complexidade presente na pluralidade das camadas sociais que compõem a base da produção. Estes por sua vez devem ser compreendidos a luz de cada tempo, tendo sempre a consciência de que a idealização ou essencialização de qualquer seguimento social pode resultar em leituras viciadas da realidade.

Entender o mundo através das narrativas, memórias, registros e evidências presentes em ações cotidianas e manifestações culturais daqueles que durante muito tempo foram invisibilizados – e que lutam cotidianamente por sua autonomia – é acessar mecanismos mentais que se relacionam com habilidades intrínsecas da História.

Desse modo, defendo que o ofício do historiador – que compreendo como a relação de dupla subjetividade com as fontes – deve ser estimulado nas aulas de História. Essas, por sua vez, devem se tornar menos orais, menos expositivas e devemos encorajar nossos alunos(as) a descobrir, investigando o passado, elementos que os ajudem a formular melhor o entendimento sobre o presente e a ampliar os seus horizontes de expectativas.

Importante advertir que não queremos produzir uma nova apostila ou cartilha que se oponha frontalmente o já mencionado material “Mundo do Trabalho”, uma vez que a visão unilateral foi um dos principais pontos de nossas críticas. Também não é nosso propósito criar algo extenso, evitando o risco de ser encarado como enfadonho e panfletário.

Nossa questão principal é a confiança no ensino de História como meio para se superar explicações simplistas do funcionamento do mundo. Para isso apostamos em variadas possibilidades de se investigar o passado e assim constituir uma leitura mais eficiente do presente.

Uma questão que deve ser percebida neste material, é a presença de possibilidades de instrumentos tecnológicos no decorrer de nossas propostas pedagógicas. Em tempos de exagerados elogios à tecnologia da informação é importante algumas ponderações. Inicialmente é preciso dizer que não pretendemos fazer desse ponto específico um campo de disputa. Em segundo lugar, compreendemos a relevância de determinadas tecnologias na sala de aula, no entanto, de forma alguma essas tecnologias

devem ocupar a centralidade do ensino e aprendizagem, afinal, não serão parafernalias que determinará por si só a qualidade das aulas, por outro lado, é necessário reconhecer que projeções, disponibilização de documentos em PDF, comunicação em grupos de mensagens, a utilização de sites como fontes de pesquisa, exposições online, a utilização da plataforma do google drive e google formulários, pode contribuir bastante para a agilidade do desenvolvimento das atividades. Mas quando a realidade material que se manifesta no sucateamento de aparelhos públicos, inclusive, e sobretudo, nas escolas, faz necessário inovar com quadro e pincel.

Acredito que a qualidade da aula tem origem nos predicativos intelectuais do professor, nas leituras que faz ao longo de sua vida, na relação que tem com o objeto de estudo e na dedicação ao magistério. Para nós, a inovação do ensino está relacionada com a atualização constante dos avanços da própria disciplina. As demandas do presente ditam como devemos olhar o passado. Assim como a pandemia de covid-19 nos impele a revisitar os estudos sobre as epidemias na Primeira República ou na Idade Média, as novas relações de trabalho (uberizado; precarizado) também nos obriga a revisitar, a ressentir e a ressignificar nossa história.

Com esse ímpeto de renovação, promovemos uma curadoria sobre o Ensino de História com relação ao Mundos do Trabalho em fontes variadas: indicação de livros, filmes, exercícios inéditos, propostas de atividades e planos de aula. Nossa mais profunda inspiração deriva do Laboratório de Estudos da História dos Mundos do Trabalho – LEHMT, mas também de adaptações de experiências vividas em sala de aula.

Esperamos contribuir para melhorar – ainda que de maneira modesta – a relação entre Ensino de História e Mundos do Trabalho.

Boa aula!

Ponto de Partida

Um breve balanço historiográfico

A História é uma disciplina que vem sofrendo fragmentações desde o início do século XX, quando um grupo de historiadores franceses fundaram uma revista ao perceber que a História vinha perdendo terreno de atuação para outras ciências sociais mais jovens como a Sociologia, a Geografia, a Economia e até mesmo a Psicologia. As publicações da revista *Annales D'Histoire et economique sociale* incitava a necessidade da História, quanto disciplina, desbravar novos campos e disputar outros terrenos que não somente a tradicional história política composta por documentos “oficiais”. A primeira edição, em 1929 trazia a centralidade da economia – no contexto de crise financeira global – como categoria importante para ampliar a compreensão da própria história e das realidades sociais. Era o início de uma ampliação epistemológica sobre a própria disciplina. Os historiadores decidiram tomar para si a missão de pensar a História e o seu ofício, atividade antes realizada por filósofos (Filosofia da História).

Em momentos posteriores a História passava a dialogar com a literatura, psicologia, antropologia, geografia e sociologia. Para tanto foi preciso alterações metodológicas no fazer histórico e enxergar outras formas de documentos. As fontes documentais passaram a ser diversificadas e houve o reconhecimento da oralidade, dos objetos, dos patrimônios, textos literários, memórias, tradições dentre tantas outras possibilidades de se evidenciar do passado.

A característica herdada do século XIX a partir das descobertas de Darwin, assimilada pelas ciências sociais de que o progresso está no futuro e da concepção linear do tempo, e que por vezes justificou as atrocidades humanitárias reflexos da colonização, não resiste ao saldo da Segunda Guerra Mundial. A Europa devastada, teria que negociar a sua reconstrução via Nova York – com o plano Marshall, ou por Moscou. Os movimentos de independência da África e da Ásia desmoronava o mito do “*fardo do homem branco*” e o extermínio de seis milhões de judeus descortinava a farsa do “*processo civilizador*”. A História deveria mudar porquê o mundo também tinha mudado. Com isso percebermos que as alterações

teórico-metodológicas da História acompanham as distorções e o entendimento das realidades sociais e evidencia que a ela não versa somente sobre o passado. Na verdade, as demandas do passado estão no presente, o que confere a atualidade dos estudos históricos.

A própria noção de tempo passa por modificações e em resposta as formulações estruturantes de Lévi-Strauss, Fernand Braudel desenvolve o conceito de múltiplas temporalidades [Longa, Média e Curta duração].

No segundo quartel do século XX, sob forte influência dos movimentos de contracultura de 68, é possível observar um movimento de rejeição de intelectuais do chamado Terceiro Mundo por essa história eurocêntrica e a curiosidade dos historiadores – *inclusive dos Annales* – voltam-se para as margens, para os historicamente marginalizados, os loucos, as bruxas, os demônios, as mulheres, as crianças, os trabalhadores.

Quando falamos do Brasil de 1968 – ano que a Ditadura Civil Militar implementou o **Ato Institucional de nº5**, o mais duro e perverso golpe aos direitos políticos e civis – pode parecer totalmente controverso ao contexto vivido na França, – e as reivindicações por dormitórios coletivos e bandeiras de liberdades sexuais –, em Braga, – quando população de civis desarmados enfrentaram tanques e blindados soviéticos demandando maiores liberdades individuais e *democracia* – ou nos Estados Unidos – com Woodstock, o movimento Hippie novas gerações de feminismos e as lutas pelos direitos civis da comunidade preta. Acontece que aqui também experimentávamos uma efervescência política, artística, intelectual e cultural, porém duramente reprimida por forças militares com apoio de países imperialistas.

Muitos intelectuais que estavam dispostos a repensar toda a noção de Brasil, nas mais diversas categorias como filosofia, antropologia, pedagogia, história e ciências sociais, política e inclusive na dimensão estética, foram exilados, perseguidos e banidos das universidades até os dias de hoje. Infelizmente, a História da Historiografia nacional teve que pegar emprestado a noção de espaço-tempo de países que financiavam pesquisas “anticomunistas” fazendo que nossa novas gerações fosse privada das formulações de Darcy Ribeiro e suas críticas as teorias

evolutivas, o entendimento sobre a universidade, a interpretação sobre o “Povo Brasileiro”, a filosofia de Álvaro Vieira Pinto, as teorias de Ruy Mauro Marini quanto a transição de riquezas por meio de intercambio desiguais tendo a superexploração do trabalho como ponto central do desenvolvimento da economia mundial, as discussões sobre as etapas históricas de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr, as propostas didáticas e as novas concepções sobre leitura e alfabetização de Paulo Freire, etc.

Acreditamos na importância de intelectuais brasileiros na tarefa de entender as questões elementares sobre nossa realidade e na missão de dar significado aos nossos objetos de estudo, com correspondência prática e com compromisso de melhorar o mundo. No que diz respeito a História, cabe-nos formular narrativas que possa manter viva as memórias daquilo que nos interessa; o bem-estar do nosso povo.

Com esse compromisso, e diante dessa História já fragmentada, em *Migalhas*, como diria François Dosse (2003), convidamos vocês alunos(as) e professores(as), a desviar o olhar Histórico, tão viciado no passado, para o cotidiano, entendendo-o como resultado de processos que envolve continuidades e rupturas, construídas por homens e mulheres comuns, por nós, por nossos antepassados e por nossos ancestrais invisibilizados, negados, apagados por narrativas centradas nos grandes heróis responsáveis pela promoção de genocídios.

Se a História muda com o tempo, se as análises dos fenômenos sociais acompanham as alterações de percepção conferidas pelo tempo, então faz-se necessário, diante de uma conjuntura tão desfavorável ao trabalho e a reprodução da vida, que analisemos [hoje] a História do Trabalho de seus trabalhadores.

Mundos do Trabalho

História, trajetórias e perspectivas



KOBRAR, Exposição Os 200 Anos da Independência e Nós trabalhadores". 2022

Disponível em: <https://casacor.abril.com.br/arte/dia-do-trabalho-kobra-homenageia-trabalhadores-com-exposicao-na-paulista/> acesso em: 16.02.2023

A maioria dos autores que se dedicam a História dos trabalhadores, sejam eles acadêmicos ou não, tem origem de dentro dos **movimentos operários**. Até hoje boa parte desses historiadores são compostos por membros ou simpatizantes dos movimentos operários. Os primeiros estudos relacionados a esse tema, ainda no século XIX, diziam respeito as lutas políticas que os trabalhadores tratavam com seus patrões em busca do reconhecimento de direitos, principalmente quando a modernidade provocou o acirramento da **contradição** entre produção e propriedade.

Segundo Eric Hobsbawm, importante historiador do século XX, essa história de dentro dos movimentos operários e fora das universidades provocou algumas características marcantes como por

exemplo; o privilégio das organizações operárias e das suas ideologias em relação a história dos próprios trabalhadores. Nesse sentido, o sujeito ficava em segundo plano ou mesmo sumia, causando a sua invisibilização. A segunda característica dessa história dos movimentos operários e assumiu uma postura tanto quanto "arqueológica" ou seja, atribuindo a organizações qualidades que os próprios trabalhadores já não reconheciam. (HOBSBAWM, 2015)

O saldo negativo dessa corrente ortodoxa da História do mundo do trabalho é que ela criou uma dificuldade de distinguir os acontecimentos verdadeiramente significantes e os corriqueiros. Além disso, provocou um auto isolamento em relação aos demais campos da História e por fim, tendeu a oficializar um modelo de História operária.

Um dos precursores dos estudos sociais analíticos em relação as realidades das classes trabalhadoras, **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (1845)** foi escrito por Friedrich Engels, filho de um rico industrial têxtil e principal parceiro intelectual de Karl Marx. Esta obra além de ser um verdadeiro marco na História do capitalismo e de seus reflexos na sociedade, constitui uma importante etapa na compreensão do **socialismo científico**. Nessa obra, Engels denuncia e analisa relatos das condições insalubres e desumanas vividas pelos trabalhadores. Vejamos um fragmento do relato de um liberal (e portanto, ferrenho crítico dos movimentos operários) no livro de Engels (ENGELS, 2010. p 81):

Aqui e no Sul do continente, vi a miséria em seus piores aspectos, mas antes de visitar os wynds de Glasgow não acreditava que em qualquer país civilizado pudessem existir tanta monstruosidade, tanto pauperismo e tantas doenças. Nos albergues mais sórdidos dormem juntas, sobre o mesmo chão, dez, doze e às vezes vinte pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, mais ou menos desnudas. Esses alojamentos são usualmente tão sujos, úmidos e arruinados que ninguém gostaria de ter ali seu cavalo.

A produção historiográfica sobre os mundos do trabalho mais recentes compreende a necessidade de se incorporar outros elementos nas análises dos fatos que envolvem os trabalhadores. Estes são enxergados

de maneira heterogênea e as questões de interesse vão além das condições materiais, antes ponto central dos debates acerca da classe e de sua consciência. Interessa a esse campo as manifestações políticas de caráter coletivo, mas também as festas, tanto de dimensão recreativas quanto as de caráter religioso. As memórias, os conhecimentos, as produções literárias e as publicações de jornais operários assim como as demais formas de comunicação, por exemplo os programas de rádio. As questões de gênero também passaram a ter lugar cativo nas produções e incorpora as abordagens relacionadas ao trabalho em diferentes conjunturas.

Nesse sentido, o campo torna-se mais aberto e contempla uma perspectiva mais inclusiva sobre a noção de classe, de gênero e de raça. Isso é fundamental para compreender a formação da sociedade brasileira e suas desigualdades em diferentes momentos.

É preciso entender, todavia, que as novas agendas da História dos Mundos do trabalho acompanham as evoluções das lutas sociais, as tensões provocadas pelos conflitos políticos de frações da sociedade. Cabe, por exemplo, nessa lógica, relacionar a permanência de trabalhos análogos a escravidão no Brasil com a raça e a responsabilidade do Estado nesses casos. Ficaria redundante evidenciar o trabalho doméstico como um resquício de uma estrutura escravista, no qual teve sua regulamentação trabalhista muito recentemente. Aliás, após a conquista do reconhecimento dos direitos dessas trabalhadoras fez-se imperativo um novo olhar para esse grupo. Porém o trabalho não remunerado das milhões de mulheres responsáveis pelos cuidados dos parentes, pela limpeza dos lares, por lavar e passar as roupas de todos os membros da família, que acumulam jornadas múltiplas de trabalho, ainda precisam ser evidenciados, desnaturalizados e historicizados.

A história das mulheres tem se revelado bastante pertinente para ampliar a interpretação deste país. Mas sobretudo, suas ações tem sido de importância incalculável para a superação dessa estrutura de desigualdade de gênero. Embora seja um fenômeno recente e que ainda precisa ser bastante difundido, é perceptível a ampliação da participação das mulheres em diversos setores da sociedade antes ocupado majoritariamente por homens. A crescente (embora lenta) introdução das mulheres na política e

na ocupação de cargos eletivos é um sinal de mudança de cenário.

No entanto, essas vitórias contrastam com episódios escandalosos de assédio durante o exercício de suas funções, por exemplo. Esses foram os casos da Vereadora Carla Ayres do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina (PT-SC), agarrada por trás e beijada por um colega durante uma sessão da câmara, em dezembro de 2022, como demonstra as imagens amplamente divulgadas pela mídia e da Deputada Estadual de São Paulo pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-SP) Isa Penna, importunada sexualmente por outro deputado bêbado na plenária da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Esses dois exemplos ilustram que apesar de existirem avanços, a permanência da estrutura patriarcal ainda se faz muito presente e precisa urgentemente serem superadas e o nosso papel é tornar sempre vivo na memória de nossos interlocutores a herança colonial e escravocrata que se reproduz.



Vereadora Marielle Franco; assassinada do Rio de Janeiro em 2018. Até hoje não se descobriu quem são os mandantes do crime.

Na historiografia brasileira sobre o trabalho, as mulheres também tem ocupado lugar de destaque. Nomes como de Beatriz Ana Loner (UFPEl), Renata Moraes (UERJ), Adelaide Gonçalves (UFC), Lená Medeiros (UERJ), Angela Castro Gome, elevam a complexidade das análises e nos oferecem perspectivas excepcionais e nos convidam a ler a realidade de maneira crítica. Entre os temas abordados que se relacionam com o mundo do trabalho podemos citar o pós-abolição, o ensino de história, os jornais operários, a organização da vida dos trabalhadores dentre outros.

A história do trabalho escravo, grande mácula de nosso passado, também vem sendo revisitada afim de humanizar sujeitos escravizados. A transição para o trabalho assalariado e as estratégias de sobrevivência são outros temas pertinente ao mundo do trabalho. (LONER, 2016)

A análise das associações negras mereceu um estudo à parte. Isso porque, em razão do forte preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver uma rede associativa completa e diferenciada das demais. Eles formaram desde entidades recreativas até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e de resistência contra o preconceito e a dominação branca. Nesse processo, provaram possuir um alto grau de criatividade e determinação que a simples enunciação de suas entidades deixa entrever.

As lutas e greves dos trabalhadores também são objetos de interesses dos historiadores ligados ao mundo do trabalho. Marcelo Ramos, por exemplo, pesquisa há anos o movimento de grevista das catadoras de castanha da Companhia Industrial de Óleos do Nordeste – CIONE, em Fortaleza na década de 1960.

O fato é que o campo da história dos Mundos do Trabalho é bastante vasto e tem muitas possibilidades de ser abordado em sala de aula em diferentes momentos e ainda há muito terreno a ser explorado, convidamos os professores(as) a se aprofundar nesse tema.

Fichando a leitura.

- a) O que o termo “Mundos do Trabalho” representa para a disciplina da História?
- b) Quais os temas que podem ser abordados pelo Mundos do Trabalho?
- c) Explique o que você entende por “emancipação dos trabalhadores” e em seguida apresente contribuições que a História pode oferecer nessa missão.

Glossário:

Movimentos operários: *são organizações coletivas de trabalhadores que traçam estratégias para conquista de direitos para si. Um dos primeiros movimentos operários que se tem registro consistia na quebra de máquinas, pelo entendimento de que as máquinas roubavam postos de trabalho. Esse movimento ficou conhecido por Ludismo.*

Contradição: *no sentido de dicionário, contradição diz respeito a falta de sentido ou de nexos, é algo que guarda profunda incoerência, como o fato de serem os homens e mulheres os responsáveis pela produção de todas às mercadorias e **contraditoriamente** não terem acesso a propriedade daquilo que produz, nem das ferramentas para produzi-las, assim como não tem acesso às matérias-primas e tão pouco participa dos lucros que a mercantilização dessas mercadorias gera. Igual **contradição** está no fato da humanidade, através das descobertas científicas, conseguirem diminuir o tempo de produção dos elementos para satisfazerem as suas necessidades e paralelamente, intensifica-se o trabalho daqueles que só contam com a comercialização da sua força vital para sobreviver (trabalhadores).*

Socialismo Científico: Formuladas por Engels e Marx, compreendia a necessidade de analisar a História a partir da *Luta de Classes*, essa se dava de maneira contínua e ininterrupta e acabava [sempre] com a eliminação de uma das classes envolvidas ou com uma revolução. A ideia central do Socialismo Científico baseia-se na superação da condição estrutural de organização social a partir da união de todos os trabalhadores conscientes de que é necessário abolir as propriedades privadas para acabar com as classes sociais para sempre.

Dica de Filmes



Metrópolis (1929)
 Direção: Fritz Lang
 País: Alemanha
 A obra de ficção científica trata das drásticas transformações nos modos de produção moderno.



Tempos Modernos (1936)
 Direção: Charlie Chaplin
 País: Estados Unidos
 O clássico do cinema mudo aborda temas como trabalho e alienação, empobrecimento, marginalização e organização política.



Encouraçado Potemkin (1925)
 Direção: Sergei Eisenstein
 País: União Soviética
 O filme marca uma era do expressionismo alemão e conta a história da revolta de marinheiros do encouraçado Potemkin.



Cabra Marcado pra morrer (1984)
 Diretor: Eduardo Coutinho
 País: Brasil
 O roteiro original do filme era sobre João Pedro Teixeira, líder da liga camponesa morto em 1962 por latifundiários, porém, teve suas filmagens interrompida durante a ditadura militar. Na década de 1980, o cineasta volta com o projeto revisitando os participantes do filme



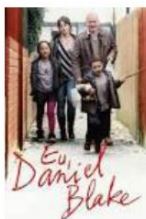
Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964)
 Direção: Glauber Rocha
 País: Brasil
 A produção brasileira, ícone do movimento cinematográfico Cinema Novo, no qual se destaca os temas relacionados as desigualdades sociais, demonstra a revolta de um vaqueiro contra um coronel.



Pão e Rosas (2000)
 Diretor: Ken Loach
 País: França, Espanha, Reino Unido, Alemanha e Suíça.
 O longa conta o drama de imigrantes nos Estados Unidos que na busca do “sonho americano” se deparam com a realidade de explorações e abusos de poder nos empregos de limpeza, exaltando a necessidade de organização de classe.



Que Horas Ela Volta? (2015)
 Direção: Anna Muylaert
 País: Brasil
 O drama que a ficção representa de maneira assustadoramente fiel a realidade da dinâmica entre patrões e empregadas no Brasil e evidencia os resquícios escravistas, as desigualdades de gênero e o incomodo da classe média com as políticas afirmativas.



Eu, Daniel Blake (2016)

Direção: Ken Loach

País: Reino Unido, França e Bélgica

O filme acompanha a saga de Daniel Blake, um homem idoso com problemas cardíacos, que tenta se aposentar em meio a desestruturação neoliberal dos direitos sociais. Paralelamente o drama demonstra outros impactos no cotidiano dos trabalhadores, como trabalho informal e cortes em pensões. Importante perceber a presença constante de rede de solidariedade entre os trabalhadores em vários momentos no filme.



Roma (2018)

Direção: Alfonso Cuarón

País: México

A premiada produção se passa na década de 1970 e aborda o drama de Cleo, uma empregada mestiça de uma família rica no México que, sem planejamento, engravida. É inquietante os contrastes das cenas do quarto de empregada com o resto da casa ou ainda com a fazenda da família, associando o latifúndio e a herança colonial.



Parasita (2019)

Direção: Bong Joon-ho

País: Coreia do Sul

O impactante filme, com um roteiro inovador que lhe rendeu vários Óscares, contrasta as diferenças de duas famílias de classes sociais distintas com as suas relações de interdependência e repassa, hora de maneira sutil e em outros momentos de modo explícito, as calamidades de uma realidade social marcada pelo neoliberalismo.



Bacurau (2019)

Direção: Kleber Mendonça Filho

País: Brasil e França

Vencedor do prêmio de Cannes de 2019, a obra é uma distopia que se passa em um futuro próximo no Brasil. O filme se utiliza da linguagem metafórica para descrever o funcionamento do Estado que tem a morte como política pública, traduzindo para a linguagem do cinema o conceito de Necropolítica e Necroestado.



Indústria Americana (2019)

Direção: Julia Reichert e Steven Bogner

País: Estados Unidos

O documentário mostra a instalação de uma empresa chinesa do ramo de fabricação de peças automobilísticas em território estadunidense após a crise econômica de 2008 que leva várias indústrias nacionais a falência. Em meio a esse fato, as normas de comportamento e compromisso esperado de trabalhadores ocidentais por gerentes de produção chineses externa uma dimensão de extrema exploração de trabalhadores desorganizados e o temor, por parte dos patrões de uma organização sindical.

Material Complementar

A relação entre História, Ensino e Cinema é bastante intensa. Porém nem sempre o tempo de exibição de um filme cabe no nosso planejamento. Para refletir estratégias de como se trabalhar com filmes ou referencia-los, acesse o material pelo QRcode, ele pode ajudar a desenvolver estratégias mais eficientes de se usar a linguagem do cinema otimizando tempo pedagógico.

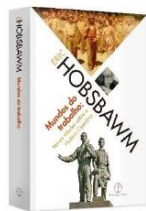
Trata-se de uma apresentação em power point usado nas aulas de Revolução Industrial para a 2ª Série do Ensino Médio. O material está aberto para alterações, permita-se adapta-lo aos objetivos de sua aula.



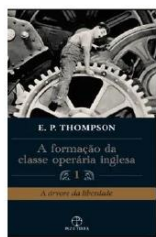
Aprofunde o tema

Os impactos do mundo do trabalho pela Revolução Industrial e a relação entre História e Cinema.

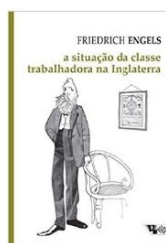
Dica de Livros



HOBBSAWM, ERIC. *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a História operária.* Paz e Terra. 2015.



THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade.* Paz e Terra. 2012



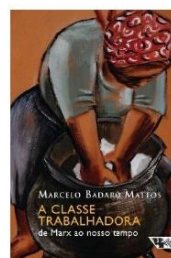
ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.* Boitempo. 2008.



PIMENTEL, P. G. *Das Ruínas do Escravismo – teoria e história da transição ao capitalismo dependente.* Editora CRV. 2022



ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão – O novo proletário de serviço na era digital.* Boitempo. 2020



MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora – de Marx ao nosso tempo.* Boitempo 2019.



STANDING, G. *O Precariado – A nova classe perigosa.* Editora Autêntica. 2013



BRAGA, Ruy. *A Rebelião do Precariado – Trabalho e neoliberalismo no Sul global.* Boitempo. 2020

Oficina de História

Público: 1ª Série do Ensino Médio

Tempo: 200 minutos

Habilidades BNCC:

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS205) Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis.

Objetivo Geral:

- Ampliar o entendimento sobre o conceito de trabalho e perceber as diferenças e continuidades conferidas a ele ao longo do tempo.

Objetivos Específicos:

- Identificar o trabalho como um conceito histórico que sofre alterações no tempo.
- Apresentar os diversos sentidos do trabalho.
- Compreender as similitudes e diferenças nas relações de trabalho na história.
- Analisar as relações de trabalho em momentos históricos diferentes.
- Relacionar os modos de produção com a conjuntura social.
- Reconhecer a pluralidade da classe trabalhadora.

¹ As três maneiras; a nuvem de palavras no quadro, a nuvem de palavras virtual e a indagação verbal atendem o mesmo propósito | questionar o entendimento dos alunos sobre a palavra trabalho | e cada uma tem suas vantagens e desvantagens. Quando se tem uma turma mais tímida, a verbalização e a ida até o quadro para escrita costuma

Recursos Pedagógicos.

- Quadro e Pincel.
- Impressão com os verbetes.
- Acesso à Internet.
- Projeção.

**Pensamos em proporcionar alternativas para os ocasionais problemas técnicos.*

Passo 1. O Conceito de Trabalho (20 min)

Inicialmente o professor deve investigar o entendimento dos alunos sobre a palavra trabalho. Pode fazer uma nuvem de ideias no quadro ou pode disponibilizar um link do site *mentimeter* para uma versão digital dessa tarefa.

O site tem uma navegação bastante intuitiva. O professor deve elaborar uma questão para nuvem de palavras e em seguida projetar para a turma, que com o celular conseguira acessar o site e responder as questões. Caso tenha mais de uma turma para aplicar a tarefa, basta resetar a atividade e iniciar o processo novamente. É claro que para isso será necessário todo o aparato tecnológico e acesso a internet. Pode-se ainda provocar verbalmente que cada aluno diga uma palavra que se relacione com trabalho¹.

Após realizar a investigação por escrito, deve-se analisar as impressões coletivamente, indagando os alunos e provocando a explicar o sentido da palavra trabalho.

causar constrangimentos ou resistências. Por outro lado, a praticidade da tecnologia demanda uma infraestrutura que pode tomar tempo da aula para um resultado semelhante ao do analógico. Aos professores que desejam usar a ferramenta digital e enfrentem dificuldade, há vários tutoriais no Youtube.

Passo 2. Ampliando o Conceito de Trabalho (30 min)

Nessa fase o professor deve dividir a turma em sete grupos e distribuir verbetes a cada um dos grupos.

O professor pode enviar os fragmentos do texto a um dos componentes do grupo por whatsapp, ou imprimir e distribuir fisicamente. O ideal é que cada grupo só tenha conhecimento sobre o seu próprio texto nesse momento. Os alunos devem ter um tempo para discutir entre si o sentido dos verbetes e depois apresentar para o resto da turma.

Fonte: ZUCCHETTI, Dinora Tereza. O trabalho como conceito, valor e formação. *Práxis – Revista do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes*, p. 09 – 13. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/536> acesso em: 07.fev. 2023

Fragmentos de textos:

Texto I: Definição de trabalho no dicionário da Língua Portuguesa

Aplicação das forças mentais ou físicas na execução de uma obra realizada; lida; fadiga; esforço; ocupação; emprego; obra realizada; ação dos agentes naturais; feitiço; despacho; aflições; cuidados; empreendimentos (LUFT, 1991, p. 606).

Texto II: Trabalho como categoria

À categoria trabalho são atribuídos inúmeros significados, o que faz com que, muitas vezes, seja empregada de forma vaga e imprecisa. Entre os significados, o trabalho é muito pronunciado pelo seu sentido de ausência enquanto mercado de trabalho, confundindo-se com o emprego e a sua falta. (...) Alguns autores, entre eles Suzana Albornoz (1992), apresenta uma síntese dessas significações entre as línguas da cultura europeia. Segundo ela, o grego distingue fabricação de esforço, este como oposto ao ócio. O latim distingue entre laborare, como sendo a ação do labor – dor, sofrimento, fadiga e, operare que corresponde a opus – obra. O italiano distingue entre laborare e operare e o espanhol entre trabajar e obrar.

Texto III: Trabalho na perspectiva cristã

Na perspectiva cristã, o trabalho humano aparece como uma forma de domar a natureza, lugar do mal e do inacabado, o que acaba por santificar a ação daquele que a transforma, o trabalhador. Na sujeição da natureza, a possibilidade de aproveitá-la para o bem e para o enriquecimento dos homens (BRANDÃO, 1994).

Na tradição judaico-cristã e em muitos dos mitos que referem à origem das sociedades humanas, o trabalho é sinônimo de uma labuta, sempre penosa, para a qual o homem está fadado. O trabalho será então punição (ALBORNOZ, 1992). (...)

Nesta mesma tradição, o trabalho é o castigo pelo pecado original, ou então pela transgressão de alguma proibição. Não é o ócio e o prazer, mas a atividade penosa que aumenta a glória de Deus. (...) É com a Reforma Protestante que se vai dar um novo sentido ao trabalho, que passa a ser a chave da vida. Contudo, o bom trabalho, expressão aristotélica, será reservado a alguns poucos, embora todos devam trabalhar para que o produto do esforço de uns não seja cobiçado por outros.

Texto IV: Trabalho como vocação

Max Weber, na obra “Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1980, p. 186), ressalta o ethos em torno do qual se organiza o espírito do capitalismo e as alterações no conceito de trabalho: “... Ganhar dinheiro dentro da ordem econômica moderna é, enquanto for feito legalmente, o resultado e a expressão de virtude e de eficiência em uma vocação ...”. Em verdade, é a ideia de um dever profissional que está colocado, com vistas à organização racional do trabalho, em torno da empresa, a qual o trabalhador deverá se adaptar. O trabalho ganha, então, o sentido de vocação, com um fim em si mesmo, como um valor com qualidades éticas voltadas ao bem comum condizentes com o capitalismo, onde a influência da educação religiosa, que estimula a concentração mental e o sentimento de obrigação, torna-se essencial na combinação do trabalho com a produção econômica. Rompe-se, desta forma, com os conceitos de trabalho tradicional, especialmente

o trabalho artesanal, manual e o labor doméstico, em suas formas de quantidade e relações, círculo de fregueses, modo de vida, etc. Atribui-se, assim, um novo sentido ao trabalho, que ganha força com o desenvolvimento do capitalismo ocidental moderno, demonstrando a inversão de valores que a sociedade burguesa teve de promover para justificar o culto ao trabalho como atividade livre que enobrece, que gera riqueza, ao contrário da tradição que reservava o trabalho ao escravo e ao artesão.

Texto V: Trabalho na antiguidade

Na Antiguidade, o desprezo pelo labor era porque este não deixava grandes obras, representava especialmente o interesse da esfera privada e, por isto, era considerado de menor valor. “Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana” (Arendt, 1995, p. 94). Camponeses eram considerados como escravos, fazedores de labor, porque produziam o necessário para a vida. Na Grécia, a divisão entre o trabalho braçal e intelectual distinguia os lugares dos homens e das mulheres na vida pública e privada. Na Renascença, o trabalho manual passou a ser visto como estímulo para o desenvolvimento do homem. Com o surgimento da ciência moderna, a transformação da natureza não recaí mais sobre os escravos, mas sobre os homens livres. A contemplação dos filósofos ainda é o mais importante, mas o trabalho manual passa a ter mais prestígio.

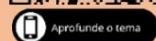
Texto VI: Trabalho como valor

O trabalho como valor retoma, de certa forma, a questão da centralidade do trabalho difundida ao extremo na sociedade moderna –, que refere especialmente à capacidade do trabalho em constituir-se num centro organizador de atividades e de atitudes humanas, de referências sociais e de orientações morais – agora problematizando o direito ao trabalho – o direito de trabalhar no sentido do emprego – como uma forma de inclusão social, como sugere Olivier Mongin (1996, p. 74):

“... Não conhecemos outro tipo de integração, nas nossas democracias atuais, que não seja a que passa pelo trabalho”. Ainda na perspectiva dos valores, Leonardo Boff (2000, p. 92), na sua discussão sobre o ser no mundo, a partir de Heidegger, afirma que o trabalho constitui-se numa das duas formas de o ente humano existir e coexistir. Segundo ele, “fundamentalmente, há duas formas de ser-no-mundo: o trabalho e o cuidado. Aí emerge o processo de construção da realidade humana”.

Passo 3. Apresentação sobre a História do Trabalho – diálogos com a sociologia. (100 minutos)

Material Complementar

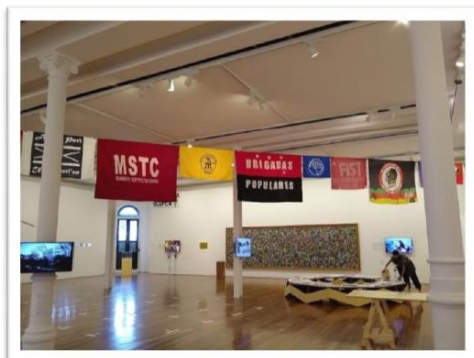


Trabalho e Sociedade; diálogos com a sociologia.

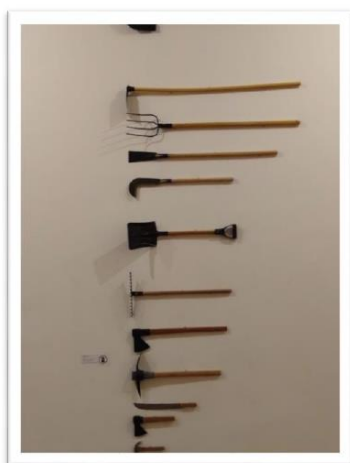
Disponibilizo uma apresentação com uma breve cronologia sobre a História do Trabalho e das relações de produção.

Passo 4. Avaliação – Promover uma exposição para a comunidade escolar. (50 min)

Essa é uma atividade que demandará tempo de pesquisa. Então a maior parte dos preparativos são de caráter extraclasse (pra casa, se preferir). Porém, como as Escolas Profissionais funcionam em tempo integral, seria coerente ceder uma aula para os preparativos.



Bandeiras de Movimentos Sociais expostas no Museu de Arte do Rio; dezembro de 2018. Acervo pessoal do pesquisador.



Ferramentas de trabalho expostas no Museu de Arte do Rio; dezembro de 2018. Acervo pessoal do pesquisador.



Parede exposta no Museu de Arte do Rio; dezembro de 2018. Acervo pessoal do pesquisador.

Afim de ampliar a visibilidade da presença dos trabalhadores na construção da História e apresenta-lo em suas múltiplas dimensões, vamos elaborar uma **exposição** voltada para a comunidade escolar – alunos, professores e funcionários – com o tema **Mundos do Trabalho – um olhar historiográfico**.

Glossário

Exposição: primeiramente é necessário frisar que existem diversos tipos de exposições; temáticas (com um tema específico); artística individual ou coletiva (que conta com a seleção de obras de um ou mais artistas); de caráter temporário ou permanente; exposições fotográficas, museológicas e etc. Em resumo consiste na seleção de determinado acervo com um propósito de comunicar uma mensagem aos seus expectadores.

Exercícios

QUESTÃO 01

Leia o texto:

À categoria trabalho são atribuídos inúmeros significados, o que faz com que, muitas vezes, seja empregada de forma vaga e imprecisa.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. O trabalho como conceito, valor e formação. Práxis – Revista do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, p. 09

A partir da leitura do fragmento acima e relacionando com as discussões realizadas em sala de aula, disserte sobre sua experiência quanto ao termo “trabalho” antes e depois da aula.

QUESTÃO 02

Entre as definições de trabalho apresentadas e discutidas, qual você entende ser a mais completa e que a define melhor?

QUESTÃO 03

Texto I

Mediado por relações sociais e por divisões no interior das comunidades, o trabalho surge com o resultado do processo de constituição da humanidade e acabará por se tornar uma característica da própria condição humana.

CAMPOS, Flavio at all. Oficina de História 1. Leya. São Paulo-SP. 2016. p.24

Texto II

[...] o sentido do trabalho que estrutura o capital (trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital.

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão – o novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo, São Paulo, 2020. P.28

A partir da leitura dos dois fragmentos responda as questões a seguir:

A) Os textos tem ideias semelhantes ou divergentes? Apresente as semelhanças e as diferenças.

B) No texto I o trabalho é descrito como o resultado de relações sociais e da divisão social do trabalho. Analise a forma de divisão social do trabalho ao longo da História.

C) O texto II defende a tese de que o trabalho pode ser estruturante ou desestruturante para a humanidade ou para o capital. Seguindo a sua interpretação, cite um trabalho que possa ser estruturante para a humanidade e um que seja estruturante para o capital.

QUESTÃO 04

Texto I



AGOSTINI, Ângelo. Revista Ilustrada. In: *Retrato do Brasil*. São Paulo: Editora Três / Política Editora, s.d. fascículo 10. p. 110.

Texto II



Charge de Dalcio Machado: o Ciclo do Trabalho Escravo.

Disponível em:

<https://suburbanodigital.blogspot.com/2019/04/charge-de-dalcio-machado-o-ciclo-do-trabalho-escravo.html> Acesso em 09.02.2023.

Analisando e pesquisando as duas imagens responda:

A) O Texto I retrata um momento bastante específico da História do Brasil. Faça uma análise iconográfica indicando o contexto da gravura.

B) Ainda sobre o Texto I, indique as frações em disputas e a proposta de cada uma delas.

C) Qual a principal contradição presente no Texto II?

D) Pesquisa a permanência de trabalho escravo nos dias atuais e descreva como e onde essas práticas ainda acontece.

E) Relacionando os dois textos, indique permanências e rupturas na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Brasil.

Quem faz História ?

Adelaide Gonçalves



Fonte: <https://oppceufc.wordpress.com/2016/07/26/a-revolucao-permanente-de-adelaide-goncalves/>

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, possui pós-Doutorado no Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra. É professora titular do Departamento de História da UFC, do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória – UFC) e também é professora da Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento Sem Terra MST-Brasil. É autora de vasta produção acadêmica, organizadora de eventos e de publicações. Idealizadora da biblioteca social Plebeu Gabinete de Leitura, localizado na Rua Floriano Peixoto, 735 – 5º andar do Centro de Fortaleza. Destaque especial para a sua tese de doutorado: “A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920”. disponível em

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82022>.

Marcelo Ramos



Fonte: <https://observatoriodaclasse.org/quem-somos/>

Historiador, possui graduação pela Universidade do Estado do Ceará – UECE, mestrado na Universidade Federal Fluminense – UFF e está cursando o doutorado na mesma instituição. Marcelo estuda a organização das trabalhadoras grevistas da fábrica de castanha CIONE em Fortaleza da década de 1960. É membro do Observatório da História da Classe Trabalhadora, e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa sobre Marx e Marxismo (NIEP-MARX). Atualmente está trabalhando numa pesquisa onde analisa comparativamente a greve dos bancários e a greve das castanheiras, ambas ocorridas em 1968, em Fortaleza/CE, dentro do breve ciclo de greves de 1967/68 no Ceará a partir das abordagens da Nova História Social do Trabalho. Vale a leitura do artigo que é fruto de sua pesquisa “A “Guerra” das Castanheiras (CIONE, Fortaleza-CE, 1968): uma experiência de luta e a construção da consciência de classe”. Disponível em

<https://revistas.uece.br/index.php/revistahistoriaculturas/article/view/3690/3218>

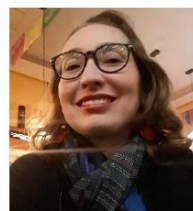
Pedro Guimarães Pimentel



Fonte: <https://cp2.academia.edu/PedroGuimar%C3%A3esPimentel>

É professor do Departamento de História do Colégio Pedro II, possui doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestrado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Graduação em História pela UERJ. É membro colaborador da Rede e Cátedra UNESCO sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável. Pedro é autor do livro Das Ruínas do Escravidão (Rio de Janeiro, editora CRV, 2022) que derivou da defesa de sua tese de doutorado. Entre as produções acadêmicas estão artigos como “O processo de sacralização do malandro e a ressignificação da personalidade histórica”. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1024>.

Renata Moraes



Fonte: <https://lehmt.org/chao-de-escola-06-renata-moraes-uerj-fala-sobre-o-curso-de-extensao-reflexoes-e-novas-abordagens-sobre-o-lugar-dos-negros-e-negras-no-ensino-de-historia-oferecido-para-professores-da-educacao/>

Professora de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também faz parte do corpo docente do PROFHistória - UERJ, é Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio, e atua em diversos grupos de pesquisa voltados a história do trabalho como na Coordenação da Sessão Rio de Janeiro GT da ANPUH Mundos do Trabalho e na colaboração ao Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho – LEHMT. Renata tem vasta produção acadêmica relacionada ao pós-abolição, recomendamos seu artigo sobre o ensino de História e cultura indígena e afro-brasileira.

https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ocKayW5KzcEJ:scholar.google.com/+Renata+Moraes+hist%C3%B3ria+do+trabalho&hl=pt-BR&as_sdt=0,5

Ruy Braga



Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/ruy-braga/>

É professor titular do Departamento de Sociologia da USP, faz parte do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da USP, como autor, publicou A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista (2012), obra finalista do Prêmio Jabuti e de A rebeldia do precariado (2017).

Marcelo Badaró de Mattos



Fonte:

https://www.goodreads.com/author/show/6887266.Marcelo_Badar_Mattos

É Professor de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense (UFF), mesma instituição que concluiu o seu doutorado em 1996. Além de interesses na História Social do Trabalho, tem experiências com metodologia, Teoria da História e Historiografia. Entre seus livros, destaca-se o mais recente “A Classe Trabalhadora: de Marx ao nossos tempo” pela editora Boitempo em 2019.

Sidney Chalhoub



Fonte:

<https://www.nexojournal.com.br/estante/favoritos/2020/>

Chalhoub graduou-se em História nos Estados Unidos pela Lawrence University, no Brasil, fez mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) onde se dedicou aos temas relacionados ao pós escravidão sob orientação de Robert Wayne especialista em escravidão na América e em África. Chaloub é um dos pioneiros nesse tipo de enfoque no Brasil, ressignificando o sentido da escravidão e dos processos de resistência e abolição.

Ricardo Antunes



Fonte:

<https://revistacult.uol.com.br/home/o-proletariado-em-tempos-de-pandemia/>

Antunes não é historiador, é sociólogo, mas tem bastante a contribuir com os estudos sobre Mundos do Trabalho, é autor de livros como “Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho” (2009) e “O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital” (2019) ambos pela Boitempo.

Conclusão

É o trabalho, essa categoria diversa e composta por seres humanos tão distintos entre si, que dá significância a existência de nossa humanidade. Essa por sua vez é construída, reconstruída, transmitida, transformada, ressignifica e desenvolvida por nossa interação com o meio, com os outros, com os semelhantes, e por vezes contra os outros e contra nossos semelhantes. É incontornável para se entender a História da humanidade considerar a ação do homem que ao transformar [ou negar] a natureza, cria [ao destruir] o desenvolvimento material, cultural e social de todas as civilizações.

É o trabalho, essa palavra que tem origem do latim e faz referência a instrumentos de tortura destinado aos desgraçados prisioneiros de guerra desde os remotos tempos da expansão romana, que transforma o humano em unidade de produção. Ele tem a capacidade, portanto, de criar e destruir humanidade.

Os esforços até aqui dispendido tem a intenção de convidar colegas professores da educação básica a utilizar a categoria trabalho e em especial o campo da História Mundos do Trabalho como um caminho para se entender melhor a História e as contradições presentes na vida social. Entendemos que para isso é necessário trilhar um caminho que vai desde a tomada de consciência da necessidade de ampliar o sentido do trabalho na vida dos educandos, mas sobretudo, do próprio educador, até o esforço de construir aulas propositivas abordando temas que se relacione com os verdadeiros sujeitos da história; homens e mulheres trabalhadores, que mudam cotidianamente a natureza com suas ações humanizadoras.

Esse material oferece uma breve introdução a uma forma de se fazer e ensinar história que tem tomado corpo e relevância nas últimas décadas. Proliferam-se em todo país grupos de trabalho e pesquisa em associações de historiadores, publicações em revistas especializadas e cursos de formação. No entanto, a inserção do trabalho quanto campo de estudo da história nas escolas ainda é bastante tímido e temos um longo caminho a percorrer. Por outro lado, a formação para o mercado de trabalho, evidenciando e valorizando posturas que promovem uma subjetividade massificada do bom trabalhador, do empreendedor, do cidadão pagador de impostos, são cada vez mais comuns. Esperamos ter contribuído para frear esse projeto que é a formação de mão de obra barata, resiliente e educada.

Desejamos que o trabalho, assim como a educação, seja emancipador.



Prof. Jefferson Ênio Prado Clarindo



E-mail: eniojefferson@gmail.com



A dissertação e o instrumento didático estão disponíveis no site do PROFHistória – UFC;

Endereço eletrônico <https://mestradoprophistoria.ufc.br/pt/>

Referências

- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação História. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED) Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144
- COELHO, Yeska. Dia do trabalho: Kobra homenageia trabalhadores com exposição na paulista. In Cascador.abril.com.br disponível em: <https://casacor.abril.com.br/arte/dia-do-trabalho-kobra-homenageia-trabalhadores-com-exposicao-na-paulista/> Acesso em: 20.02.2023
- DOSSE, François. A História em Migalhas; dos Annales à nova História. Edusc. Bauru – SP. 2003
- ENGELS, F. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. Boitempo. São Paulo - SP. 2010
- GONÇALVES, Adelaide. A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920. UFSC. 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82022> acesso em: 14.02.2023
- GUIMARÃES, Marcela Lopes. Capítulos de História: o trabalho com fonte. Aymarã Educação. Curitiba – PR. 2012
- HOBBSAWM, E. Mundos do Trabalho; novos estudos sobre a História operária. Paz & Terra. Rio de Janeiro | São Paulo. 2015
- MATTOS, Marcelo Badaró. A Classe Trabalhadora; de Marx ao nosso tempo. Boitempo. São Paulo -SP. 2019
- PIMENTEL, P. G. O processo de sacralização do malandro e a ressignificação da personalidade histórica. Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 12, n. 29, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1024>. Acesso em: 14. 02. 2023.
- RAMOS, Marcelo H. B. A “Guerra” das Castanheiras (CIONE, Fortaleza-CE, 1968): Uma experiência de luta e a construção da consciência de classe. História e Cultura, v.5 p. 91-107. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistahistoriaculturas/article/view/3690/3218> acesso em: 14.02.2023
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa; 1 a árvore da liberdade. Paz & Terra. Rio de Janeiro | São Paulo. 2019
- ZUCCHETTI, Dinora Tereza. O trabalho como conceito, valor e formação. Práxis – Revista do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, p. 09 – 13. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/536> acesso em: 07.fev. 2023